

ISSN 2316-4833



# Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
v. 8 n. 31 janeiro/abril 2014



## EQUIPE EDITORIAL

### **PRESIDENTE DE HONRA**

Gen Bda WALTER NILTON PINA STOFFEL  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **CONSELHO EDITORIAL**

Gen Ex GILBERTO ARANTES BARBOSA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Gen Bda WALTER NILTON PINA STOFFEL  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Cel PAULO DA SILVA MEDEIROS  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Prof Dr FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **DIRETOR**

Cel PAULO DA SILVA MEDEIROS  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **EDITOR-CHEFE**

Ten Cel MARIO EDUARDO MOURA SASSONE  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO**

Prof Dr CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Prof Dr JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
São Carlos-SP, Brasil.

Prof Dr MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre-RS, Brasil.

Prof Dr RAFAEL ANTONIO DUARTE VILLA  
Universidade de São Paulo (USP)  
São Paulo-SP, Brasil.

Prof Dr SHIGUENOLI MIYAMOTO  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Campinas-SP, Brasil.

### **EDITORES DE SEÇÃO**

Cel CELSO FABIANO VIANNA BRAGA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Cel FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Ten Cel EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **EDITOR-ASSISTENTE**

2º Ten CARLOS SHIGUEKI OKI  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **TRADUTORES**

Ten Cel CARLA BEATRIZ MEDEIROS DE SOUZA  
ALBACH  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Ten Cel JUCÉLIA FERREIRA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Maj ALESSANDRA MACIEL RAMUNDO  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **REVISORES DE LINGUAGEM**

Ten Cel JUCÉLIA FERREIRA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Ten Cel RENATO VAZ  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Maj ALESSANDRA MACIEL RAMUNDO  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Maj ANNA LUÍZA MIRANDA VASUDEVAN  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Maj MICHAEL ANTHONY GRYGAR  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Cap MÔNICA DA SILVA BOIA  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

2º Ten JAQUELINE SALGADO VIDAL  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Asp Of RAQUEL LUCIANO GOMES  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **REVISOR DE NORMALIZAÇÃO**

Cel FRANCISCO JOSÉ LUZ NETO  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### **DIAGRAMADOR E DESIGNER GRÁFICO**

2º Ten CARLOS SHIGUEKI OKI  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

# Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

---

v. 8 n. 31 janeiro/abril 2014  
Rio de Janeiro

ISSN 2316-4833

## © 2014 ECEME

A Coleção Meira Mattos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação e adota o sistema “ahead of print” de publicação.

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ.

CEP: 22290-270.

Tel: (21) 3873-3868

Fax: (21) 2275-5895

Homepage: [www.eceme.ensino.eb.br](http://www.eceme.ensino.eb.br)

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

## EDITORIAÇÃO

Seção de Produção, Divulgação e Catalogação do Instituto Meira Mattos da ECEME

## IMPRESSÃO

Centro de Comunicação Social do Exército

## DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Elaborado pela Seção de Produção, Divulgação e Catalogação, baseado em arte de Harerama Santos da Costa da Seção de Editoração Eletrônica da ECEME.

## TIRAGEM

1.200 exemplares (Distribuição Gratuita)

Publicação quadrimestral, de natureza acadêmica, sem fins lucrativos.

Disponível também em: <[www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos](http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos)>

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

C691 Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. — N. 24- .  
— Rio de Janeiro: ECEME, 2007-  
v. : il.; 28 cm.

Quadrimestral

Publicada dos n. 1-14 com o título Padeceme, dos n. 15-23 com os títulos Padeceme e Coleção Meira Mattos.

ISSN : 2316-4883

1. CIÊNCIAS MILITARES. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

# SUMÁRIO

## TABLE OF CONTENTS

<b>EDITORIAL</b> - <i>EDITORIAL</i>	05-06
PAULO DA SILVA MEDEIROS	

### ARTIGOS CIENTÍFICOS - *SCIENTIFIC ARTICLES*

<b>TERRITORIALIZANDO O “NOVO” E (RE)TERRITORIALIZANDO OS TRADICIONAIS: A CIBERNÉTICA COMO ESPAÇO E RECURSO DE PODER</b>	07-18
TERRITORIALIZING THE “NEW” AND (RE)TERRITORIALIZING THE TRADITIONAL: CYBERNETICS AS RESOURCE AND DOMAIN OF POWER	

WALFREDO BENTO FERREIRA NETO

<b>GUERRA: NO MEIO DO POVO OU SIMPLEMENTE IRREGULAR?</b>	19-28
WAR: AMONGST THE PEOPLE OR JUST IRREGULAR?	
MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO	

<b>A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL NO SÉCULO XXI</b>	29-38
BRAZIL'S DEFENSE POLICY IN THE 21ST CENTURY	
GLAUCO CORBARI CORRÊA	

<b>INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DE UM CURSO CONJUNTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE LIDERANÇA ESTRATÉGICA NAS FORÇAS ARMADAS</b>	39-47
THE INFLUENCE OF THE ADOPTION OF A JOINT COURSE ON HIGH MILITARY STUDIES IN THE DEVELOPMENT OF CAPABILITIES FOR STRATEGIC LEADERSHIP IN THE MILITARY	
RIDAUTO LÚCIO FERNANDES	

<b>ANTÁRTICA: A IMPORTÂNCIA DO APOIO LOGÍSTICO DAS FORÇAS ARMADAS À PESQUISA CIENTÍFICA</b>	49-58
ANTARCTICA: THE IMPORTANCE OF ARMED FORCES LOGISTICS SUPPORT TO THE SCIENTIFIC RESEARCH	
JOSÉ MADUREIRA JUNIOR	

<b>ADAPTAÇÃO SOB FOGO: O APRENDIZADO DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA EM COMBATE, 1944-45</b>	59-73
ADAPTATION UNDER FIRE: THE 1 <sup>ST</sup> EXPEDITIONARY INFANTRY DIVISION LEARNING IN COMBAT, 1944-45	
CESAR CAMPIANI MAXIMIANO	

### OPINIÃO - *OPINION*

<b>NAVIRES DE L'ESPOIR: UN PARTENARIAT INTERMINISTÉRIEL BRÉSILIEN</b>	75-76
NAVIOS DA ESPERANÇA: UMA PARCERIA INTERMINISTERIAL BRASILEIRA	
SHIPS OF HOPE: A BRAZILIAN INTERMINISTERIAL PARTNERSHIP	
FABIANO MARTINS SASSE	

### RESENHAS DE LIVROS - *BOOK REVIEWS*

<b>HIGH-LEVEL DATA FUSION</b>	77-79
FLÁVIO CÉSAR DE SIQUEIRA MARQUES	

<b>FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL</b>	81-83
ALESSANDRO DOS SANTOS LIBERATORI	

<b>THE AMERICAN CIVIL WAR: A MILITARY HISTORY</b>	85-86
MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR	



Como diretor da Coleção Meira Mattos, gostaria de destacar o amadurecimento dos processos relativos ao gerenciamento e à editoração do periódico. No fascículo nº 31, referente ao 1º quadrimestre de 2014, publicam-se pela primeira vez artigos científicos, de opinião e resenhas, dividindo-se o periódico em três seções distintas.

A criação e a aprovação das Normas Internas da Coleção Meira Mattos proporcionam perenidade aos processos da revista. Essas normas definem temas importantes, como: a missão do periódico, a estrutura organizacional, as responsabilidades de cada participante do processo editorial, as práticas que serão adotadas para a publicação e as metas a serem atingidas objetivando a melhoria qualitativa da revista.

Nesta edição, também é possível identificar a ampliação do Conselho Editorial e o início da formação do Corpo Editorial Científico da Coleção Meira Mattos. Gostaria de agradecer ao General de Exército Gilberto Arantes Barbosa e aos Professores Doutores Celso Corrêa Pinto de Castro (FGV-RJ), Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), João Roberto Martins Filho (UFSCAR), Marco Aurelio Chaves Cepik (UFRGS), Rafael Antonio Duarte Villa (USP) e Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP), por terem acreditado no trabalho conduzido nesse estabelecimento de ensino centenário e terem aceitado integrar as esferas consultivas do periódico.

Outra inovação foi a publicação de artigos científicos utilizando-se o sistema de *Ahead of Print*. A adoção dessa prática, a partir desse fascículo, permitirá a divulgação de artigos no portal da Coleção Meira Mattos na Internet, assim que eles tiverem o seu processo editorial concluído. Esse sistema dará maior fluidez e rapidez ao processo editorial, pois não será necessário esperar o fechamento de um fascículo para a publicação dos artigos.

Nota-se, também, o avanço na normalização da revista. A consolidação do projeto gráfico e de *layout*, além do uso do Sistema de Editoração de Eletrônico de Revistas (SEER) torna o periódico mais agradável aos leitores e dentro das especificações que orientam as publicações científicas.

O primeiro artigo desta edição foi escrito pelo Capitão Walfredo Bento Ferreira Neto, professor da Academia Militar das Agulhas Negras. Intitulado “Territorializando o “Novo” e (Re)Territorializando os Tradicionais: A Cibernética como Espaço e Recurso do Poder”, o artigo versa sobre a cibernética como recurso de poder e um espaço em si (o ciberespaço), abordando, entre outros aspectos, a exigência de novas delimitações político-jurídicas e a configuração de uma nova fase da Teoria das Fronteiras para o sistema internacional decorrentes do conceito de “fronteira-ponto”.

Em seguida, o artigo “Guerra: no Meio do Povo ou Simplesmente Irregular?”, do Coronel RI Marcelo Oliveira Lopes Serrano, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, analisa o conceito de Guerra no Meio do Povo, proposto pelo general Rupert Smith em seu livro “A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno”, e aponta a necessidade de as instituições voltadas à defesa nacional, incluindo o Exército Brasileiro, desenvolverem uma escola de pensamento de defesa eminentemente brasileira.

Na sequência, o artigo “A Política de Defesa do Brasil no Século XXI”, elaborado pelo Major Glauco Corbari Corrêa, aluno do Instituto de Estudos Superiores Militares de Portugal, descreve o ajustamento das políticas de defesa com os reais interesses brasileiros no âmbito interno e externo e com o desenvolvimento de capacidades para o País se contrapor às ameaças emergentes.

O Coronel Ridauto Lúcio Fernandes examina, no artigo “A Influência da Adoção de um Curso Conjunto de Altos Estudos Militares no Desenvolvimento da Capacidade de Liderança Estratégica nas Forças Armadas”, a liderança estratégica militar e seus componentes, a situação dos cursos de altos estudos militares no Brasil e o efeito do pensamento conjunto na liderança estratégica, verificando a existência de uma relação entre o incremento do pensamento conjunto e o desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica.

O artigo “Antártica: A importância do apoio logístico das Forças Armadas à pesquisa científica”, escrito

pelo Coronel Aviador José Madureira Junior, instrutor da Universidade da Força Aérea (UNIFA), apresenta a participação das Forças Armadas no apoio ao Programa Antártico, examinando como as Forças Armadas estruturaram-se para atender às necessidades logísticas em apoio à comunidade científica brasileira no continente gelado e os limites impostos pela dificuldade de operar na região austral, em especial aqueles determinados por ordens legais.

Finalizando a seção de artigos científicos, o Professor Doutor Cesar Maximiano Campiani, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, elaborou o artigo intitulado “Aprendendo na Prática: Treinando os Brasileiros para o Combate na Linha Gótica”, no qual discute a adaptação para o combate da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária nos períodos finais da Campanha da Itália, em 1944-45, pois, por várias décadas, analistas e historiadores consideraram que os ensinamentos da Missão Militar Francesa teriam sido prejudiciais para o desempenho da divisão em suas operações ofensivas.

O artigo de opinião “Navios da Esperança: uma Parceria Interministerial Brasileira” foi redigido pelo Capitão de Fragata Fabiano Martins Sasse, instrutor da

Escola de Guerra Naval, durante a realização do curso da Escola de Guerra da República Francesa, traz uma reflexão sobre as vantagens e as desvantagens do estabelecimento de uma parceria interministerial para proporcionar apoio às populações ribeirinhas na Amazônia.

Ainda neste fascículo, resenhas de livros foram publicadas pela primeira vez, tendo sido contempladas as seguintes obras: “Fusão de Dados de Alto Nível”, “Forças Armadas e Política no Brasil” e “A Guerra Civil Americana”. Com isso, espera-se estimular a leitura voltada para os assuntos relativos à Segurança & Defesa e às Ciências Militares.

Por fim, desejo aos nossos leitores uma agradável leitura.

**PAULO DA SILVA MEDEIROS - CORONEL**  
CHEFE DO INSTITUTO MEIRA MATTOS



# TERRITORIALIZANDO O “NOVO” E (RE)TERRITORIALIZANDO OS TRADICIONAIS: A CIBERNÉTICA COMO ESPAÇO E RECURSO DE PODER<sup>1</sup>

## TERRITORIALIZING THE “NEW” AND (RE)TERRITORIALIZING THE TRADITIONAL: CYBERNETICS AS RESOURCE AND DOMAIN OF POWER

WALFREDO BENTO FERREIRA NETO<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda a cibernética como espaço em si, o ciberespaço e como um recurso de poder. Revisitando o processo de ocupação das dimensões tradicionais – terrestre, marítima, aeroespacial – e suas transformações pelo poder, deparou-se com o fenômeno da territorialização, abrangendo, agora, o domínio cibernético, que, por ser originariamente rede e espaço, demanda um novo tipo e forma de fronteira: a “fronteira-ponto”, resultante da capacidade tecnológica acumulada historicamente. Mais que isso, como originalidade, a “fronteira-ponto” traz para o sistema internacional a configuração de uma nova fase da Teoria das Fronteiras e a exigência de novas delimitações político-jurídicas. Vista como recurso, a cibernética acelera o fluxo informacional, altera o cálculo convencional de equilíbrio do poder e aumenta a capacidade de monitoramento e armazenamento de informações utilizada na (re)territorialização das dimensões expostas à globalização. Ainda como meio à disposição da política, a cibernética pode ser utilizada para a guerra. Além da observação e da construção hipotético-dedutiva, realizou-se uma investigação bibliográfica e documental, nacional e estrangeira, com ênfase em políticas públicas. Conclui-se que o “saber pensar” geopolítico, com sua respectiva aplicação no (e a partir do) ambiente cibernético, torna-se relevante para os formuladores de políticas na área de defesa e de estratégia, especificamente com relação às possibilidades advindas desse “novo” recurso.

Palavras-chave: Cibernética. Espaço. Recurso de Poder. Territorialização. Fronteira-ponto.

### ABSTRACT

This article discusses cybernetics as resource power and as a space in itself (cyberspace). About the latter, reviewing the occupation process of traditional dimensions - land, sea, aerospace - and their transformations for power, the phenomenon of territorialization was faced, now covering the cyber domain, which, being originally network and space, demands a new type and form of boundary: the “border-point”, resulting from the technological capacity historically accumulated. More than that, as an originality, the “border-point” brings to the international system the configuration of a new phase of the Theory of Borders and the need for new political and legal boundaries. Seen as a resource, cybernetics accelerates information flow, alters the conventional calculation of power balance and increases the capacity for monitoring and storing the information used in the (re) territorialization of the dimensions exposed to globalization. Still available as a means for politics, cybernetics can be used for war. Besides observation and hypothetical-deductive construction, a bibliographic, documents, domestic and foreign research was carried out, with emphasis on public policy. We conclude that the geopolitical “knowing to think”, with its respective application in the (and from) the cyber environment, becomes relevant to policymakers in the area of defense and strategy, specifically regarding to the possibilities arising of this “new” resource.

Keywords: Cybernetics. Space. Resource Power. Territorialization. Border-point.

<sup>1</sup> Artigo premiado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR.

<sup>2</sup> Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) - Resende-RJ, Brasil.

E-mail: <wbfneto@bol.com.br>

Mestre em Estudos Estratégicos (UFF - INEST).

### I INSTIGAÇÕES INICIAIS E MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nos últimos anos, tem-se verificado um aumento na quantidade de fatos, de documentos oficiais, de bibliografia e de pesquisas cuja temática é a cibernética empregada na relação entre Estados. Expressões como defesa e segurança, comando e centro militar cibernéticos e guerra cibernética ganham projeção e espaço nas agendas políticas.

Isso se justifica porque no interior dessa “nova” palavra se encontra um dos tradicionais recursos de (e do) poder: a informação. A novidade é que, dependendo da capacidade de cada ator, ciberneticamente falando, há a possibilidade de um ganho real de tempo e, a partir de então, de uma maior consciência situacional.<sup>3</sup> A partir do uso da cibernética, o tomador de decisão aumenta a probabilidade de influenciar outrem e, por conseguinte, aumenta sua chance de êxito na consecução do objetivo.

Desse modo, de timoneiro ou de governo, pelo sentido empregado na Grécia Antiga (MOREIRA, 1980), passando pelo estudo que visava à substituição das funções humanas de controle por sistemas mecânicos e eletrônicos (WIENER, 1973), a cibernética alcança, hoje, uma conotação que compreende as ideias mestras de informação e de comunicação, daí o termo infovias, utilizado para representar os meios pelos quais as informações digitalizadas circulam.

Como uma consequência, hipoteticamente falando, em face das possibilidades a partir do uso da cibernética, a segurança das infovias – estas constituídas por ferramentas de Tecnologia da Informação e das Comunicações – passou a ser mais uma meta perseguida pelo Estado, a fim de garantir o fluxo de suas mensagens e impedir ou negar acesso não autorizado ao conteúdo que por essas vias transitam.

Ainda como hipótese, esses mesmos noticiários, agendas e discursos acerca da cibernética tratam-na: 1) ora como um recurso à disposição da

<sup>3</sup> Segundo Silveira (2011, p. 33): “Uma robusta rede integrando forças geograficamente esparsas e de natureza difusa, todas providas por um mesmo nível de informações (táticas e estratégicas) de modo a tirar partido de um mais amplo conhecimento da situação (situation awareness) nos diversos níveis de comando, a permitir melhor sincronização de ações e acelerar decisões, aumentando a eficácia das missões dessas forças integradas por redes digitais de alta velocidade”.

política, materializado na informação, portanto um recurso clássico, que, de “novo”, possui apenas seu processamento por um computador; 2) ora como mais uma dimensão espacial, o ciberespaço, um domínio espacial autônomo, da mesma forma que o terrestre, o marítimo, o aéreo e o extra-atmosférico.

Quanto a esta última ótica, apesar de formalmente considerado um espaço de uso comum, ou um *global common* na visão de Posen (2003), de Rodrigues (2012) e de Ferreira (2012), esse espaço tem seu controle realizado apenas por alguns atores: os mais aptos.

Assim, a cibernética passa a ser tratada como um território, *locus* em que o poder é exercido e confrontado de forma constante, pois é objeto inerente a uma relação. O que acontece é que, diferentemente dos espaços tradicionais, o ciberespaço é bastante artificial, fruto do atual estágio de desenvolvimento da sociedade e de suas ferramentas tecnológicas. Esse espaço, logo, possui características que desafiam a apreensão e, por conseguinte, a compreensão imediata acerca de sua realidade. Todavia, ao que tudo indica, ele existe.

Portanto, tratando a cibernética como um espaço, verifica-se um processo que os estudos geográficos e geopolíticos denominam *territorialização*, definido por Robert Sack (1986 apud HASBAERT, 2002, p. 119) como uma “tentativa de um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através de delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Esse processo enfatiza, portanto, “o controle de acessibilidade, o território definido, sobretudo através de um de seus componentes, a fronteira, forma por excelência de controlar acesso” (HASBAERT, 2002, p. 119).

Dessa forma, para dar o primeiro passo na direção de uma apreensão desse fenômeno aplicado a essa dimensão, é necessário entender que a delimitação da fronteira do “território cibernético”, um território originalmente na forma de rede (“*território-rede*”), não pode ser pensada no formato de zona ou de faixa, como ocorreu com o espaço terrestre até a Idade Média, nem no de linha, como passou a ser tratada a epiderme do Estado moderno (MEIRA MATTOS, 1990; RAFFESTIN, 1993; GIDDENS, 2001; BUZAN; HANSEN, 2012), aproveitando-se de uma maior capacidade de centralizar informações e de produzir tecnologia, como foi o caso da representação por meio de mapas cartográficos.

A fronteira do “*ciberterritório*”, coexistindo com as formas pretéritas de delimitação de poder no espaço, deve ser vista na forma de ponto, que pode ser, ao mesmo tempo, uma informação em seu “pacote”, ou um “nó” de uma infovia, ou, ainda, uma estrutura estratégica ou infraestrutura crítica selecionada graças, mais uma vez, ao aprimoramento dos recursos

disponíveis ao principal ator do sistema internacional: o Estado.

Além disso, ao se abordar a cibernética como mais um recurso de (e do) poder, percebe-se que esse instrumento vem servindo também para uma (re)territorialização dos espaços tradicionais, que se encontram expostos ao que se convencionou chamar de globalização, e que, por consequência, estariam submetidos a um processo de (des)territorialização. Esse é o fenômeno da territorialização, da (des) territorialização e da (re)territorialização apontado por Claude Raffestin pela sigla T–D–R (RAFFESTIN, 1984 apud SAQUET, 2007).

Essa, portanto, é uma das linhas mestras e premissas deste trabalho, em que o conceito de (des) territorialização, por um lado, e os de territorialização e (re)territorialização, por outro, dentro do espaço cibernético, estarão confrontando-se de forma constante, como na lei da ação e reação, mas nem sempre historicamente atingindo uma síntese, como nos mostram os imponderáveis *clausewtzianos*. É na permanência desse confronto que surgem os conflitos e a demanda por uma normatização, a fim de se evitar a guerra.

Essa relação de causalidade pode ser assim evidenciada: quanto maior a territorialização do ciberespaço, maior é a capacidade de (re)territorializar, isto é, controlar as demais dimensões espaciais. Ainda, em virtude da atualidade e da complexidade do tema – que, por si, envolve várias áreas do pensamento científico, tanto exatas quanto naturais, sociais e humanas –, faz-se mister o registro do que não se pretende realizar.

Primeiramente, ressalta-se que, como se está tratando de relações entre Estados, o trabalho não aborda a perspectiva entre Estado-indivíduo em seu ordenamento jurídico, como, por exemplo, as regras de uso e controle da internet e de redes sociais;<sup>4</sup> de crimes comuns via meios eletrônicos ou informatizados, de prostituição ou pedofilia “virtual”.<sup>5</sup> Apesar disso, tem-se ciência dessa possibilidade, que, na visão do geógrafo suíço Claude Raffestin (1993), caracterizaria a utilização do aparelho estatal para o controle de sua população ou, para Kaplan (1974), serviria como mais um recurso que o Estado passa a possuir para garantir algumas de suas principais funções, como a institucionalização; a legitimidade e o consenso; a legalidade; a coação social; a educação e a propaganda; e a organização coletiva.

Também não se abordam profundamente

4 Como ocorreu no Congresso Norte-Americano o debate sobre o Stop Online Piracy Act (SOPA) e o Protect IP Act (PIPA).

5 Como foi o caso, no Brasil, da aprovação da lei 12.737, em 03/12/2012, a qual prevê prisão para quem cometer crime na internet: “Invadir computadores alheios ou outro dispositivo de informática com a finalidade de adulterar, destruir ou obter informações sem autorização do titular”, ficando conhecida como lei Carolina Dieckmann.

as operações e os termos técnicos a respeito da cibernética ou do uso da segurança das informações, como no caso de modelos matemáticos ou chaves logarítmicas, sistemas criptográficos e *malwares* (vírus, antivírus, *trojan horses* e *worms*) no interior de um *software*.

O estudo e a aplicação da cibernética no campo da neurociência também não são levados em consideração, embora se tenha plena certeza que é de grande valia para o desenvolvimento científico por envolver o “comando e o controle” do próprio organismo, tal qual um sistema aberto idealizado por Wiener (1973) em sua teoria.

## 2 O CIBERESPAÇO E SEU USO PELO E PARA O PODER

Para Lévy (1999), o ciberespaço corresponde a um espaço de comunicação aberto pela interconexão de computadores e das memórias dos computadores, incluindo os sistemas de comunicação tanto por meio de ondas *hertz* quanto pela telefonia clássica, a partir do momento em que essas participarem do processo de transmissão de informações digitalizadas.

Mandarino Júnior (2011), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República do Brasil (GSI/PR), acredita que o espaço cibernético compreende também as pessoas, as empresas e os equipamentos que porventura estejam interconectados, participando, de alguma maneira, do tráfego de informações digitalizadas.

Richard Clarke e Robert Knake debruçaram-se sobre esse tema em um dos capítulos do *Cyber war: The Next Threat to National Security and What to Do About It*. Os autores iniciaram investigando o que seria o ciberespaço e indicando que o termo mais parecia, em um exercício de imaginação, outra dimensão, com iluminação verde e coluna de números e símbolos piscando no ar como no filme *Matrix* (CLARKE; KNAKE, 2010).<sup>6</sup> Mas, logo em seguida, atestam que esse novo espaço é realmente bem mundano, no qual está inserido o *laptop* que nós conduzimos ou o que as crianças levam para a escola ou, ainda, um computador de nosso local de trabalho ou uma tubulação instalada sob uma rua. Para Clarke e Knake (2010), hoje o ciberespaço está em toda parte, em todo lugar em que encontramos um computador, ou um processador, ou um cabo de ligação.

Esses norte-americanos trazem como conceito que o ciberespaço corresponde a todas as redes de computadores em todo o mundo e a tudo que conecte ou controle. Ciberespaço inclui outras redes de computadores além da internet, que, supostamente,

não são acessíveis a partir desta (CLARKE; KNAKE, 2010).

Nesse sentido segue Reveron, baseando-se na definição de ciberespaço do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, informando que esse espaço é “um domínio global dentro do ambiente de informação que consiste na rede interdependente de infraestruturas de tecnologia da informação, incluindo a internet, redes de telecomunicações, sistemas de computador e processadores embarcados e controladores” (REVERON, 2012, tradução nossa).

Prossegue esse autor afirmando que o ciberespaço, assim como o ambiente físico, é muito abrangente, incluindo o *hardware*, como redes e máquinas; as *informações*, como dados e mídia; o *cognitivo*, como o processo mental das pessoas; e o *virtual*, no qual as pessoas se conectam socialmente (REVERON, 2012).

Daniel Ventre, pesquisador do Centro de Investigações Científicas e secretário geral do Grupo Europeu de Pesquisa de Normas (GERN), ambos de Paris, elaborou uma proposta quanto aos componentes do ciberespaço. Para Ventre, esse espaço é composto por três “camadas”, assim denominada cada parte desse domínio. Colocando em uma tabela, a proposta de Ventre fica assim ilustrada:

Tabela I - Espaço cibernético: “camadas” e respectiva composição

“CAPA”	COMPONENTES
Inferior	- física, material, condizente com a infraestrutura (hardware, redes,...)
Intermediária	- softwares de aplicações
Superior	- cognitiva

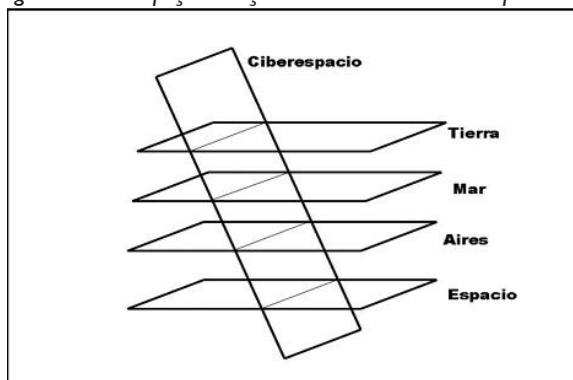
Fonte: elaborado com base em Ventre (2012, p. 34).

A visão do pesquisador do GERN-Paris se coaduna com a tríade formulada por especialistas das áreas de análise de sistemas e de informática, que entendem o hardware como a parte rígida ou os componentes do sistema; o software, o que diz respeito à programação; e o *peopleware*, referindo-se às pessoas que atuam nesse setor por meio do conhecimento. Além disso, representando graficamente, Ventre (2012, p. 34) expõe o domínio cibernético em face das outras dimensões espaciais, conforme Figura 1, afirmando que uma das características mais marcantes desse novo domínio é a sua transversalidade.

Essa transversalidade torna-se uma característica bem significativa do ciberespaço, uma vez que permite a projeção de poder e seus reflexos nos demais domínios espaciais ou, como é tratado até aqui, o fenômeno da *(re)territorialização*. Ainda se atendo ao ciberespaço, sobretudo quanto às suas características e composição, Nye (2012) enxergou essa

<sup>6</sup> A obra de Clarke e Knake (2010) e a de Reveron (2012) foram consultadas no formato de leitura do kindle (e-book), razão pela qual não foi possível a definição de uma numeração de página específica.

Figura 1 - Ciberespaço e relação com outras dimensões espaciais.



Fonte: Ventre (2012, p. 35).

dimensão espacial dividida em duas partes principais: o “intraespaço” e o “extraespaço” cibernético.

Ao se analisar essa forma de simplificação, chega-se à conclusão que muito condiz com a visão do chefe do Comando Cibernético dos Estados Unidos, general Keith Alexander, que vê o ciberespaço “sendo usado por militares no futuro operando de dentro (ou através dele) para atacar pessoal, instalações ou equipamentos [...]” (ALEXADER apud REVERON, 2012, tradução nossa).

Dessa forma, ambos mencionam a possibilidade de operações ocorrerem *dentro* (no *intraespaço*) e *através* (no *extraespaço*) do ciberespaço. Nye chega a comparar o poder advindo da cibernética com o poder marítimo, no qual também se distingue o *poder naval sobre os oceanos* – o que, por sua teorização, corresponderia ao *intraespaço marítimo* – do *poder naval sobre outros domínios*, isto é, o poder projetado do ambiente marítimo para outro domínio espacial, no caso o *extraespaço* cibernético.

No *intraespaço* de Nye, na “capa” inferior e intermediária de Ventre, ou no que se denominou ao longo do trabalho *Espaço cibernético considerado em si mesmo*, algumas ações são efetuadas a partir do, e com reflexos no, próprio espaço, como nos exemplos dos ataques de negação de serviço (*Distributed Denial of Service – DDoS*),<sup>7</sup> ou do controle de companhias e empresas, no caso da estrutura física do ambiente cibernético, ambas caracterizando formas de *hard power*.

Ao mesmo tempo, a relação política e seus conflitos nesse espaço podem ocasionar reflexos externos, tanto no mundo sensorial humano – como no ataque ao sistema SCADA, em 2010, nas usinas nucleares iranianas ou na possibilidade de rupturas de serviços essenciais à população – quanto no caso de danos às estruturas estratégicas de um Estado: energia elétrica, distribuição de água, serviço de telecomunicações, sistema financeiro, etc.

<sup>7</sup> Ou *DoS Attack*, que ocorre a partir da sobrecarga do sistema e não de uma invasão. Geralmente, um computador mestre comanda milhares de computadores denominados *zumbis*, que passam a funcionar como máquinas escravizadas.

Dessa forma, e por suas várias interpretações e possibilidades, o espaço cibernético, apesar de considerado virtual e um *global common*, já há algum tempo o deixou de ser. Alguns atores apropriam-se desse espaço, delimitando-o unilateralmente e dispondo de seu controle. É nesse sentido que se enxerga o espaço cibernético não mais como um espaço comum, e sim como um território. Tentar entendê-lo e teorizá-lo, para saber “jogar”, e defini-lo, delimitá-lo e demarcá-lo, com as respectivas responsabilidades advindas, torna-se um pressuposto a ser considerado na formulação de políticas sobre esse tema e sob essa abordagem.

## 2.1 O território cibernético e sua fronteira

Compreensão exige teorização. Teoria exige abstração, que, por sua vez, exige simplificação e ordenamento da realidade (HUNTINGTON, 1996). Esse entendimento é necessário para a compreensão do *constructo* que se fez até aqui. As percepções sobre a confluência da aplicação do conceito de território e da Teoria das Fronteiras no ambiente cibernético se, no início da pesquisa, deram-se de forma dedutiva, ao longo desta investigação foram-se confirmando, tanto pela bibliografia consultada quanto pelas notícias e pelos documentos de órgãos públicos, corroborados em entrevistas de agentes, militares e civis.

Além disso, as ações planejadas e já implementadas para esse domínio seguem esse sentido. A resposta do Estado para essa possibilidade de ação no ambiente cibernético acompanha o fio condutor da territorialização ocorrida outrora com os demais domínios: o terrestre, o marítimo, o aéreo e o extra-atmosférico.

Na abertura do III Seminário de Defesa Cibernética, o ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim (2012), argumentou:

A internet alterou os parâmetros de ação humana. O próprio conceito de realidade foi expandido pelo espaço digital. A cibernética emergiu como um novo domínio para a Defesa, e veio somar-se ao mar, à terra, ao ar e ao espaço. Aberto à ação humana, o domínio cibernético abre-se também ao conflito.

A revista *The Economist* (2010) de certo modo referiu-se aos estudos de Clarke e Knake (2010) sobre a guerra cibernética no artigo Guerra no quinto domínio: o mouse e o teclado são as novas armas do conflito?

O general João Roberto de Oliveira (2012), pioneiro na implantação do setor cibernético no Exército Brasileiro e hoje à frente do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SisFron) assim se



expressou:

[...] No campo militar e mesmo no político, considera-se que existem cinco dimensões no conflito moderno: o terrestre, o aéreo, o marítimo, o espacial e o cibernético. Para os três primeiros é possível estabelecer-se limites ou fronteiras físicas. Na dimensão espacial já há dificuldade de se estabelecer limites ou fronteiras, pois o espaço sideral não é regido, ainda, por regras de utilização bem delimitadas. Temos discussões em alguns órgãos internacionais sobre situações focais, como por exemplo, o uso do espaço para a localização de satélites geoestacionários e outros temas de interesse comum (por sinal, o Brasil está muito atrás nessa discussão, pois até agora o País não tem nenhum satélite próprio).

Inúmeros países e outros atores do sistema internacional, dos diversos tabuleiros e posições do jogo do poder participam dessa reação, tentando ora delimitar unilateralmente esse novo espaço, ora elaborar normas para a garantia de seu funcionamento:

Intelligence Agency e de um Comando específico criado em 2010 para a cibernética (o USCYBERCOM) (OLIVEIRA, 2011, p. 116-117) (Quadro 1);

- o Reino Unido, com a primeira estratégia nacional de segurança cibernética (Cyber Security Strategy of the United Kingdom: safety, security and resilience in cyber space), lançada em 2009, com a previsão do Office Cyber Security (OCS), órgão responsável pela macrocoordenação, o Cyber Security Operations Center (CSOC), para monitorar o espaço cibernético e coordenar respostas aos incidentes (CANONGIA; MANDARINO JÚNIOR, 2009, p. 30-34);

- a China, anunciando a criação de uma unidade específica de segurança e defesa na Província de Cantão (VENTRE, 2012, p. 43), no que segue Clarke e Knake (2010), e até mesmo de uma Força Armada específica, “guerreiros cibernéticos”, com a Coreia do Norte também seguindo essa mesma linha (SANTOS, 2011);

- o Canadá, com a Canada's 2010 Cyber Security Strategy (CCSS-CAN), pela qual foram enfatizados três

Quadro 1 - Estrutura de segurança e defesa cibernética dos EUA.

Órgão	Funções de Interação com o Comando Cibernético
National Security Council	planejar e coordenar as atividades gerais ligadas à segurança cibernética (natureza política);
Department of Defense	providenciar a capacitação e o adestramento profissional em Segurança e Defesa Cibernética em ligação com o Homeland Security e o Director of National Intelligence;
Defense Information Systems Agency	planejar, instalar, operar e manter, com segurança, a estrutura de TIC necessária para apoiar as operações conjuntas das Forças Armadas, líderes nacionais e outras missões envolvendo parcerias internacionais (coalizões) em todo o espectro de ações militares;
National Security Agency	assegurar as atividades de inteligência do sinal <sup>8</sup> nos EUA, as quais enquadram a inteligência da área cibernética;
Department of Homeland Security	providenciar um estado de prontidão nacional em face das ameaças cibernéticas às infraestruturas críticas do país;
Department of Education e Office of Science and Technology Policy	providenciar ações relativas à educação formal do cidadão a respeito da ameaça cibernética em todos os níveis e em diferentes graus de intensidade;
Office of Personnel Management	conscientizar os servidores públicos federais no que se refere ao seu papel no combate às ameaças cibernéticas.

Fonte: Elaborado com base em Oliveira (2011).

- os Estados Unidos, por meio do Department of Defense (DoD), da Defense Information Systems Agency, da National Security Agency (NSA), do Department of Homeland Security, da Defense

*pilares:* 1) sistemas de segurança de governo; 2) parceria com o setor privado; e 3) segurança aos canadenses no acesso on-line por meio de medidas de sensibilização. A estratégia canadense para o ciberespaço também atribuiu inúmeras responsabilidades entre os órgãos da administração pública, civis e militares daquele país (DEIBERT, 2012, p. 3);

<sup>8</sup> Inteligência de sinais – resulta da coleta, da avaliação, da integração e da interpretação dos dados relativos às emissões eletromagnéticas, compreendendo as inteligências de comunicações e eletrônica (BRASIL, 2007).

- na Europa, além da Inglaterra, destaca-se a Alemanha, por meio da Cyber Security Strategy for Germany (CSSG-ALE), e a França, pela Défense et sécurité des systèmes d'information: stratégie de la France;
- com relação aos organismos internacionais, a atenção é para a reação da OTAN, com o Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (NATO CCD COE), e da ONU, conforme relatado em momento anterior, que realizou, inclusive, exercícios reais entre países da região do sudeste asiático próximos ao gigante chinês.

O fato é que esse “novo” domínio traz consigo uma série de questionamentos e, por consequência, incertezas.

Para o general José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro (CDCiber/EB), em entrevista à revista Época, de 18 de julho de 2011: “No espaço cibernético a fronteira não existe [...]. O inimigo é difícil de identificar”. Para Mandarino Júnior, diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do GSI/PR: “Aqui (no espaço cibernético), a exemplo do espaço real, também são estabelecidas relações sociais e políticas, no tempo e no espaço” (MANDARINO JÚNIOR, 2011). Essas duas afirmativas demonstram bem os pontos de vista e as discussões a respeito do ambiente que envolve a cibernética, sobretudo no tocante à delimitação do poder nesse espaço, por ora desafiador.

A primeira afirmativa, feita pelo Chefe do CDCiber/EB, é propensa a declarar a inexistência de uma fronteira no espaço cibernético atualmente. Contudo, in fine, o mesmo militar admite que há um inimigo, porém de difícil identificação. Na verdade, como uma inferência, o que o general quis indicar, mesmo ciente da existência de um poder contrário – um oponente – nesse tipo de espaço, foi a impossibilidade de um encaixe do constructo voltado para a fronteira terrestre, uma fronteira tradicional, no ambiente cibernético.

Isso ocorre, também, em face da dificuldade de se detectar a origem, a autoria e a materialidade do ataque. Essas são, sem dúvida, algumas questões postas. De antemão, é preciso ter em conta que o espaço nesse ambiente não é natural nem pertence a uma geografia clássica. Esse espaço é específico, obedece a outras regras, e não a que considera o território mero substrato físico. O território do domínio cibernético é artificial, produto do homem e fruto do nível tecnológico atual, e é, originariamente, um “território-rede”, ou melhor, uma “rede-território”.

Da segunda afirmação, de Mandarino Júnior, diretor do DSIC/GSI/PR, apreende-se uma intenção de delimitar esse espaço em face das relações sociais e das políticas existentes, isto é, de poder, tal como acontece no espaço natural. O que ocorre, então, é que esse inimigo, lembrando a afirmativa do

general, é um oponente que consegue se valer das características desse ambiente para não ser detectado ou, pelo menos, dificultar ao máximo sua detecção. Todavia, ele está lá, atuando e jogando com o poder, ocupando assim um espaço, interagindo e exercendo influência.

Ao contrário, portanto, do que se possa pensar inadvertidamente, parece haver um território cibernético, havendo desse modo uma delimitação política espacial – uma fronteira – no denominado ciberespaço, ainda que por ora não regulamentada, ou não tendo todas as suas fases de regulamentação percorridas formalmente.<sup>9</sup>

No ambiente cibernético do globo, os Estados definem seus territórios “nitidamente”, isto é, apropriam-se de um espaço comum (global common) por meio do poder. Como exemplos imediatos, mas *não únicos*, tem-se os domínios dos sítios “.br”; “.us”; “.uk”; “.it”;..., que indicam perfeitamente os respectivos territórios.

Ainda nesse sentido, os Estados Unidos delimitaram não só o território de atuação do seu poder, como, internamente, distribuíram competências e atribuições acerca de cada domínio: o “.mil” ficou sob o encargo do comando combatente (USCYBERCOM), enquanto os “.gov” e “.com” foram atribuídos ao Department of Homeland Security e às empresas privadas, respectivamente (CLARKE, 2010; ZUCCARO, 2011, p. 64), ao que também segue Oliveira (2011, p. 116-118) quanto às atribuições dos órgãos e das agências norte-americanos. A estrutura montada e que funciona nesse ambiente também sofre influência do poder. A segurança dos backbones, dos data centers, dos firewalls<sup>10</sup> e demais elementos de filtragem e da hospedagem de sítios são alguns dos exemplos de que há “nitidamente” um exercício de poder no espaço cibernético, portanto há um território e, por conseguinte, sua respectiva fronteira.

Ocorre que, diferentemente das fronteiras delimitadas até então (terrestre, marítima, aérea), todas perceptíveis, incluindo-se, de certo modo, o limite extra-atmosférico, uma nova fronteira desafia homens e Estados devido à sua virtualidade, velocidade, versatilidade, flexibilidade, ambiguidade e, porque não

<sup>9</sup> Definição, delimitação e, por fim, demarcação são as fases formais exigidas pelo Direito Internacional Público para o estabelecimento de uma fronteira. “A linha fronteiriça só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa. ‘De fato estabelecida’ significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivessem essa fronteira em comum. Pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual a fronteira pudesse ser o pretexto” (RAFFESTIN, 1993; MAGNOLI, 1997, p. 240).

<sup>10</sup> Em uma rede de computadores, backbone designa o esquema de ligações/conexões centrais de um sistema mais amplo, tipicamente de elevado desempenho. Dentro de um sistema de capilaridade global, como a internet, há uma hierarquia, uma escala dessas ligações/conexões: a intercontinental, a internacional e a nacional, alcançando as empresas de telecomunicações, que representam, apenas, a periferia do backbone nacional. Data centers – centros de processamento e de armazenamento de dados. Firewalls – filtros de “pacotes” de informações.

dizer “volatilidade”.

O fluxo que “navega” por essa fronteira não é tão perceptível – pelo menos a olho nu e nem por equipamentos como luneta, binóculo, radar, etc. –, pois o que flui nessa rede são, sobretudo, informações por meio de caracteres simbólicos dentro de pacotes<sup>11</sup> que, muitas vezes, fogem da imediata apreensão e compreensão. A delimitação de poder e de responsabilidades no espaço cibernético torna-se, doravante, a meta perseguida visando à garantia, sobretudo, da segurança, da harmonia e da paz, seja no ambiente interno, seja no internacional.

Nesse novo cenário, os conceitos geográficos de rede, de ponto e de “nós”, outrora estudados nos espaços terrestre, marítimo e aéreo, serão de suma importância. Sua aplicação guiará os Estados e os Organismos Internacionais reguladores do direito na formulação dos limites do espaço cibernético, ou melhor, do seu território. Se antes já existiam formas de controle e de monitoramento para as fronteiras tradicionais, nessa “nova” os contornos não se mostram muito claros nem precisos. Entretanto, é certo que essa “nova fronteira” não existe de hoje.

e seus possíveis reflexos ainda nos idos da década de 1970, denominando-o “*cibernetização*”:

O grau de cibernetização indica, atualmente, o padrão tecnológico da sociedade. As atividades dos grandes complexos empresariais ou educacionais estão relacionadas, hoje, com os computadores, cujas memórias realizam cálculos [...]. Os números – 70 mil computadores nos EUA e 1.500 no Brasil – revelam o profundo gap, em termos de avanço tecnológico entre ambos os países (MEIRA MATTOS, 2011, p. 310).

Esse processo de pressionamento assemelha-se bastante ao que deu origem à construção das fronteiras do espaço terrestre. Para ilustrá-la, também é Meira Mattos (1990) quem faz um resumo histórico sobre a Teoria das Fronteiras, no qual agora pode ser acrescentado mais um estágio, buscando representar o que se entende como uma nova fase dessa teoria, aplicada também ao ciberespaço, simultaneamente uma rede e um território, desde sua origem.

Se se observar mais atentamente, além da

Quadro 2 - Resumo histórico: evolução das fronteiras e proposta

Fases/estágios		Descrição
1º	Vazios de ecúmene	característico do mundo antigo, pouco povoado, quando os núcleos geo-históricos eram separados por enormes vazios demográficos;
2º	Largas zonas inocupadas ou fracamente ocupadas	essas zonas não abrigavam nenhum poder político capaz de perturbar os interesses dos núcleos geo-históricos de que eram separadores;
3º	Faixas relativamente estreitas, chamadas fronteiras-faixa	nas áreas em que o povoamento dos países limítrofes não chega a pressionar um sobre o outro;
4º	Fronteira-linha, estabelecida sob critérios vários (natural, artificial, astronômica, étnica)	nas áreas em que a densidade populacional colocou em contato permanente o interesse das partes;
5º	Fronteira-ponto, acompanhando o atual estágio tecnológico	no ciberespaço, em sua estrutura física e/ou na imaterial, em que os interesses, por meio do fluxo de informações, podem colidir e causar danos a “pontos” escolhidos no território ou fora deste. Selecionam-se “nós” da rede e “pacotes” de informação que por esta trafegam.

Fonte: adaptado de Meira Mattos (1990, p. 17).<sup>12</sup>

### 2.1.1 Da “fronteira-zona” à “fronteira-ponto”

Como um dos fatores que provocaram a corrida por esse “novo” espaço encontra-se a internet: a instalação e a operação da rede mundial de computadores na escala global. Outro fator como consequência desse anterior é caracterizado pelo exponencial aumento do número de pessoas que passaram a ter acesso a esse meio e que vem, portanto, ocasionando uma “pressão” nesse espaço. Meira Mattos (2011[1977]) já apontava para esse fenômeno

pressão demográfica (MEIRA MATTOS, 1990) e da centralização do poder pelo Estado (GIDDENS, 2001), outro fator é responsável pela evolução das fases ou estágios das fronteiras: o *fator tecnológico*. À medida que se desenvolveram instrumentos que capacitaram um maior poder de monitoramento dos espaços, por meio do controle e do armazenamento das informações, mais nítida tornava-se sua delimitação, passando-se de uma forma de zona para a de faixa até chegar à de uma linha.

Acredita-se que, no atual estágio tecnológico, os Estados são capazes de delimitar seus interesses à escala de um “ponto”, alcançando-se, assim, a fase ou o estágio da “fronteira-ponto”, como um reflexo da

<sup>11</sup> Termo que nessa área científica indica um grupo de informações sendo transportadas unitariamente.

<sup>12</sup> O 5º estágio está sendo proposto por nós.

trajetória histórica da capacidade de monitoramento e controle do sistema de Estados, caracterizando-se, dessa forma, a 5ª fase ou estágio da evolução das fronteiras.

A *fronteira*, nessa visada, passa a ser *ponto* (*fronteira-ponto*) não simplesmente pelo objeto a ser defendido, pois isso já ocorria nas outras dimensões que não a cibernética, como no caso dos castelos, das fortalezas, dos fortes, de cidades, portos, estreitos e ilhas, ainda na Idade Média (MEIRA MATTOS, 1990; RAFFESTIN, 1993; NYE, 2012; BUZAN; HANSEN, 2012) ou pelos Estados tradicionais (GIDDENS, 2001, p. 67-86). Nem também se está referindo à fronteira cibernética (*cyber boundary*) indicada por Clarke e Knake (2010) em seu glossário; nem ao ponto que esses autores indicam dentro dessa fronteira. Para eles, *fronteira cibernética* é empregada no sentido do limite entre o mundo *cyber* e o cinético, e o *ponto* diz respeito ao momento em que o comandante deverá decidir se (e como) passar de uma guerra puramente cibernética para uma envolvendo forças convencionais ou com armas cinéticas.

Como um dos resultados dessa investigação científica, tem-se o *ponto*, ou melhor, a “*fronteira-ponto*”, como reflexo de uma maior capacidade de controle das informações e de monitoramento, de maior precisão e velocidade de tomada de decisão entre o sensoriamento (detecção, vigilância), o processamento e a atuação (D-P-A), os quais correspondem ao seguinte: *detecção* – obtenção de informação sobre possíveis ameaças; *processamento* – trabalho da informação com vistas à tomada de decisão e implementação; e *atuação* – implementação da decisão e neutralização da ameaça (AMARANTE, 2010, p. 4-7).

Esses pontos, a título de exemplo, significam: 1) as informações digitalizadas em seus “pacotes” transitando por uma rede, localizada dentro ou fora do território terrestre (pelos *backbones* e cabos, pelas ondas *hertz* e fibra ótica), sendo processadas ou armazenadas em um computador (*datacenter*) (ativos da informação);<sup>13</sup> 2) os “nós”, isto é, os pontos de conexão da rede pelos quais trafegam esses fluxos (“pacotes”); e 3) as estruturas estratégicas (infraestruturas críticas) com interesses vitais para o Estado. Este último caracteriza o “*extraespaço*”, enquanto os dois primeiros correspondem ao “*intraespaço*” ou ao “*ciberespaço considerado em si mesmo*”.

No caso das informações e de seus “pacotes”, a abstração contida no princípio do direito sobre a extraterritorialidade diz respeito, por exemplo, a hipóteses em que, mesmo não estando situadas no território terrestre, no mar territorial ou no espaço

aéreo do país, pessoas ou coisas são salvaguardadas. Como origem desse postulado, pode ser citada a obra de Hans Kelsen (apud DALLARI, 1995, p. 74-76), a partir do momento em que esse autor desvincula o objeto de interesse do Estado do seu *locus* de atuação de poder – seu território. Assim sendo, em alguns casos a personalidade jurídica do Estado fica assegurada juridicamente para o “além terra”: o “*território-competência*”.

O resultado dessa construção teórica pode ser visto, de forma exemplificativa e sintetizada, no artigo 7º do Código Penal Brasileiro, quando ficam submetidos à legislação brasileira, embora cometidos no estrangeiro, crimes contra o presidente da República, o patrimônio ou a fé pública da União e demais entes federativos. Além disso, encontram-se sob essa proteção as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as autarquias ou as fundações instituídas pelo poder público e a própria administração pública. Em todos esses, a finalidade perseguida é a salvaguarda da personalidade jurídica estatal e seus interesses, isto é, a proteção da instituição, mesmo fora de seu território físico.

No mais, objetos ou coisas também são colocados sob essa condição, embora com algumas nuances (extraterritorialidade condicionada), como é o caso de aeronaves e de embarcações brasileiras, mercantes ou privadas, quando em território estrangeiro. Essa é uma das soluções que o sistema de Estados pode adotar a fim de determinar fronteiras no espaço cibernético.

É dessa forma que se pode concluir que no espaço cibernético, considerado em si – em muitas ocasiões imperceptível, com estrutura micro ou nano –, vem ocorrendo uma territorialização, uma vez que a disputa pelo controle de informações e da possibilidade de seu fluxo vem sendo objeto de poder. Ao mesmo tempo, também se infere que há uma (re) territorialização ocorrendo nos demais domínios espaciais, fruto das possibilidades advindas desse recurso.

Como exemplos localizados no domínio terrestre, as usinas hidrelétricas e as centrais de distribuição de energia, as estações de tratamento de água e o setor financeiro, considerados essenciais para o Estado e para seu sistema, são selecionados a fim de uma atenção maior no que tange à segurança e à defesa.

Mais uma vez, portanto, a delimitação dessa fronteira, de forma clara e precisa, torna-se crucial para a manutenção da harmonia, da segurança e da paz. Com as pressões exercidas nessa nova dimensão e a busca pelo seu empoderamento, há a transformação do conceito *espaço* para o de *território*, vez que, intrinsecamente, circula e se confronta poder.

Como mais um aspecto, a informação, em si, não tem valor caso não se tenha capacidade de

<sup>13</sup> Ativos de informação – meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso (BRASIL, 2010).



processá-la ou de torná-la inteligível, em certo tempo, para determinados fins. Assim, o conhecimento mais detalhado das características dessa fronteira torna-se primordial, pois proporciona condições de defender tanto as informações quanto alguns pontos de uma rede e de um país.

### **2.1.2 Fronteira cibernética: classificação, realidade e representação**

De forma semelhante aos estágios registrados, a teoria de Meira Mattos, com base no estudo de alguns dos principais pensadores geopolíticos, permitiu a classificação das fronteiras segundo vários critérios. Partindo dessa classificação, essa “nova” fronteira, objeto de nosso estudo, pode ser tida como *artificial*, *ocupada*, *esboçada*, *planejada* ou *de construção* e *antropogeográfica*. Segue descrição correspondente a cada uma dessas características.

Quanto a ser *artificial*, esta se refere à natureza da fronteira e ao ambiente criado e manipulado pelo homem; *ocupada*, devido ao grau de ocupação, dado pelo fluxo material ou imaterial, mas com reflexos no mundo físico que a perpassa; *esboçada*, quanto ao grau de evolução (BRUNHES; VALLAUX apud MEIRA MATTOS, 1990, p. 31), pois ainda não se impõe uma demarcação clara. No entanto, aqui cabe um destaque: pelo que constatamos ao longo da pesquisa, devido às pressões exercidas ultimamente nesse espaço, podemos enquadrar essa fronteira na transição entre a forma esboçada e a de fronteira *viva* ou *de tensão* em face do confronto real e constante de interesses.

Com relação à fronteira *planejada* ou *de construção*, consoante Rudolf Kjéllen (apud MEIRA MATTOS, 1990, p. 32), isso se dá devido ao sentido de obedecer à finalidade e ao traçado dado pelo homem. É classificada como *antropogeográfica* porque obedece ao critério realístico ou existente, na concepção de Whitemore e Boggs (apud MEIRA MATTOS, 1990, p. 33), devido às características do fluxo (linguístico, cultural, estratégico ou militar). É por possuir qualidades intrínsecas à fronteira do tipo antropogeográfica que a delimitação da fronteira cibernética, em si, torna-se muito complexa e altamente conflitante.

Meira Mattos (1990, p. 34) afirma que fisicamente é até mesmo impossível o estabelecimento de fronteira quando esta é do tipo antropogeográfica. Todavia, ressalva esse autor que as fronteiras, mesmo as naturais – que até hoje são as mais claramente delimitadas –, nem sempre o são fisicamente. Grande parte, por sinal, ocorre por convenção ou acordo entre as partes (convencionalidade). É como afirma Lacoste (1989): as fronteiras são delimitações políticas. Foi o que ocorreu inicialmente com a terrestre, a marítima e a aérea.

Em relação à marítima, esse tipo de fronteira

foi inicialmente considerada por F. Ratzel (apud MEIRA MATTOS, 1990, p. 37) “a fronteira ideal”, pois separaria, protegeria, isolaria ou uniria de acordo com a conveniência do Estado. Quanto à aérea, elaborada após o desenvolvimento da aviação (pós-I GM), o escritor francês Victor Hugo chegou a escrever para seu conterrâneo, o balonista Félix Nadar, afirmando que, além do fim das guerras, o uso do espaço aéreo pelo avião ocasionaria a “imediate, instantânea, universal e perpétua abolição das fronteiras” (ISAAC, 2001, p. 214). Em ambos os casos, contudo, isso parece que não se concretizou.

O desafio, então, no que diz respeito à fronteira cibernética passa a ser a compreensão de que essa fronteira não é em forma de zona (“*fronteira-zona*”), nem de faixa (“*fronteira-faixa*”), nem de linha (“*fronteira-linha*”), como ocorre com o espaço geográfico tradicional, natural. A delimitação de um território cibernético se dá sob outra lógica, por sinal obedecendo às próprias características desse ambiente, em que território e rede perfazem originalmente um binômio de coexistência.

A fronteira cibernética, por conseguinte, obedece à forma de “pontos” (“*nós*”) ou “pacotes” de informações eleitos pelos Estados devido ao seu grau de interesse – sistemas de defesa, infraestruturas críticas ou estruturas estratégicas e a informação em si são alguns dos exemplos. Com isso, nesse ambiente, a fronteira apresenta-se sob a forma de “*fronteira-ponto*”, um prosseguimento contínuo, embora com certas interrupções, que acompanha o contexto histórico da formação do sistema internacional pautado no princípio da territorialidade estatal: da “*fronteira-zona*” (faixa) dos Estados tradicionais às “*linhas*” do Estado moderno e em grande parte do atual sistema de Estados-Nação, alcançando no (e com o) espaço cibernético a meticulosidade da “*fronteira-ponto*” em face da capacidade inovadora das ferramentas de TIC à disposição, que foge ao visível, que é aparentemente virtual, mas de grande reflexo no mundo real.

Esse território cibernético existe e coexiste com os demais domínios tradicionais, e já é, inclusive, mapeado, isto é, objeto de representação e, por conseguinte, de projeção de poder. Dessa forma, esse território é transformado materialmente em objeto de apreensão pela mente humana, ultrapassando a ideia de mera metafísica ou de coisa intangível. Esse território é real e também palco de intensas disputas de (e pelo) poder, com fulcro no seu controle, no seu domínio. É desse modo que enxerga também Vesentini, ao apresentar a obra de Yves Lacoste (1989) que aborda a relação de uma representação (um mapa) com o poder:

Assim como o grande pensador de lena proclamava que tudo que é real é racional e tudo que é racional é real, pode-se dizer que para Lacoste o “real”, o espaço geográfico, é tão-somente aquilo que pode

ser mapeado, colocado sobre a carta, delimitado portanto com precisão sobre o terreno e definido em termos de escala cartográfica (VESENTINI, 1988).<sup>14</sup>

Para garantir o funcionamento desse sistema à sombra do conflito, Clarke e Knake (2010) apontam para a necessidade, em face dessa composição do domínio cibernético, de se estabelecer prioritariamente a defesa com base em uma tríade – *Defensive Triad Strategy* – que focaria três setores bem definidos:

- 1) o que envolve os *backbones*, e pelo qual o governo e algumas empresas estipulariam uma atenção especial à segurança. Dentre as empresas, no caso norte-americano destacam-se a AT&T, a Verizon, a Level 3, a Qwest e a Sprint, responsáveis por grande parte da estrutura de fibra ótica usada pela internet no interior dos EUA e no ambiente submarino ao longo do globo;
- 2) o que corresponde à garantia de uma rede de energia segura, tendo em vista a dependência de energia elétrica para ocorrer o fluxo de informações no (e pelo) ciberespaço; e
- 3) o que diz respeito à própria defesa, constituindo-se na elaboração de medidas de defesa e de ataque a partir do Departamento de Defesa (DoD) daquele Estado. Envolve, entre outros, as redes do próprio DoD e os sistemas de controle de efetivos e de armas.

Quanto a este último setor, pode ser vista a preocupação do Brasil com o funcionamento de seu Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), materializada em projetos como o CDCiber, o SisFron, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) e o Sistema de Defesa Aeroespacial (SISDABRA) e as novas atribuições do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx).

No tocante aos outros dois setores dessa tríade proposta por Clarke e Knake (2010), visualiza-se exatamente a preocupação do domínio cibernético, ora tido como *espaço em si mesmo* (*backbone*, por exemplo), ora como recurso do poder, quando os autores citados demonstram a preocupação com uma estrutura estratégica para o Estado: a estrutura energética.

Ainda quanto à importância desses dois setores – informação e energia e sua interligação –, parece que esses autores estão em consonância com o que expôs Raffestin (1993, p. 53-54) com relação ao poder e a suas fontes: “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber: a energia e a informação”.

A preocupação dos Estados não só com o setor cibernético em si mesmo, mas, e principalmente, com a interligação e a dependência dos outros setores a partir deste é bem plausível, pois os danos causados a partir do ciberespaço podem transbordar para outros, como no caso das estruturas estratégicas, o que inclui

a energética.

Concretamente, embora não seja especificamente voltada para questões de defesa (relação entre Estados), temos em vigor, desde 2004, a Convenção de Budapeste ou a Convenção sobre o Cibercrime, que conta com 43 signatários, sendo apenas 12 o número de Estados que a ratificaram. Contudo, em síntese, essa tentativa de normatização não possui mecanismos de coação bem definidos, isto é, não possui “dentes” (*toothless*). Como exemplo, em face das características inerentes a esse domínio, a Convenção não menciona nada a respeito da perseguição de um criminoso nem sobre sua punição. Isso, portanto, termina por esvaziar muito sua finalidade.

Entretanto, em face dos últimos acontecimentos que envolveram o ciberespaço e as possibilidades que a cibernética vem proporcionando, a normatização do sistema internacional cada vez mais se torna imprescindível, pois em muitos desses casos a utilização desse novo domínio vem ocorrendo realmente na (e para) a guerra.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet realmente mudou os parâmetros da ação humana, como afirmou o ministro Celso Amorim. Espaço virtual e real intercambiam-se constantemente. Assim, a necessidade de se pensar essa nova dimensão espacial como recurso de poder se torna essencial.

É a partir dessa forma de “saber pensar”, envolvendo categorias de análise e conceitos da geopolítica, que as políticas públicas poderão ser formuladas, implantadas, monitoradas e avaliadas com maior probabilidade de êxito.

Como consequência dessa percepção, há hoje projetos que tratam do ciberespaço considerado ora em si mesmo, como os programas, os *softwares*, os antivírus, etc., quanto projetos que se utilizam da cibernética como mais um recurso à disposição do poder. É nessa visada que vêm surgindo pelo globo, por exemplo, sistemas de monitoramento do espaço terrestre, do marítimo, do aeroespacial.

Derivada dessas possibilidades, surge a demanda por delimitação, não com o sentido de separação ou de isolamento, e sim, pelo contrário, para normatizar responsabilidades no uso dessa “nova” dimensão espacial, a fim de se evitar o conflito e até mesmo a guerra.

A delimitação do ciberespaço, em face de suas características, não obedecerá à forma de linha, nem de faixa, nem de zona, mas sim de um ponto, a “*fronteira-ponto*”, tendo em vista a atual capacidade do sistema de Estados. Considerando o ciberespaço em si, esse *ponto* se materializa na informação ou no “pacote” de informações e pelos “nós” de uma rede.

<sup>14</sup> Apresentação da obra de Yves Lacoste (1976), publicada no Brasil em 1989.

Ao ser tratada como recurso, a cibernética é capaz de selecionar pontos em outras dimensões do espaço para uma (re)territorialização.

Saber pensar o espaço, como disse Lacoste (1989), para melhor se organizar, para melhor combater, agora pode ser aplicado ao domínio cibernético em um arcabouço geopolítico e jurídico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. P. A tendência mundial para a defesa cibernética. In: BARROS, O. S. R.; GOMES, U. M. G.; FREITAS, W. L. de. (Org.). **Desafios estratégicos para a segurança e defesa cibernética**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 79-102.
- AMARANTE, J. C. A. do. A batalha automatizada: um sonho exequível? **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 9, jul. 2010.
- AMORIM, C. Aspectos da defesa cibernética. In: SEMINÁRIO DE DEFESA CIBERNÉTICA, 3., 2012, Brasília. **Palavras do Ministro da Defesa...** Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Não paginado. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro\\_defesa/discurso\\_seminario\\_defesa\\_cibernetica\\_out\\_2012.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/discurso_seminario_defesa_cibernetica_out_2012.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- BRASIL. **Glossário das Forças Armadas. MD35-G-01**. 4. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Guia de Referência para a Segurança das Infraestruturas Críticas da Informação**. v. 01. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nov. 2010. Disponível em: <[http://dsic.planalto.gov.br/documentos/publicacoes/2\\_Guia\\_SICI.pdf](http://dsic.planalto.gov.br/documentos/publicacoes/2_Guia_SICI.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2011.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CANONGIA, C.; MANDARINO JÚNIOR, R. Segurança cibernética: o desafio da nova sociedade da informação. Parcerias Estratégicas. **Revista do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e da Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 29, p. 21-46, 2009.
- CLARKE, R.; KNAKE, R. **Cyber war: the next threat to national security and what to do about it**. New York: CCCO, 2010.
- CORRÊA, A. J. Operações de informação: um antigo conceito sob um novo paradigma. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, 2012. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/issue/view/14/showToc>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 19. ed. at. São Paulo: Saraiva, 1995.
- DEIBERT, R. **Distributed security as cyber strategy: outlining a comprehensive approach for Canada in cyberspace**. Calgary: Canadian Defense & Foreign Affairs Institute, 2012. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/distributed-security-as-cyber-strategy-pdf-d380969236>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- FERREIRA, K. de S. **China e a Ásia Central: petróleo, segurança e os Estados Unidos**. 99f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2001.
- HASBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- ISAAC, D. M. Vozes do azul: teóricos do poder aéreo. In: PARET, P. **Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear**. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 211-242.
- LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1989. Disponível em: <<http://www.geoideias.com.br/geo/images/livros/a%20geografialves%20Lacoste.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2012.
- KAPLAN, M. **Formação do Estado nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Moderna, 1997.
- MANDARINO JÚNIOR, R. Reflexões sobre segurança e defesa cibernética. In: BARROS, O. S. R.; GOMES, U. M. G.; FREITAS, W. L. de. (Org.). **Desafios estratégicos para a segurança e defesa cibernética**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 105-128.

MEIRA MATTOS, C. de. **Geopolítica e teoria de fronteiras**: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

\_\_\_\_\_. A geopolítica e as projeções de poder. In: MEIRA MATTOS, C. de. **Geopolítica**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 305-312. Publicado originalmente em 1977.

MORAN, D. Geography and strategy. In: BAYLIS, J.; WIRTZ, J.J.; GRAY, C. S. **Strategy in the contemporary world**: an introduction to strategic studies. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010. p. 124-140.

MOREIRA, M. M. K. Deutsch, a Política e a Cibernética. In: **Deutsch na UNB**: conferência, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 15 de agosto de 1980. Brasília: Editora da UNB, 1980.

NYE, J. S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, J. R. de. Sistema de segurança e defesa cibernética nacional: abordagem com foco nas atividades relacionadas à defesa nacional. In: BARROS, O. S. R.; GOMES, U. M. G.; FREITAS, W. L. de. (Org.). **Desafios estratégicos para a segurança e defesa cibernética**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 105-128.

\_\_\_\_\_. **Fronteira cibernética**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <wbfneto@bol.com.br> em 02 out. 2012.

POSEN, B. R. Command of the commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, v. 28, n. 1, p. 5-46, summer 2003. Disponível em: <[http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/posen\\_summer\\_2003.pdf](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/posen_summer_2003.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVERON, D. S. **Cyberspace and national security**: threats, opportunities and power in a virtual world. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2012.

RODRIGUES, A. R. Portugal e o espaço estratégico de interesse. **Jornal de Defesa e Relações Internacionais**, p. 1-14, nov. 2012. Disponível em: <[http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20009%20221112%20Portugal%20e%20o%20espa%C3%A7o%20estrat%C3%A9gico%20de%20interesse.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20009%20221112%20Portugal%20e%20o%20espa%C3%A7o%20estrat%C3%A9gico%20de%20interesse.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2012. Arquivo de Ensaios.

SANTOS, J. C. dos. General José Carlos dos Santos:

“Podemos recrutar hackers”. **Revista Época**, São Paulo, 15 jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI249428-15223,00-GENERAL+JOSE+CARLOS+DOS+SANTOS+PODEMOS+RECRUTAR+HACKERS.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011. Entrevista concedida a Leandro Loyola.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVEIRA, F. M. da. **Cyberwarfare**: a nova dimensão da guerra. **Revista do Clube Naval**, ano 119, n. 360, out./nov./dez., 2011.

THE ECONOMIST. Cyberwar: war in the fifty domain. **The Economist**, [S.l.], 1 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16478792>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

VENTRE, D. Ciberguerra. In: XIX Curso Internacional de Defesa, 2011, Jaca. **Seguridad global y potências emergentes em un mundo multipolar**. Zaragoza: Imprenta Ministerio de Defensa, 2012. p. 32-45.

VESENTINI, J. W. Apresentação. In: LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988. p. 7-13.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

ZUCCARO, P. M. Tendência global em segurança e defesa cibernética: reflexões sobre a proteção dos interesses brasileiros no ciberespaço. In: BARROS, O. S. R.; GOMES, U. M. G.; FREITAS, W. L. de. (Org.). **Desafios estratégicos para a segurança e defesa cibernética**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 49-77.

Recebido em 02 de dezembro de 2013

Aprovado em 14 de março de 2014



# GUERRA: NO MEIO DO POVO OU SIMPLEMENTE IRREGULAR?

WAR: AMONGST THE PEOPLE OR JUST IRREGULAR?

MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo analisa o conceito de Guerra no Meio do Povo, proposto pelo general Rupert Smith em seu livro “A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno”. A Guerra no Meio do Povo seria o novo paradigma da guerra, que teria substituído o anterior, a Guerra Industrial entre Estados. As ideias do Gen Smith terão sua coerência lógica e histórica analisadas em três etapas. Primeiramente, aborda-se o que é considerado como a característica básica do novo paradigma: o mundo marcado por confrontos e conflitos e não mais pela dicotomia guerra e paz do paradigma anterior. Posteriormente, analisa-se a Guerra Industrial entre Estados, a fim de verificar sua coerência como paradigma anterior. Por fim, constituindo o cerne do trabalho, a própria ideia de Guerra no Meio do Povo é analisada, por intermédio de suas seis tendências. O artigo conclui que a guerra, caracterizada pela complexidade dos inúmeros e variáveis contextos nos quais é travada, não pode ser contida em um paradigma. E acrescenta a necessidade de as instituições voltadas à defesa nacional, incluindo o Exército Brasileiro, desenvolverem uma escola de pensamento de defesa eminentemente brasileira, de modo a não mais nos movermos ao sabor de ideias e conceitos elaborados para necessidades que não são as nossas.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Guerra no Meio do Povo. Doutrina Militar. Natureza da Guerra. História Militar.

## ABSTRACT

The article analyzes the concept of “War Amongst the People” proposed by General Rupert Smith in his book “The Utility of Force: The Art of War in the Modern World”. War Amongst the People would be the new paradigm of war, which would have replaced the previous one, the Interstate Industrial War. The ideas of General Smith will have its logical and historical coherence analyzed in three steps. First, it addresses to what is considered as the basic feature of the new paradigm: a world marked by confrontations and conflicts, no longer by the dichotomy of war and peace of the previous paradigm. Subsequently, the Interstate Industrial War is analyzed in order to verify its consistency as the previous paradigm. Finally, as the core of the work, the very idea of War Amongst the People, is analyzed through its six trends. The article concludes that war, characterized by the complexity of the numerous and variable contexts in which it is fought, cannot be contained in a paradigm. It adds the need for institutions dedicated to national defense, including the Brazilian Army, to develop a thinking of defense school, eminently Brazilian, in order not to make us move adrift in ideas and concepts elaborated for needs that are not ours.

Keywords: Irregular Warfare. War Amongst the People. Military Doctrine. Nature of War. Military History.

<sup>1</sup> Este artigo expande e complementa o tema tratado em “A guerra é filha única”, publicado na CMM, v. 7, n. 28 (2013).

<sup>2</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) - Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

E-mail: <serrano572@hotmail.com>

Doutor em Ciências Militares (ECEME).

## I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como pano de fundo a noção de que a guerra teria assumido uma nova natureza, distinta da tradicionalmente conhecida. Seu escopo é analisar o conceito de Guerra no Meio do Povo (GMP), proposto pelo general inglês Rupert Smith em seu livro “A Utilidade da Força: a Arte da Guerra no Mundo Moderno”. Embora o general não fale de nova natureza, mas de novo paradigma, seu pensamento está nitidamente associado à corrente de pensamento que defende aquela ideia.

“Já não existem guerras”, com essa frase general Smith inicia o seu livro. A Guerra no Meio do Povo seria o novo paradigma, que teria substituído o anterior: a Guerra Industrial entre Estados (GIE). Nesse novo paradigma, os conflitos não se desenvolveriam mais de modo linear – paz, crise, guerra, resolução, paz – sendo, em vez disso, ditados pela dinâmica de permanente confronto e conflito, não mais pela dicotomia guerra e paz.

Deve-se encarar com cautela a tendência de ver nos conflitos armados da atualidade o surgimento de uma nova natureza da guerra, em vez de reconhecê-los simplesmente como manifestação subjetiva de sua natureza, conforme teorizado por Clausewitz. A guerra, como fenômeno político, econômico, militar e social, tem se apresentado como uma constante ao longo da história. O que seria tão marcadamente distinto nos conflitos atuais a ponto de caracterizar esta mudança?

Buscaremos respaldo na história para responder a essa pergunta. Se a GMP representa um novo paradigma, suas características devem ser, ao menos em sua maioria ou essencialidade, inéditas, sem precedentes históricos. Além dessa perspectiva histórica, as ideias em torno da GMP serão analisadas em sua coerência lógica.

A resposta será buscada em quatro partes. Inicialmente, verificar-se-á a questão da dinâmica de confronto e conflito em oposição à dicotomia guerra e paz. A seguir, será analisada a ideia de GIE, segundo a conotação dada pelo general. Em seguida, constituindo o cerne do trabalho, será dissecado o conceito de GMP, por meio da análise de suas tendências. Por fim, uma conclusão consolidará as ideias levantadas.

## 2 CONFRONTOS E CONFLITOS

A Guerra no Meio do Povo, caracterizada por um mundo de confrontos e conflitos, teria emergido após a 2ª Guerra Mundial (II GM). Nela, a sequência paz- crise-guerra-resolução-paz, prevalecente no paradigma anterior, na qual o fator decisivo seria a aplicação da força militar, teria deixado de vigorar. No novo paradigma não haveria uma sequência pré-definida, “mas um entrecruzar contínuo entre confronto e conflito” no qual a paz não constituiria necessariamente o ponto de partida ou de término. Embora os conflitos possam vir a ser resolvidos, o mesmo não aconteceria necessariamente com os confrontos (SMITH, 2008, p. 223).

Para o general Smith, os confrontos objetivariam influenciar o oponente, mudar suas intenções e estabelecer condições visando, acima de tudo, a vencer o choque de vontades. Nos conflitos, o objetivo seria atingir um resultado decisivo através da aplicação direta da força militar (SMITH, 2008, p. 224).

O argumento de que a dinâmica de confronto e conflito substituiu a realidade de guerra e paz vigente antes da II GM, não se sustenta diante da história.

O mundo de confrontos é uma realidade perene que resulta do fato de a política internacional ser marcada pela luta pelo poder. Nações com interesses conflitantes buscam permanentemente alterar ou manter o status quo entre elas, de modo a inclinar, ou a manter inclinada, a balança de poder em seu benefício (MORGENTHAU, 1985, p. 67-68). Referindo-se às guerras que ele chama de momentosas, como as do Peloponeso, dos Cem Anos, dos Trinta Anos entre outras, Philip Bobbitt afirma que muitas guerras são classificadas como um único evento porque,

apesar de períodos com frequência longos sem a ocorrência de conflitos armados, as várias campanhas da guerra nunca chegam a solucionar de modo decisivo os problemas, que tornam a manifestar-se sob a forma de embates armados”, exatamente o que o general chama de confrontos e conflitos. (BOBBITT, 2003, p. 19)

Os confrontos e os conflitos nunca estiveram ausentes na história. Roma e Cartago confrontaram-se por um longo período, marcado por três guerras. Cristãos e muçulmanos enfrentaram-se na multicentenária luta pela Reconquista da Península Ibérica. Espanhóis e portugueses travaram o confronto, herdado por Brasil e Argentina, pelo controle do estuário do Rio da Prata. Nestes exemplos, os confrontos, subjacentes em tempos de paz, não deixaram de ser marcados por negociações e esforços diplomáticos para influenciar e alterar as intenções dos oponentes. Foram também marcados por vários conflitos nos quais se buscou o resultado decisivo por meio da força militar. Exatamente em conformidade com a dinâmica que o general considera específica da GMP.

A afirmação de que na GMP não haveria uma sequência pré-definida, mas um entrecruzar de confronto e conflito, também não é exclusividade do paradigma. Não se pode dizer que o confronto fronteiro entre o Império Romano e as tribos germânicas, marcado por inúmeros conflitos, tenha se desenvolvido linearmente. O mesmo se pode dizer da luta pela expulsão dos holandeses do Brasil. Mesmo a vitória decisiva em um conflito não é garantia de que os interesses conflitantes serão acomodados. Frequentemente, o espírito belicoso e inconformista, quer do vitorioso quer do derrotado, se dispõe a manter vivo o confronto, rejeitando uma paz autêntica. A frase “*Delenda est Carthago*”,<sup>3</sup> com a qual Catão encerrava os seus discursos perante o senado romano e o espírito de revanche que animou a França após a derrota de 1870 exemplificam essa realidade.

A suposição de que a paz não mais suceda a guerra no novo paradigma e que os confrontos não tenham necessariamente solução também não é convincente. A luta do Vietnã pela sua independência e unificação encerrou-se com a paz na Conferência de Genebra em 1954, que pôs fim à guerra com a França, e com os Acordos de Paris em 1973 que encerraram a guerra com os EUA. O confronto árabe-israelense, embora prossiga sem solução definitiva à vista, não deixou de apresentar, em algumas de suas múltiplas facetas, a sequência paz- crise-guerra-resolução. O general Smith caracteriza a Guerra do Yom Kippur como GMP (SMITH, 2006), no entanto, ela levou aos acordos de paz de Camp David que selaram a paz entre Egito e Israel em 1978.

A solução contemporânea de vários outros confrontos/conflitos enfraquece ainda mais o argumento do general. A longa guerra civil em Angola foi resolvida após a morte de Jonas Savimbi em 2002. As guerrilhas na Nicarágua e El Salvador foram pacificadas em 1990 e 1992, respectivamente. O movimento separatista no Sri Lanka encerrou-se, após um confronto de vinte e seis anos, em 2009. A centenária luta pela independência da Irlanda do Norte encerrou-se efetivamente em 2005, quando o Exército Republicano Irlandês renunciou à violência (UPPSALA UNIVERSITET, [2013]).

Sob dois aspectos, os fatos corroboram a ideia de continuidade dos confrontos. As guerras atuais são majoritariamente irregulares, por sua própria natureza de longa duração. Por outro lado, Edward Luttwak salientou que muitas delas transformam-se em conflitos endêmicos porque os efeitos transformativos da vitória ou da exaustão mútua são bloqueados por intervenções internacionais. Luttwak ressalta a verdade incômoda de que a guerra, embora um grande mal, possui a virtude de solucionar conflitos políticos e restabelecer a paz. Isso acontece quando os beligerantes chegam à exaustão ou quando um deles vence decisivamente. Armistícios impostos, a menos que selados por acordos de paz, congelam artificialmente os conflitos e perpetuam o confronto indefinidamente, pois protegem o lado mais fraco das consequências de se

<sup>3</sup> Tradução livre: Cartago deve ser destruída.

recusar a fazer concessões pela paz. “A paz se consolida apenas quando a guerra termina verdadeiramente” (LUTTWAK, 1999).

Não se pode, entretanto, generalizar os efeitos do bloqueio internacional da guerra, já que o Conselho de Segurança da ONU atua de acordo com os interesses políticos de seus membros. Muitos conflitos ficam fora do guarda-chuva das operações de paz, como a atual guerra civil na Síria.

Na realidade, a distinção entre guerra/paz e confronto/conflito não é evidente. Parece mais um artifício criado para melhor sustentar uma ideia. Afinal, conflito, desde que envolva o emprego de violência com fins políticos, conforme a definição clássica de Clausewitz, nada mais é do que guerra. Confronto é uma situação marcada por interesses conflitantes, que pode perfeitamente persistir na paz, como bem demonstra a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Em vista disso, não há nada que distinga a dinâmica de confronto e conflito das duas Intifadas palestinas, intercaladas por dez anos de paz informal, e a paz formal, assombrada pela perspectiva de nova guerra, que se seguiu ao Tratado de Versalhes e que, no dizer de J.C. Fuller (2002), não passou de um armistício entre as duas guerras mundiais.

### 3 GUERRA INDUSTRIAL ENTRE ESTADOS

Para melhor analisar a GMP, convém antes analisar a ideia que a sustenta. A GIE, como paradigma antigo que teria deixado de vigor, é a ideia-base do pensamento do general Smith. A GIE teria tido sua origem no século XIX, sendo as guerras napoleônicas o ponto de partida e as guerras da Secessão, da unificação alemã e as duas guerras mundiais, as que conformaram o paradigma (SMITH, 2008, p. 51).

O general descreve as GIE de modo impreciso e, algumas vezes, contraditório. Ele trata delas em três capítulos, mas não as define claramente. Seu raciocínio incide em três erros principais.

Primeiramente, o general comete a falácia de particularizar o que é geral. Segundo ele,

no que eu chamo de ‘guerra industrial’, você tenta vencer o teste de força e, por este meio, quebrar a vontade do seu oponente, para finalmente ditar o resultado, o objetivo político que você deseja alcançar. (SMITH, 2006, p. 719)

A mesma ideia é enfatizada várias vezes no seu livro. Ao tratar da Guerra da Secessão, considerada a primeira GIE verdadeira, ele afirma que ela foi travada para defender uma visão política pela força, e foi vencida impondo ao inimigo uma derrota decisiva e brutal (SMITH, 2008, p. 112). Roma venceu o teste de força

contra Cartago, quebrou a vontade cartaginesa e impôs-lhe seus objetivos políticos de forma decisiva e brutal. Logo, estando correto o pensamento do general, deve-se concluir que havia GIE na Antiguidade, ou seja, antes da indústria. Essa ideia é absurda, e o próprio general a refuta quando afirma que os elementos cruciais da GIE são os estados e a indústria (SMITH, 2008, p. 51). Essas características citadas como próprias da GIE são, na realidade, comuns a uma enorme variedade de guerras, em todas as épocas.

Em segundo lugar, o general faz uso de raciocínio indutivo, que o leva a cometer erro inverso ao anterior – generalizar o particular. Ele toma o exemplo de algumas guerras e, num salto indutivo, considera que suas características particulares aplicam-se a todas as GIE, ou seja, todas as guerras que precederam o atual paradigma.

Por considerar as guerras mundiais como a culminação do paradigma, o general atribui às GIE o caráter total, específico daquelas guerras. Segundo ele, a GIE dependeria do acesso constante a todos os recursos do estado. A vitória decisiva estaria ligada à destruição completa das forças inimigas e à sua rendição incondicional. Mas, o que mais nitidamente caracteriza as GIE como totais é a afirmação de que

toda a sociedade e o estado estavam subjugados à causa. Todo o aparelho do estado se encontrava centrado neste empreendimento, enquanto a sociedade e a economia paravam completamente o seu fluxo e produtividade naturais e eram aglutinados à causa. (SMITH, 2008, p. 339)

O projeto *Correlates of War*<sup>4</sup> lista setenta e uma guerras interestatais entre 1870 e 1945, aproximadamente, a duração do paradigma. Muitas dessas guerras, senão a maioria, não se enquadram como totais.

Para Morgenthau, a guerra torna-se total em função de quatro aspectos: a parcela da população identificada emocionalmente com a guerra; a parcela efetivamente envolvida na guerra; a parcela afetada diretamente pela guerra e o objetivo perseguido pela guerra. Quando esses aspectos atingem elevada intensidade, todas as forças produtivas da nação orientam-se para os propósitos da guerra (MORGENTHAU, 1985, p. 392-397). Colin Gray (2005, p. 137) acrescenta o efeito motivador exercido pela potencialização de ideologias rivais e afirma que, de ambos os lados, as guerras totais são travadas com o objetivo de mútua exterminação política e física.

A guerra russo-japonesa de 1904/05, apesar de sua grande envergadura, não foi total. Com exceção do envolvimento emocional da população com a guerra em virtude do nacionalismo vigente, particularmente da parte japonesa (LOEFLER, 1907, p. 268), nenhum dos outros aspectos que tornam a guerra total se fez presente. O objetivo de ambos os lados era limitado,

<sup>4</sup> Banco de dados sobre guerras, disponível em: <<http://www.correlatesofwar.org/>>

o controle da Manchúria e de Porto Arthur. Apesar de as tropas russas terem sido derrotadas no teatro de operações, o Império Russo ainda dispunha de vastos recursos humanos e materiais que poderiam ser alocados à guerra, caso a importância atribuída ao objetivo justificasse novos sacrifícios. A paz que se seguiu foi negociada, não resultou de derrota decisiva ou rendição incondicional. As populações russa e japonesa não foram afetadas diretamente pela guerra. Nem tampouco, houve polarização ideológica e a necessidade de sobrevivência física e política que fizeram a Rússia recorrer a todos os seus recursos em 1812 e na II GM.

O caráter de não totalidade é ainda mais nítido na guerra ítalo-turca de 1911/12, devido à sua reduzida amplitude. A Itália enviou à guerra, a fim de conquistar a região da atual Líbia, cerca de cento e dez mil homens (BEEHLER, 1913, p. 96), uma pálida figura diante do efetivo de um milhão e meio que seu exército apresentou na I GM. Em razão do reduzido número, os efetivos empregados não precisaram da absorção de todas as forças produtivas da Itália a fim de serem mantidos em operações.

Por outro lado, as guerras do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1932/35), e a de 1941, entre Equador e Peru, seriam industriais, já que envolveram países não industrializados? Elas não se enquadram no paradigma, já que o poderio industrial é considerado um componente necessário do sucesso estratégico (SMITH, 2008, p. 121). Totais, também não foram. Além dos aspectos citados, Morgenthau sustenta que guerra total pressupõe mecanização total, e a guerra só pode ser total na medida em que a mecanização, ou industrialização, das nações oponentes seja total (MORGENTHAU, 1985, p. 408). Mesmo não totais, essas guerras só seriam industriais se o adjetivo “industrial” estivesse ligado ao processo industrializado de produção das armas e demais equipamentos, ainda que de origem estrangeira. Nesse caso, teríamos, necessariamente, de também considerar como industrial a guerra na Bósnia, considerada modelo de GMP, bem como todas as guerras travadas na atualidade, já que o renomado AK-47 e até o celular utilizado por guerrilheiros para detonar explosivos improvisados são produtos industriais.

Em terceiro lugar, o paradigma é insuficiente para explicar todas as guerras ocorridas sob sua vigência. Como enquadrar a Guerra de Canudos, do Contestado ou a Guerra Civil Espanhola como GIE? O projeto *Correlates of War* lista duzentas e uma guerras irregulares no período da GIE. Temos então a incoerência de três quartos das guerras ocorridas durante o paradigma da GIE não terem sido interestatais.<sup>5</sup>

Estes exemplos demonstram o equívoco, ou a imprecisão, de atribuir o caráter total, e mesmo industrial, às guerras entre estados.

O general Smith criou um paradigma que não se aplica a mais de três quartos das guerras ocorridas em sua vigência. O paradigma fica assim descaracterizado como modelo explicativo para as guerras da época.

## 4 GUERRA NO MEIO DO POVO

O general Richard Dannatt, Chefe do Estado-Maior do Exército britânico, afirmou em 2008:

“não concordo com Rupert Smith quando ele diz: “indubitavelmente”, ocorreu uma mudança de paradigma da guerra[...]”. Ao aceitar o que Rupert diz, nos arriscamos a responder sim ou não, mas a vida não é assim tão simples. (DANNATT, 2008)

Este ponto de vista da mais alta autoridade do Exército britânico nos induz a analisar criteriosamente a ideia de GMP, para não a aceitarmos de forma impensada, como se fosse uma revelação infalível sobre a guerra atual e futura. Deve-se também observar que, salvo algumas citações a Clausewitz e Sun Tzu, o general Smith não faz referência a outros estudiosos que fortaleçam sua linha de raciocínio e que justifiquem suas conclusões. Seu livro é eminentemente opinativo, e opiniões não são necessariamente verdadeiras.

O paradigma da GMP já fica prejudicado pela fragilidade do paradigma anterior, que lhe dá sustentação teórica. Sua definição básica como mundo de confrontos e conflitos também é imprecisa, por não se tratar de especificidade do paradigma, conforme visto. Contudo, cabe analisar a própria ideia de GMP, para verificar sua coerência conceitual e sua pertinência histórica, de modo que se possa concluir sobre sua validade, ou não, como novo paradigma. Para tanto, serão analisadas as características atribuídas à GMP.

### 4.1 Os Objetivos pelos quais se luta mudaram

Enquanto na GIE havia objetivos bastante nítidos, na GMP os fins para os quais se emprega a força seriam mais complexos e menos estratégicos. As forças não seriam mais empregadas para alcançar o objetivo político por meio da conquista de um objetivo militar estratégico, mas sim para estabelecer uma condição na qual o objetivo político possa ser alcançado por outros meios e modos (SMITH, 2008, p. 316). Essa ideia, enfatizada repetidas vezes, não é suficientemente clara. É necessário elucidar o que realmente significa “estabelecer uma condição”.

Há alguma diferença entre a condição a ser estabelecida e o objetivo estratégico do paradigma anterior? Se a condição permite alcançar o objetivo político, ela tem evidentemente valor estratégico, já que a estratégia constitui a articulação entre as operações e o objetivo político, fato com o qual o general obviamente concorda. A diferença, segundo ele, centra-se no

5 O Projeto as classifica em: guerras intraestatais (no interior de um estado) e extraestatais (entre um Estado e uma entidade não estatal fora deste estado).



caráter militar do objetivo estratégico, já que “uma vitória estratégica decisiva foi a marca da GIE”, no novo paradigma, “este tipo de inimigo não era e não é suscetível de derrota estratégica através de meios militares”. Em consequência, as forças militares seriam empregadas subestrategicamente, já que os efeitos decorrentes de sua aplicação não contribuiriam, direta ou cumulativamente, para alcançar o objetivo estratégico<sup>6</sup> (SMITH, 2008, p. 317-319).

Na GMP, os desenvolvimentos político e militar andariam lado a lado (SMITH, 2008, p.14). Essa ideia, associada à da insuficiência dos meios militares para a obtenção do objetivo político em guerras insurrecionais, não é nova. No início do século XX, a respeito das insurreições no Marrocos, o general Lyautey já dizia que “o país não pode ser controlado apenas com a força – o método racional, o único, o apropriado [...] é a constante interação da força com a política” (ASPREY, 1994, p. 156). No início da década de 1960, o general Beaufre, percebendo, tanto o ambiente de confrontação nuclear, como o das guerras revolucionárias da época, atribuía à estratégia o caráter total, ou seja, o emprego simultâneo de todas as expressões do poder nacional, em qualquer combinação, na solução dos conflitos. Segundo Beaufre,

a estratégia torna-se geralmente ininteligível, caso se limite ao domínio militar, porque um número demasiado de fatores lhe escapa. Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, uma explicação puramente militar fica incompleta e, por isso, enganadora. (BEAUFRE, 1998, p. 150)

Benjamin Borgeson ressalta esta realidade. Segundo ele, a insuficiência da força militar para a vitória na GMP pode ser

um conceito novo para o público em geral e a massa dos jornalistas; mas, para os que se dedicam a estes assuntos, já é considerada como uma premissa básica da condução estratégica. (BORGESON, 2012)

Se a força militar é empregada para estabelecer uma condição na qual o objetivo político possa ser alcançado por outros meios, não há, realmente, nada que diferencie essa condição de um objetivo estratégico militar. Se, no quadro da estratégia total, essa condição/objetivo estratégico é insuficiente para atingir os fins políticos, ela, no entanto, é fundamental para viabilizar o emprego eficaz dos outros meios. Não faz sentido, então, a ideia de que a força militar tenha função subestratégica na GMP, nem que não contribua direta ou cumulativamente para o objetivo político.

Por outro lado, a concretização do objetivo político por meio da vitória militar não é peculiaridade da

GIE. Inúmeras revoluções e insurreições foram vitoriosas principalmente por meios militares, entre as quais se podem destacar a guerra civil chinesa e a revolução cubana.

Quando o general Smith diz que o tipo de inimigo na GMP não é suscetível de derrota estratégica por meios militares, ele associa esse inimigo ao guerrilheiro ou ao combatente irregular. No entanto, ele evita igualar a GMP à guerra irregular. Por intermédio da noção de que os objetivos da GMP teriam se transformado numa condição a ser estabelecida, ele pretende dar ao seu conceito uma amplitude maior do que a simples guerra irregular. Esse contorcionismo retórico prejudica, ainda mais, a coerência e a pertinência do conceito. A guerra da Coreia, no entender do general, teria sido uma GMP (SMITH, 2008, p. 253), uma vez que não foi encerrada por uma vitória militar decisiva, mas por uma condição que propiciou a solução política que pôs termo à guerra. Com isso, ele abarcou no seu conceito todas as guerras encerradas por negociações, o que nega a própria ideia de novo paradigma, já que a negociação diplomática para encerrar guerras é um fato histórico de todas as épocas.

O general Smith considera dois conceitos de Clausewitz cruciais para o entendimento da guerra: a guerra como função de uma tríade de tendências dominantes e a ideia de que o seu resultado é o produto do teste de força e do choque de vontades (SMITH, 2005).<sup>7</sup>

A GMP seria a antítese da GIE, segundo a interpretação dada a esse segundo conceito. Na GIE, o objetivo seria vencer o teste de força, o que conduziria à perda da vontade do inimigo de resistir. A GMP, sua antítese, permitiria aos militarmente fracos enfrentarem os fortes com vantagem. Nela, o emprego da força em ações táticas visaria, no nível estratégico, a vencer o choque de vontades, enfraquecer a capacidade de governar e moldar as intenções do povo (SMITH, 2008, p. 215). Ao definir essa antítese, o general Smith admite tacitamente que a GMP e a aplicação das táticas de guerrilha, próprias da guerra irregular, são a mesma coisa. Porém, tanto na GMP/irregular como na industrial/convencional emprega-se a violência para atingir os objetivos da política, conforme a definição de Clausewitz. Se ambas buscam a mesma coisa pelo mesmo meio, como então afirmar que uma seria a antítese da outra e não simplesmente formas diferentes de emprego da violência com fins políticos?

Essa ideia, expandida, passa a ser aplicada no lado da contrainsurreição. Ao enfatizar que o objetivo principal das forças contrainsurrecionais é influenciar as intenções do povo, ou seja, vencer o choque de vontades, o general reafirma que

trata-se de uma inversão da GIE, na qual o objetivo era vencer o teste de força e quebrar a vontade do inimigo. Na GMP, o objetivo estratégico é conquistar

<sup>6</sup> A distinção que o general faz entre objetivo estratégico e político não é clara. Com relação à guerra no Iraque, ele afirma que o objetivo estratégico era a implantação da democracia, o que se parece mais com um objetivo político.

<sup>7</sup> O general interpreta mal a tríade de Clausewitz. Ao dizer que as tendências formam os lados de um triângulo equilátero, ele atribui uma relação fixa e arbitraria entre elas, o que Clausewitz nega peremptoriamente.

a vontade do povo e dos líderes e vencer o teste de força. (SMITH, 2008, p. 324)

Segundo essa noção, o teste de força e o choque de vontades seriam fatores independentes, que poderiam ser tratados sucessivamente, um levando ao outro.

Clausewitz (1984, p. 77) não sustenta essa interpretação. Ele vê o choque de vontades e o teste de força como inseparáveis, pois estão intimamente imbricados um com o outro, já que seus efeitos nunca são isolados, mas influenciam-se mutuamente de inúmeras e variáveis formas.

A Rússia, em sua mencionada guerra contra o Japão, perdeu o choque de vontades antes de perder definitivamente o teste de força. Na guerra da Tríplice Aliança, o teste de força foi vencido quando o Exército Brasileiro entrou em Assunção, mas isso não bastou para vencer a vontade de Solano Lopez e do povo paraguaio. Em 1792, na batalha de Valmy, após mútuo e indeciso canhoneio, o exército prussiano perdeu o choque de vontades antes de efetivamente engajar-se no teste de forças e retraiu do campo de batalha desistindo de avançar até Paris, o que foi decisivo para o sucesso da Revolução Francesa. É improcedente, portanto, a concepção de antítese baseada na ideia de que teste de força e choque de vontades sejam fatores dissociados entre si.

Para o general Smith (2008, p. 324), a conquista da vontade do povo é um conceito claro e elementar, mas incompreendido pelas instituições políticas e militares. Em virtude de o objetivo do emprego da força ser vencer o choque de vontades, “decorre que todos os testes de força têm de ser vencidos de forma a que cada vitória complemente e apoie as medidas destinadas a vencer o choque de vontades”. Entretanto, ele não analisa a factibilidade de vencer o choque de vontades, de conquistar corações e mentes. Sendo claro e elementar, é um conceito fácil de enunciar, mas de difícil e, às vezes, impossível realização. A história não apresenta muitos casos de corações e mentes conquistados numa contrainsurreição, se é que indubitavelmente haja algum. Além disso, o objetivo político pode ser incompatível com a obtenção da simpatia da população. Na guerra pela independência dos EUA, a Inglaterra não poderia conquistar a vontade do povo norte-americano sem conceder-lhe direitos políticos e econômicos inaceitáveis pela metrópole. A França não poderia obter a simpatia dos argelinos mantendo-os em estado semicolonial. Por outro lado, a Inglaterra não teria contado com o apoio do povo malaio e vencido a guerrilha comunista sem a promessa de conceder a independência à Malásia.

Convém verificar se a conquista da vontade do povo, conforme entendida pelo general, é suficiente para produzir resultados estratégicos. A questão palestina oferece bons motivos de reflexão a esse propósito. Os movimentos que lutam pela criação do estado palestino, apesar de diferentes enfoques, contam com o apoio inequívoco da população. No entanto, esse apoio tem sido insuficiente para a causa palestina e para demover

Israel de seus objetivos na região.

Após estudar os escritos e as experiências de T. E. Lawrence e Mao Tse Tung, Borgeson (2012) concluiu que a guerra irregular não difere da regular no grau em que “as mais frenéticas vozes sugerem”. A destruição das forças inimigas também seria um componente crucial da guerra irregular.

Ele afirma que, por parte da guerrilha, “o conflito deve continuar até que o movimento [...] se transforme em exército revolucionário capaz de derrotar o exército regular em batalha” (BORGESON, 2012), o que corresponde exatamente à visão de Mao sobre a luta de guerrilha:

operações de guerrilha não devem ser consideradas como uma forma independente de guerra. [...] Somente unidades regulares buscando a destruição do inimigo na batalha convencional são capazes de produzir a decisão final. (TUNG, 1937)

Borgeson reconhece que a solução militar tradicional não é a única rota da guerrilha para a vitória. A outra, que monopoliza as atenções do general, é a exaustão política do inimigo. Mas, ele adverte que essa estratégia só se torna viável quando o objetivo em disputa for de importância secundária para o inimigo.

Embora estados possam [...] tolerar a derrota em interesses secundários ou terciários, quando interesses primários estão ameaçados, o estado não perderá a vontade de lutar e a estratégia da exaustão não servirá à guerrilha. (BORGESON, 2012)

Além do caso palestino, a derrota de inúmeras guerrilhas sul-americanas entre 1960 e 1980 demonstra essa determinação de luta dos estados.

Após essas considerações, percebe-se que o general Smith apresenta uma visão parcial e eurocêntrica da guerra. Ele tende a vê-la pelo ponto de vista da força internacional que se sobrepõe a uma guerra preexistente ou que nela intervém. Ele não percebe que, nessa guerra preexistente e em todas em que não há mandato internacional a cumprir, o objetivo pelo qual os adversários lutam continua a ser a vitória estratégica, como sempre.

### 4.2 O combate ocorre entre o povo

O general Smith afirma que esta tendência evidencia-se pelo fato de as operações serem conduzidas cada vez mais entre o povo.

O povo, nas cidades, nas vilas, nas ruas e em sua casa – todas as pessoas, em qualquer lugar – pode encontrar-se no campo de batalha. Os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e – com e sem intenção – contra civis. (SMITH, 2008, p. 325)

Deve-se reconhecer que essa situação é uma característica básica das guerras de guerrilha, percebida desde os primeiros estudos sobre esta forma de guerra e perfeitamente conhecida a partir de Mao Tse Tung. Contradizendo a opinião de que as guerrilhas não poderiam sobreviver durante muito tempo na presença de um exército, Mao profere sua famosa afirmação de que tal ponto de vista revela falta de compreensão sobre o relacionamento que deve existir entre povo e guerrilheiros: “o primeiro pode ser comparado à água e o segundo ao peixe que nela habita” (TUNG, 1937).

John Nagl (2005, p. 16), por sua vez, considera que as características essenciais da guerra de guerrilha – a tática de aplicar a fraqueza contra a força e o inteligente uso do terreno para acobertar a força de guerrilha – praticamente não mudaram desde os tempos dos romanos e dos persas.

Deve-se considerar o efeito do processo mundial de crescente urbanização. Nesta circunstância, é natural que as guerrilhas busquem as áreas urbanas como melhor terreno para se acobertarem e ao mesmo tempo manterem-se entre a população que, como Mao atestou, é o seu elemento natural.

A guerra de guerrilha sempre se deu entre o povo. O fato de o povo encontrar-se adensado em cidades não justifica a conclusão de que a GMP seria um novo paradigma. Este fato não passa da mera adaptação de uma realidade antiga ao contexto atual.

O general Smith afirma que, na GMP, os civis também podem ser alvo, tanto quanto as forças inimigas. Segundo o general, o povo teria se tornado um objetivo durante a II GM, quando as cidades da Europa e do Japão foram bombardeadas para modificar as intenções do povo pelo terror (SMITH, 2008, p. 325).

Esta percepção é equivocada. A prática de aterrorizar populações civis como forma de desestimular a resistência do inimigo foi bastante exercida desde a Antiguidade, quando populações inteiras foram escravizadas ou passadas a fio de espada. Mesmo nos tempos modernos, ações aterrorizadoras não deixaram de ocorrer.

Alguns historiadores modernos advogam que a Vendaia<sup>8</sup> foi o primeiro genocídio entre povos europeus pós-iluminismo. Na segunda fase da guerra franco-prussiana, Moltke propôs a ‘*Exterminationskrieg*’ (guerra de extermínio), atacando a população civil. (VACCA; DAVIDSON, 2011)

De acordo com T. E. Lawrence (LAWRENCE, 1997 apud NAGL, 2005, p. 24), “a imprensa é a melhor arma do arsenal do comandante moderno”. Esta frase, proferida alguns anos após a I GM, mostra a influência da imprensa na guerra. Portanto, quando o general alega que o outro modo de o combate ocorrer entre o povo é

por meio da mídia, ele não está apontando um fenômeno inteiramente novo. É verdade que a mídia atual permite que os eventos sejam levados às casas e atinjam as pessoas em um grau sem precedentes, mas este é um fato novo por sua intensidade não por sua natureza.

### 4.3 Combate-se para preservar a força

Essa tendência se daria em virtude da aversão a baixas nos países democráticos, da dificuldade de substituição de pessoal após a eliminação da conscrição e ao elevado custo de reposição do sofisticado material dos exércitos modernos. Em que pese a verdade desses fatos, convém dar-lhes a gradação adequada.

Parece indubitável que, na medida em que cresça o valor do objetivo em disputa, crescerá também a disposição de lutar por ele. Os EUA que, com interesses apenas humanitários, abandonaram a Somália em 1992 após sofrerem algumas baixas, demonstraram outra disposição na chamada guerra global ao terror.

O general Smith, aludindo ao efeito que os *body bags* produzem nos planejadores militares, nos políticos e no público norte-americanos, vaticinou em 2005 que

um dos aspectos subentendidos da guerra dos EUA no Iraque é puramente aritmético: se aproximadamente três mil americanos morreram no onze de setembro, então serão aceitáveis até três mil baixas durante a guerra contra o terror, onde quer que ela aconteça. (SMITH, 2005)

O Departamento de Defesa dos EUA indica que, em início de setembro de 2013, já tinham morrido seis mil setecentos e cinquenta e seis norte-americanos nas guerras do Iraque e Afeganistão e o número de feridos elevava-se a cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta (DEPARTMENT..., 2014). Fica claramente evidenciado o erro de interpretação do general. Diante da importância do objetivo, o governo, as forças armadas e o povo norte-americanos não preservaram suas forças como imaginado por ele. Borgeson reforça a mesma conclusão. Por ocasião da crise política nos EUA devido à deterioração das condições de segurança no Iraque em 2006, ele afirma que “em vez de retirar as tropas, o governo de George W. Bush conseguiu obter apoio para reforçá-las e expandir a campanha contrainsurrecional” (BORGESON, 2012).

A intensidade dos combates na atual guerra civil na Síria também demonstra que as forças não são preservadas quando o objetivo é importante. Convém ainda salientar que a maior parte dos exércitos do mundo, embora regulares, não dispõe do armamento de alta tecnologia dos países mais ricos e grande parte deles, pelo contrário, são pobremente armados. O elevado custo de reposição dos equipamentos não é, por conseguinte, uma restrição generalizada. Do mesmo modo, a valorização da vida humana não é uma preocupação igualmente compartilhada por todos os povos e culturas, o que também impede a generalização da tendência à preservação das forças.

<sup>8</sup> Região da França onde ocorreu uma longa revolta contra a Revolução Francesa.

#### 4.4 Os beligerantes são majoritariamente não estatais

“Tentamos travar os nossos confrontos e conflitos numa ou noutra forma de agrupamento multinacional [...] e contra beligerantes não estatais” (SMITH, 2008, p. 347). Com essa frase, o general mostra mais uma vez o enfoque parcial e eurocêntrico de sua visão da guerra. A formação de forças multinacionais sob a égide de organismo de segurança está longe de representar todas as guerras.

Por outro lado, não há nada de novo na afirmação a respeito do caráter não estatal da maioria dos beligerantes. John Nagl atesta que os conflitos de baixa intensidade têm sido mais comuns na história do que a guerra entre nações representadas por exércitos em um campo de batalha convencional (NAGL, 2005, p. 15). Conforme visto, o projeto *Correlates of War* demonstra que, no período da chamada guerra industrial, as guerras envolvendo combatentes não estatais foram três vezes mais numerosas do que as entre estados. Do fim da II GM até 2004, o projeto lista oitenta guerras interestatais e duzentas e oitenta e nove irregulares. Vê-se que a proporção de três para um das guerras irregulares e entre estados permanece praticamente inalterada.

O fato de os beligerantes serem majoritariamente não estatais não é uma tendência da GMP, mas sim uma tendência da própria guerra em todas as épocas.

#### 4.5 Os conflitos tendem a ser intemporais

Essa tendência já foi analisada no item que tratou dos confrontos e conflitos. Todavia, convém enfatizar que o caráter intemporal deve-se mais à própria característica das guerras irregulares, longas por natureza, e ao bloqueio internacional das guerras conforme expressado por Luttwak, do que propriamente a uma tendência específica da GMP.

#### 4.6 Novas utilizações são dadas para as armas e organizações da guerra industrial

O general Smith defende a necessidade de reorganizar as forças permanentes a fim de refletir a mudança de paradigma. Os exércitos deveriam adaptar suas armas industriais e de alta tecnologia às novas circunstâncias da GMP. Segundo ele, a estrutura das forças armadas apresenta falhas básicas, dentre as quais a utilização dos sistemas de armas da GIE de modo para o qual não foram concebidos nem adquiridos (SMITH, 2008, p. 345). Convém analisar essa ideia sob dois enfoques.

Primeiramente, reconheça-se que, ao longo da história, exércitos têm sido armados, equipados e adestrados para o enfrentamento dos riscos mais graves, representados pelas ameaças de outros exércitos igualmente armados e equipados a serviço de estados inimigos. Baseia-se este procedimento na sensata

suposição de que quem se prepara para o pior, tem condições de enfrentar o *menos* pior. As legiões romanas eram armadas como infantaria pesada e possuíam pesados equipamentos de cerco, não obstante, foram seguidamente empregadas contra tropas irregulares nas inúmeras revoltas que eclodiram durante a longa história de Roma. Contra irregulares, as catapultas, onagros e aríetes, bem como as variadas manobras das quais as legiões eram capazes, tinham pouco uso. Para atender ao que o general sugere, haveria necessidade de os países possuírem dois exércitos, um regular e armado no estado da arte para o enfrentamento de ameaças convencionais e outro aligeirado e treinado especificamente para a guerra irregular. Essa opção, extremamente onerosa em pessoal e recursos, é um luxo que nem as nações mais ricas e desenvolvidas se permitem dispor.

Mas, principalmente, essa ideia advém da suposição de que não haverá mais guerras convencionais e, portanto, os gastos com armas sofisticadas e de alta tecnologia seriam, além de um desperdício, de pouca utilidade nas guerras irregulares e insurrecionais da atualidade. Entretanto, este ponto de vista não possui nenhum fundamento concreto, é puramente opinativo. Colin Gray (2005, p. 33) o caracteriza como inconsistente e baseado em nada mais do que o processo simplista de projetar precipitadamente, para o futuro, as tendências da atualidade.

Nenhuma instituição de defesa séria deve permitir que meras opiniões influenciem o desenvolvimento de sua capacitação para a defesa nacional. A esse respeito, convém observar o que disse o general Dannatt:

O Exército britânico não subscreve a visão de que as operações convencionais de larga envergadura sejam coisas do passado. Estou absolutamente certo de que, como exército, devemos cumprir nossa missão no âmbito da defesa nacional, tanto quanto prover segurança. A pessoa que olha dez anos no futuro e diz que sabe como será a situação estratégica, francamente, é um tolo [...] Defesa é tanto uma apólice de seguro como a capacidade de conduzir operações correntes – não jogamos fora o seguro de nossa casa somente porque as estatísticas indicam a diminuição da criminalidade na vizinhança. (DANNATT, 2008)

## 5 CONCLUSÃO

Para Colin Gray (2010), “não há nada de fundamental importância que seja genuinamente novo a respeito da guerra e da estratégia no século XXI”. O general Dannatt (2008) concorda: “não há um tipo novo de guerra, nós estamos num continuum, estamos neste continuum há muitas gerações”.

Leitores desatentos não percebem as incoerências do conceito de guerra no meio do povo



e os modernos exaltados atribuem mais importância às novidades do que ao rigor e à pertinência das ideias. Consequentemente, não se dão conta de que a guerra, na complexidade de seus inúmeros e variáveis contextos, não pode ser contida em um paradigma, nem tampouco compreendida unicamente por meio das guerras das grandes potências.

O general Rupert Smith esforçou-se para estruturar suas ideias numa teoria da guerra futura. Mas, o resultado inconvincente peca por falta de coerência histórica e lógica. Além dos artifícios criados para atribuir alcance mais amplo a suas ideias; o que ele buscou, realmente, foi fazer a conhecida guerra irregular assumir, por intermédio de um ilusionismo conceitual, a aparência de uma forma nova de guerra. No entanto, esta forma aparente, a GMP, permanece basicamente com as mesmas características essenciais da guerra irregular ou insurrecional. O general, na realidade, colaborou com a “fábrica de conceitos”, que produz, em grande parte, ideias novas apenas na aparência (GRAY, 2010).

Isso não significa negar as mudanças na guerra. Não se pode afirmar que as guerras irregulares de hoje sejam exatamente iguais à que os espanhóis empreenderam contra os franceses a partir de 1808. Significa reconhecer que há um cerne imutável de características essenciais, envolvido por um conjunto de outras características que mudam em função dos inúmeros e variáveis contextos em que as guerras são travadas. Como Colin Gray salientou, inspirado em Clausewitz, “contrariamente às realidades eternas e universais da guerra (sua primeira natureza), a natureza subjetiva da guerra (sua segunda) sempre muda, embora em diferentes ritmos em diferentes épocas” (GRAY, 2005, p. 32).

A última vez em que formações blindadas, apoiadas por artilharia e pela força aérea, se opuseram no campo de batalha foi na Guerra do Yom Kippur em 1973. O General Smith (2008, p. 20) destaca o fato de que, desde então, as unidades blindadas ou apoiaram a aplicação da artilharia e do poder aéreo, ou foram empregadas de modo fracionado em apoio à infantaria. Ele conclui que “a utilização do tanque como máquina de guerra organizada em formação, concebida para combater e obter um resultado decisivo, não se verifica há três décadas. Aliás, não é provável que volte a verificar-se, pois as guerras nas quais as formações blindadas poderiam e deveriam ser utilizadas já não são exequíveis”.

Isso pode ser verdadeiro. O uso em larga escala de maciças formações de carros de combate, apoiados por artilharia e pela força aérea, foi eficaz em determinado contexto, improvável de se repetir novamente. Este uso adequou-se a uma determinada natureza subjetiva da guerra, que viveu por algum tempo. Por outro lado, poder de choque, poder de fogo, apoio de fogo e capacidade de manobra relacionam-se mais com a perene primeira natureza da guerra e continuam

tão importantes como antes.

Convém lembrar que o risco da guerra não desaparecerá. As sociedades politicamente organizadas podem sempre motivar-se, por alguma mistura de “medo, honra e interesse”, a decidirem-se pela guerra. Para Gray, a explicação de Tucídides para os motivos que levam os povos à guerra continua tão relevante no século XXI como há 2400 anos. “Estilos particulares de conduzir a guerra aumentam e diminuem, e aumentam de novo, ininterruptamente. O estilo irregular é dominante atualmente, mas não há nisso nenhum valor preditivo a respeito do século XXI em diante” (GRAY, 2010).

Não se pode dar credibilidade à suposição de que não existirão mais guerras entre estados. A história recente não endossa essa suposição, que o digam os iraquianos e georgianos. Além de refletir simplesmente uma opinião, esse suposto fim das guerras é perigoso se vier a influenciar o desenvolvimento doutrinário do Exército Brasileiro.

Não se questiona a competência profissional do general Rupert Smith, nem tampouco sua preocupação com as questões de defesa de seu país. Suas opiniões refletem sua visão eurocêntrica e talvez pudessem ser aplicadas à Inglaterra sem maior prejuízo à defesa dos principais interesses deste país. A Inglaterra, como membro da Aliança Atlântica, conta com o aparato militar da Aliança, particularmente dos EUA, na eventualidade, mesmo que remota, de ameaça estatal. Em último caso, o país pode jogar a carta nuclear, a fim de dissuadir ameaças a seus interesses vitais se, porventura, seus aliados não se dispuserem a defendê-los.

O Brasil, pelo contrário, não conta nem com a proteção de uma aliança militar poderosa, nem muito menos com o poder dissuasivo das armas nucleares. Essas peculiaridades nossas, somadas à crescente inserção brasileira na cena internacional, nos induzem a rejeitar qualquer ideia heterodoxa sobre a organização e o preparo de nossas Forças Armadas. Também não é prudente depositarmos exagerada confiança na nossa legítima opção pelo multilateralismo e pelo poder brando nas relações internacionais. Nada garante que essa opção será sempre capaz de futuramente atender nossos múltiplos interesses, particularmente os de defesa.

Ao Brasil interessa erguer-se como potência regional e ator mundial, constituindo-se em um polo nas relações internacionais. Esse anseio, as peculiaridades de suas condições fisiográficas, de seu ambiente geopolítico, de seus interesses e de sua visão das relações internacionais requerem o desenvolvimento de pensamento próprio de defesa. Devemos desenvolver uma escola de pensamento de defesa atenta ao que se passa no mundo, mas essencialmente brasileira em sua elaboração, talhada sob medida às nossas capacidades, interesses e motivações. Não mais nos convirá movermos ao sabor de conceitos e de ideias desenvolvidas para atender necessidades de defesa que não as nossas.

## REFERÊNCIAS

- ASPREY, R. **War in the shadows: guerrilla warfare in history**. Nova York: William Morrow and Company, 1994.
- BEAUFRE, A. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- BEEHLER, W. H. **The history of Italian-Turkish war**. EUA: The Advertiser-Republican, 1913.
- BOBBITT, P. **A guerra e a paz na história moderna**. São Paulo: Editora Campus, 2003.
- BORGESON, B. Thoughts on Rupert Smith's "Utility of force". **Visions of Empire**, [S.l.], Set. 2009. Disponível em: <<http://visionsofempire.wordpress.com/2009/09/20/thoughts-on-rupert-smiths-utility-of-force/>>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. The principles of destruction in irregular warfare: theory and practice. **Small Wars Journal**, Bethesda, Jan. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-principles-of-destruction-in-irregular-warfare-theory-and-practice>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. New Jersey: Princenton University Press, 1984.
- DANNATT, R. The land environment moving towards 2018. **Small Wars Journal**, Bethesda, Jul. 2008. Não paginado. Disponível em: <[smallwarsjournal.com/blog/general-sir-richard-dannatt-on-moving-towards-2018](http://smallwarsjournal.com/blog/general-sir-richard-dannatt-on-moving-towards-2018)>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- DEPARTMENT OF DEFENSE (U.S.). **Operation Iraqi Freedom (OIF) U.S. casualty status**. Washington D.C., 2014. Disponível em: <<http://www.defense.gov/news/casualty.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2002.
- GRAY, C. S. **Another bloody century: future warfare**. Londres: Phoenix, 2005.
- \_\_\_\_\_. War Continuity in Change, and Change in Continuity. **Parameters**, Carlisle PA, Summer 2010. Disponível em: <<http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/articles/2010summer/gray.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2013.
- LOEFLE, R. **La Guerre Russo-Japonaise**. Paris: Berger-Levrault Editeurs, 1907.
- LUTTWAK, E. Give war a chance. **Foreign Affairs**, Tampa FL, Jul/Ago 1999. Disponível em: <<http://peacelearner.files.wordpress.com/2010/01/edward-luttwak-give-war-a-chance1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations**. New York: Alfred A Knopf, 1985.
- NAGL, J. N. **Learning to eat soup with a knife**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SMITH, Rupert. The Utility of Force: What if War is no Longer What it Used to be? **Montrose Journal**, London, Winter 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.montroseassociates.biz/article.asp?aid=16>>. Acesso em 12 Ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. Interview with General Rupert Smith. **International Review of the Red Cross**, Geneva, v. 88, n. 864, p. 719-727, dez 06. Disponível em: <[http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc\\_864\\_interview\\_rupert\\_smith.pdf](http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_864_interview_rupert_smith.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2013.
- \_\_\_\_\_. **A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno**. Portugal: Edições 70, 2008.
- TUNG, M. T. **On guerrilla warfare: Mao Tse Tung Reference Archive**. [S.l.]: MIA, 2000. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrilla-warfare/>>. Acesso em: 08 jun. 2013. Publicado originalmente em 1937.
- UPPSALA UNIVERSITET. **UDCP conflict encyclopedia**. Uppsala, [2013]. Disponível em: <<http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/>>. Acesso em: 06 ago. 2013.
- VACCA, A.; DAVIDSON, M. The regularity of irregular warfare. **Parameters**, Carlisle, CA, p. 18-28, spring 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/Articles/2011spring/Vacca-Davidson.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

Recebido em 22 de outubro de 2013  
Aprovado em 10 de abril de 2014

# A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL NO SÉCULO XXI

## BRAZIL'S DEFENSE POLICY IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY

GLAUCO CORBARI CORRÊA<sup>1</sup>

### RESUMO

O século XXI se descortina marcado por antagonismos e incertezas latentes. Nesse sentido, as nações têm procurado ajustar as suas políticas de defesa com os seus reais interesses no âmbito interno e externo e com o desenvolvimento de capacidades para se contrapor às ameaças emergentes. O Brasil passou, ao longo das últimas duas décadas, por reformulações no que diz respeito à sua Política de Defesa. Recentemente, no ano de 2012, com a emergência do Livro Branco de Defesa Nacional e com as atualizações da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, esta questão parece ter ganho novo fôlego. O contexto atual, em que o país procura se afirmar como potência regional e se projetar cada vez mais no cenário internacional, reforça a importância do tema. Todavia, o país deve enfrentar alguns desafios importantes no futuro, como a proteção da Amazônia Azul e das reservas de água doce, a condução de grandes eventos e a busca do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a atual situação da Política de Defesa do Brasil, verificar a relevância que lhe é atribuída e inferir a importância que esta Política tem para a Grande Estratégia brasileira.

**Palavras-chave:** Política de Defesa. Estratégia Nacional. Forças Armadas. Livro Branco de Defesa. Desafios.

### ABSTRACT

The XXI century presents itself with antagonistic issues and latent uncertainties. Accordingly, nations have sought to adjust their defense policies to their real interests in the internal and external environment and to the development of capabilities in order to oppose to emerging threats. Brazil has, over the past two decades, gone through reformulations regarding its Defense Policy. Recently, in 2012, with the emergence of the National Defense White Book and with the updates of the National Defense Policy and Strategy, this issue seems to have gained new momentum. The current context in which the country seeks to establish itself as a regional power and be increasingly launched into the international scenario, reinforces the importance of the topic. However, the country must face some important future challenges, as the protection of the Blue Amazon and freshwater resources, the conduction of major events and the quest for a permanent seat in the UN Security Council. In this sense, this work aims at analyzing the current situation of the Brazilian Defense Policy, checking the relevance assigned to it and inferring the importance of this policy to the Great Brazilian Strategy.

**Keywords:** Defense Policy. National Strategy. Armed Forces. Defense White Book. Challenges.

<sup>1</sup> Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <capcorbari@hotmail.com>

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

### I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se tornado um ator internacional de relevância crescente. De forma mais notável, a diplomacia brasileira é considerada um ativo de excelência, instituição fundamental para a projeção do país no exterior. Muito embora o legado diplomático brasileiro seja importante como instrumento de sua inserção externa, os primeiros anos do século XXI chamam atenção para a necessidade de fortalecer as capacidades de projeção internacional do país (TEIXEIRA JÚNIOR; NOBRE, 2010, p. 241). Nesse sentido, um vetor importante de dissuasão e ao mesmo tempo de afirmação internacional do Brasil é aquele relacionado à Defesa.

Segundo Lopes e Vellozo Junior (2004, p. 318), a inserção do Brasil no contexto internacional é um tema controverso, sendo capaz de despertar o interesse dos maiores e melhores pesquisadores. Os debates sobre a inserção internacional do país não devem estar dissociados de uma questão identitária, que diz respeito à edificação de um projeto nacional para o Brasil. A inserção internacional a que se refere não corresponde, portanto, a uma razão de Estado burocrática, mas, antes, aos reais propósitos nacionais, reclamados e respaldados pela sociedade.

Neste âmbito, a Defesa Nacional no Brasil experimenta um momento singular, em que as preocupações acerca dos riscos inerentes à deterioração das capacidades do país nas últimas décadas, bem como da incerteza quanto ao novo papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas após os governos militares, aos poucos se dissipam ante a perspectiva de retomada do interesse de governantes e do segmento civil da sociedade pelo tema. Ao longo das próximas décadas, a participação conjunta dos diferentes setores da sociedade em prol de uma política efetiva e democrática de defesa nacional poderá permitir não apenas assegurar o reequipamento e a ampliação da capacidade operacional das Forças Armadas, mas também o fortalecimento institucional de uma área vital para o futuro do país (NERI, 2012, p. 10), que pretende encontrar um lugar à altura da sua estatura geoeconômica.

Torna-se importante referir que um cenário internacional caracterizado por incertezas influenciará diretamente não só a definição da Política Externa Brasileira, mas também da Política de Defesa. O fenômeno da globalização trouxe consigo o aprofundamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico – e a sua associação nefasta ao crime organizado –, o

tráfico de armas e a pirataria marítima, que põem à prova a capacidade do Estado de se contrapor a elas. De igual maneira, o agravamento da crise econômico-financeira internacional indica uma possível deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos para a paz e segurança no mundo (BRASIL, 2012c).

Pode-se constatar que algumas conquistas nesta área demonstram a crescente importância do tema na agenda de políticas públicas do governo brasileiro, embora um longo caminho ainda necessite ser trilhado (NERI, 2012, p. 9).

Sendo assim, este trabalho pretende analisar a Política de Defesa do Brasil, verificar a relevância que o país lhe atribui e inferir a importância que esta Política tem para a Grande Estratégia brasileira.

Como orientação para o desenvolvimento do presente estudo foi formulada a seguinte Pergunta de Partida (PP): “Qual a importância da Política de Defesa do Brasil para os desafios do século XXI?”. Para operacionalizar a execução do trabalho e responder à PP, foram desenvolvidas as seguintes Perguntas Derivadas (PD): PD 1 - “Qual a atual situação da Política de Defesa brasileira?”; PD 2 - “Quais os principais projetos e capacidades das Forças Armadas brasileiras no âmbito da Política de Defesa do país?”; e PD 3 - “Quais os desafios futuros para a Política de Defesa brasileira no século XXI?”.

Desta forma, procedeu-se ao estudo tendo por base conceitual, ao nível do objeto, diversa bibliografia, estudos, papers, documentos oficiais e teses sobre a Política de Defesa do Brasil, seguindo-se, ao nível do método científico, as bases do procedimento apresentadas por Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt, no livro “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013).

Neste âmbito, o presente trabalho está articulado em quatro partes distintas, na qual primeira parte realiza um enquadramento conceitual da Política de Defesa de um país.

A segunda parte foca-se na Política de Defesa do Brasil, elencando aspectos importantes de documentos e orientações basilares, como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), bem como apresentando os principais projetos e capacidades das Forças Armadas brasileiras.

Na terceira parte são apresentados desafios futuros nos assuntos de defesa para o Brasil do século XXI.

Por fim, conclui-se sistematizando os aspectos mais relevantes do trabalho e dando a visão particular do autor sobre o tema, que é traduzida pela existência de documentos estruturantes que balizam a Política de Defesa Nacional, com diversos setores da Nação voltados para estudos e projetos nesta área, como as Forças Armadas, por exemplo.

## 2 POLÍTICA DE DEFESA

Pode-se considerar a Defesa como uma atividade típica de Estado, pois sua missão é constitui-lo e preservá-lo como ator. No contexto histórico, o uso da força militar existe desde tempos longínquos, teve papel importante na constituição do Estado como ator político e continua relevante para a sua preservação (CERON, 2012, p. 48).

Por seu turno, a política de defesa trata com problemas específicos, cuja transferência à iniciativa privada ou a qualquer outro campo da gestão governamental seria inviável, e procura implementar soluções para esses problemas. Muitas vezes, as Forças Armadas, principal instrumento de defesa, estão engajadas em ações características das outras áreas do Governo.

A política de defesa precisa ser entendida sob o prisma dos diferentes campos de conhecimento e das distintas realidades sociais pois, do contrário, pode ser transformada em um emaranhado de ações governamentais incompreensíveis para o cidadão e incapaz de obter o necessário suporte político-administrativo. (ALMEIDA, 2010, p. 222-223)

Pode-se considerar, portanto, a política de defesa como parte importante das políticas de Estado. Particularmente nos estados democráticos, a participação da sociedade nas discussões da política contribui para seu aperfeiçoamento e sua legitimidade. De acordo com Ceron:

A participação da sociedade nas questões de defesa pode ser considerada uma questão de cidadania, pois ao focar sua atenção nos temas governamentais, inclui a defesa. Como nas demais políticas públicas, que dizem respeito a todos os cidadãos e não apenas aos profissionais das respectivas áreas, assim também é a defesa, pois ultrapassa o campo de atuação do estamento militar e se inclui entre outros segmentos da sociedade. (CERON, 2012, p. 71)

Em um contexto democrático, a legitimidade da atuação das Forças Armadas decorre do debate no campo político dos objetivos militares, de modo que essa atuação represente a manifestação dos objetivos políticos do Estado. Nos estados democráticos, esses objetivos devem ser debatidos pelas instituições e, posteriormente, podem ser materializados em um documento público. Nesse âmbito, muitos países servem-se de um documento denominado o “livro branco” (CERON, 2012, p. 56), como é o caso do Brasil e que será apresentado posteriormente.

Outros conceitos importantes são apresentados na PND brasileira. Segundo este documento,

I - Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões



e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2012d, p. 2)

De posse dos conceitos apresentados acima, pode-se inferir que a Política de Defesa de um país está intimamente ligada ao seu povo e envolve não somente as Forças Armadas, mas todos os setores – políticos e administrativos – do Estado, caracterizando-se em uma ferramenta significativa para a consecução dos interesses nacionais.

### 3 A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

#### 3.1 Considerações iniciais

Nos últimos cinco mandatos presidenciais, o Brasil tem adotado algumas medidas que tinham a pretensão de definir melhor as direções de sua Política de Defesa e seu papel na segurança internacional.

Quase uma década após o fim dos governos militares, o Brasil ainda não possuía uma Política de Defesa integrada e que de fato representasse os anseios da Nação. Os esforços iniciais para produzir uma Política de Defesa Nacional tiveram início em 1995 e envolveram peritos militares e funcionários públicos civis. O resultado foi um documento vago e abrangente em termos de objetivos e orientação estratégica, vindo a ser aprovado em 1996 (LAZZARI, 2009, p. 32). Este documento, embora tenha representado um grande passo, revelou-se insuficiente.

Com a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, iniciou-se um processo de revisão da Política de Defesa Nacional corrente, com a finalidade de substituir o documento de 1996 por uma política mais exequível e abrangente. Tornava-se necessário definir uma Política de Defesa Nacional que fosse capaz de dirigir suas ações na direção de um objetivo comum e contar com a participação civil no processo de implementação de uma “política de defesa nacional sustentável” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a Política de Defesa Nacional foi renovada em 2005, durante o governo do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva. A diferença mais significativa para a versão de 1996 foi a inclusão do conceito de segurança conforme os padrões da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), abrangendo a visão de segurança coletiva e cooperativa (PEREIRA, 2010).

Mesmo com a renovação de 2005, a Política de Defesa brasileira possuía muitos dos traços existentes há duas décadas; ou seja, cada força singular perseguindo seus próprios objetivos sem preocupação com a compatibilidade, coerência, racionalidade e complementaridade de suas ações em relação às

políticas setoriais das demais Forças. Evidência disso era a inconsistência sistêmica entre as estratégias de projeção de poder, da Marinha do Brasil (MB), ocupação territorial, do Exército Brasileiro (EB), e desenvolvimento do poder aeroespacial, da Força Aérea Brasileira (FAB). Sem diretrizes unificadoras claras emanadas dos Poderes Executivo ou Legislativo, a política de defesa permanecia, em tese, uma combinação de iniciativas isoladas cujas hipóteses foram independentemente formuladas de acordo com a análise específica de cada ramo a respeito de suas idiossincrasias e capacidades (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 77-78).

Em dezembro de 2008, foi finalmente publicada a Estratégia Nacional de Defesa. Como tentativa de traçar as pretensões brasileiras nessa área, trazendo transparência e abertura ao debate com a sociedade, propunha, em linhas gerais, reorganizar as Forças Armadas, reestruturar o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa e tratar da composição do efetivo das Forças Armadas (PEREIRA, 2011, p. 42). No entanto, necessitava-se, ainda, de um documento-chave de política que oferecesse a visão do Governo a respeito da defesa.

Nesse contexto, surge o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), lançado em 2012, que visa permitir o acesso ao amplo contexto da estratégia de defesa nacional, em perspectiva de médio e longo prazo, bem como viabilizar o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (BRASIL, 2010).

#### 3.2 Documentos basilares da Política de Defesa do Brasil

O LBDN, a PND (anteriormente chamada de Política de Defesa Nacional) e a END têm por finalidade guiar a reforma e a modernização das Forças Armadas brasileiras nos próximos anos. Os três documentos elaborados pelo governo brasileiro em 2012 receberam, em setembro de 2013, o respaldo do Congresso Nacional (BRASIL, 2013a). Os textos, que já haviam sido aprovados pelo Senado Federal, foram promulgados em 26 de setembro de 2013 (AMORIM, 2014, p. 7).

A PND é o principal documento do governo brasileiro para elaborar suas políticas de defesa do território e estabelece objetivos e diretrizes que devem ser seguidas para equipar e preparar as Forças Armadas. A END é o documento que define os meios para cumprir os alvos traçados na Política de Defesa. O LBDN analisa as perspectivas a médio e longo prazo do setor e busca aumentar a transparência ao publicar dados orçamentários e estratégicos das Forças Armadas.

Segundo o atual Ministro da Defesa brasileiro, embaixador Celso Amorim, a aprovação dos três documentos significa um fato muito importante para a política nacional de segurança, pois mostram - os três documentos - o compromisso do país com os valores democráticos e com a defesa das instituições nacionais, ressaltando que, com a aprovação, os debates a respeito

da segurança nacional não mais permanecerão restritos aos círculos militares e aos mais altos mandatários do país (CONGRESSO..., 2013). Tal afirmação vai ao encontro do que se espera de uma Política de Defesa que envolva toda a sociedade, denotando ainda que o assunto “Defesa” é também um dever de todos os cidadãos.

Os documentos contêm as diretrizes de atuação das Forças Armadas para proteger o país de ameaças externas e detalham a visão do Brasil sobre a defesa, preocupações e riscos e também informações sobre a quantidade de equipamentos bélicos, informações consideradas até então como estratégicas.

A versão atualizada da PND é o principal documento de planejamento da defesa do país. Ele estabelece orientações para o preparo e emprego da capacitação militar em caso de ameaças externas, incluindo o envolvimento dos setores civis, em todos os níveis de poder (BRASIL, 2012d, p. 1).

Resalta-se, na PND, que a existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais – como o narcotráfico e a guerrilha, por exemplo – podem provocar o transbordamento de conflitos de outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas impõe que a defesa do Estado seja vista com prioridade, para preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência (BRASIL, 2012d, p. 4). Nesse âmbito, reforça-se a afirmação do Brasil como potência regional, bem como a sua inserção crescente como ator relevante no cenário internacional.

O documento deixa claro que o planejamento da defesa inclui todas as regiões do Brasil e, em particular, as áreas vitais onde se encontram maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima (BRASIL, 2012d, p. 5).

Quanto às riquezas, evidencia a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de minerais e de biodiversidade. O Atlântico Sul, além da importância estratégica, meio pelo qual se realiza quase a totalidade do comércio exterior, é uma área onde estão as maiores reservas de petróleo e gás e com grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (BRASIL, 2012d, p. 5), caracterizando-se, portanto, em possível alvo de pirataria.

Em relação à ordem internacional, o país defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional (BRASIL, 2012d, p. 6).

O Brasil considera que o terrorismo internacional constitui risco à paz e à segurança mundiais. Atua na comunidade internacional respeitando os princípios constitucionais de autodeterminação, não intervenção e igualdade entre os Estados. Nessas

condições, sob a égide de organismos multilaterais, participa de operações de paz (BRASIL, 2012d, p. 6).<sup>2</sup>

A análise do ambiente estratégico dá ênfase à instabilidade, à assimetria de poder e às novas ameaças<sup>3</sup> à segurança dos Estados. Condena o terrorismo e enfatiza a intensificação da cooperação internacional com os países da América do Sul e da África, assim como os de língua portuguesa (BRASIL, 2012d, p. 6).<sup>4</sup>

Cabe destacar que a PND está alinhada com documentos de fundamental importância para a formulação de políticas de defesa do Brasil, tais como a Constituição Brasileira de 1988 e os 13 compromissos programáticos do atual Governo, particularmente o 13º, que enfatiza questões como a defesa da soberania nacional e a presença ativa e altiva do Brasil no mundo (COLIGAÇÃO..., 2010, p. 22-23).

Por seu turno, o Art. 4º da Constituição indica os princípios das relações internacionais do Brasil. Esses princípios são plenamente atendidos pela PND em vigor, como a independência nacional (inciso I), a defesa da paz (inciso VI), o repúdio ao terrorismo (inciso VIII) e a integração latino-americana (parágrafo único) (BRASIL, 2014a).

Quanto à END, o texto pauta-se por diretrizes, tais como “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”. Segundo esta Estratégia, as Forças Armadas devem “desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras” (BRASIL, 2012b, p. 2).

O documento também coloca os setores nuclear, cibernético e espacial como “estratégicos e

2 Um exemplo de sucesso da participação brasileira em missões de paz é a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu a autoridade exercida pela Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelos EUA, em 1º de junho de 2004. O comando do componente militar da MINUSTAH (Force Commander) é exercido, desde então, por um oficial general do EB. O efetivo autorizado para o contingente militar é de 6.700 homens, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai (UNITED NATIONS, 2013).

3 Segundo Piletti (2008, p. 8), no pós-Guerra Fria, um conjunto disperso e múltiplo de fenômenos e atores, predominantemente não estatais e transnacionais, vem se tornando cada vez mais um importante alvo das políticas de segurança norte-americanas e ocidentais, fato este que tem provocado um obscurecimento da tradicional distinção moderna entre conflitos externos e segurança interna. Estes novos atores e fenômenos de caráter não tradicional são definidos na política de defesa dos EUA como as “novas ameaças”. O conceito envolveria atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral, destacando-se, por exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas e o de pessoas.

4 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. São atualmente estados-membros da CPLP os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (COMUNIDADE..., 2010).

essenciais para a defesa nacional”. A respeito do perigo de ameaças externas, o texto diz que “convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos”, uma vez que o Brasil não tem rivalidades com nações estrangeiras. Ele também detalha o funcionamento do Estado-Maior Conjunto que, subordinado diretamente ao MD, coordena as Forças Armadas (BRASIL, 2012b).

O LBDN, por sua vez, é um documento por meio do qual se permite o acesso à informação sobre o setor de defesa do país. Ele traz uma análise do contexto estratégico do século XXI para fornecer perspectivas de médio e longo prazo. O Livro atende a uma demanda internacional para evitar tensões, uma vez que vários países têm documentos semelhantes. Vizinhos brasileiros como a Argentina, a Bolívia, a Colômbia, o Chile, o Peru, o Paraguai e o Uruguai e as potências bélicas mundiais como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França, a Rússia e a China têm o documento (BRASIL, 2012c).

O Brasil precisa esclarecer ao mundo quem são seus parceiros estratégicos e aliados e quem não são, qual será a forma de tratamento destinada a cada um desses e quais princípios regem suas relações internacionais. O LBDN é capaz de colocar em pauta esses esclarecimentos. Cabe destacar ainda que o Brasil, em 2008, tomou a iniciativa de criar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)<sup>5</sup> – no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) –, que tem por objetivos consolidar a América do Sul como zona de paz, construir uma identidade regional em matéria de defesa e produzir consensos para fortalecer a cooperação regional.

### 3.3 Política de Defesa e Forças Armadas do Brasil

Como já visto anteriormente, a END selecionou três setores como estratégicos: o nuclear, o cibernético e o espacial. A Diretriz Ministerial do MD nº 14/2009 determinou que o setor nuclear ficasse sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), o cibernético com o Exército Brasileiro (EB), e o setor espacial com a Força Aérea Brasileira (FAB) (BRASIL, 2012c, p. 70).

Nos três setores, a prioridade é elevar a capacitação científica e tecnológica do país e preparar os recursos humanos. Em consequência, e, interligados com os setores estratégicos acima, diversos projetos estão sendo desenvolvidos nos três ramos das Forças Armadas, sendo que alguns serão destacados a partir de agora.

#### 3.3.1 Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil conta, atualmente, com

5 O CDS deve ser estruturado em quatro eixos: políticas de defesa; cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; indústria e tecnologia de defesa; e formação e capacitação (D'ARAUJO, 2010, p. 98). Além disso, o CDS é também a tentativa de se tratar os problemas de segurança da região sob o ponto de vista sul-americano, afastando a ingerência de organismos e potências extrarregionais, além de, pela primeira vez, destacar a necessidade da integração das indústrias de defesa dos países constituintes (SILVA, 2012, p. 172).

um efetivo aproximado de 60 mil militares. Desde 1979, contribui para o Programa Nuclear Brasileiro, tendo alcançado total domínio sobre o ciclo de combustível nuclear. Parte essencial do Programa Nuclear da Marinha é a construção do reator para o submarino brasileiro de propulsão nuclear, o qual elevará, consideravelmente, a capacidade de defesa do Brasil no Atlântico Sul. Cabe destacar que o Programa Nuclear da Marinha é um dos projetos prioritários da MB inseridos no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa do MD (BRASIL, 2012c).

O Programa Nuclear da Marinha e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)<sup>6</sup> estão intimamente ligados. A exequibilidade do PROSUB depende do desenvolvimento do sistema de propulsão nuclear, foco do Programa Nuclear.

Outro projeto da MB é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ),<sup>7</sup> que foi concebido para ser um sistema de monitoramento e controle relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro.

Destaca-se, ainda, como importante elemento dissuasório e de projeção de poder – e ligado à Política de Defesa do Brasil – a existência do Navio-Aeródromo São Paulo (A-12), que se caracteriza em um porta-aviões adquirido da França e incorporado à MB no ano de 2000.

#### 3.3.2 Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro conta, hoje, com um efetivo aproximado de 200 mil militares (BRASIL, 2012c, p. 123); todavia, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, no dia 25 de setembro de 2013, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 4370/12 do Poder Executivo, que permite o aumento em 31.358 do número de integrantes do Exército. Pelo texto, poderão ser criados 14.014 cargos de oficiais e 17.344 de subtenentes e sargentos. Esses novos militares deverão ser incorporados gradativamente ao EB entre 2013 e 2030, de acordo com um planejamento anual (CÂMARA..., 2013).

Quanto ao setor cibernético, de responsabilidade do EB, o seu propósito é conferir confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam em suas redes, os quais são processados e armazenados. Esse projeto representa um esforço

6 O PROSUB inclui o lançamento ao mar, a partir de 2016, de quatro submarinos convencionais “Scorpène” e, a partir de 2022, um de propulsão nuclear; a construção de base naval específica; e a continuidade do Programa de Modernização de Submarinos (MODSUB) para as cinco unidades convencionais das classes “Tupi” e “Tikuna” (BRASIL, 2012c, p. 103).

7 A região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil tem direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração corresponde às águas jurisdicionais. Recebeu recentemente a denominação Amazônia Azul, cuja área é equivalente à da Amazônia Verde brasileira. Sob essa região, estão abrigadas as reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, tão importantes para o desenvolvimento do País. Daí a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, assim como dos incidentes na área de vigilância marítima sob a responsabilidade do Brasil (BRASIL, 2012c, p. 21).

de longo prazo, que influenciará positivamente as áreas operacional e de ciência e tecnologia.

O Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber)<sup>8</sup> vem somar esforços com as organizações governamentais já existentes e busca, dentre outros aspectos: a melhoria da capacitação dos recursos humanos; a atualização doutrinária; o fortalecimento da segurança; as respostas a incidentes de redes; a incorporação de lições aprendidas; e a proteção contra ataques cibernéticos (BRASIL, 2012c). A proposta de “Defesa Cibernética” teve grande destaque durante a Conferência das Nações Unidas, também chamada de “Rio + 20”, em 2012. Ataques maliciosos derrubaram a página do G20 no México e não obtiveram êxito na rede desenvolvida pelo EB, durante o evento (BRASIL, 2012a).

O Exército Brasileiro, coerente com a evolução dinâmica da conjuntura, iniciou um Processo de Transformação, que será contínuo e orientado por um Projeto de Força (PROFORÇA). O Processo e o Projeto estão inseridos no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX).

A partir da END, o Estado-Maior do Exército realizou um diagnóstico da Força Terrestre e propôs ações para sua adequação às novas demandas do Estado e da sociedade brasileira, que resultaram na Estratégia Braço Forte (BRASIL, 2012c, p. 125).

Alinhado com o Processo de Transformação, um dos projetos prioritários do EB é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que está em consonância com as diretrizes da END. Com base no trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, este projeto permitirá à Força Terrestre manter as fronteiras monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região amazônica (BRASIL, 2012a).

Outro projeto é o Sistema de Defesa Antiaérea, que pretende dotar o Brasil de meios terrestres (radares, viaturas e centros de operação) e contribuir com o Sistema de Defesa Aeroespacial (BRASIL, 2012a).

O “Astros 2020” é um projeto que visa atender a uma demanda específica em termos estratégicos do EB, que consiste em prover a Força Terrestre com meios de apoio de fogo com elevada capacidade de dissuasão, através do desenvolvimento nacional de um míssil com alcance de até 300 km. O Exército contará com dois Grupos de Lançadores de Mísseis e Foguetes (BRASIL, 2012c, p. 202).

Outro projeto importante em andamento é o “Guarani”, cuja finalidade é substituir as viaturas Urutu e Cascavel, dotando o EB de meios mais modernos. O projeto prevê a aquisição de 2.044 viaturas blindadas de

transporte de pessoal (VBTP) Guarani, de concepção brasileira (BRASIL, 2012c, p. 200).

Já o projeto “Proteger” visa implantar no EB o Sistema Integrado de Proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres, de forma a ampliar as capacidades da instituição para a proteção da sociedade. Dentre as estruturas a serem protegidas, destacam-se: energia, comunicações, águas, transportes, finanças, setor nuclear, setor cibernético, setor espacial e ativos da informação. Em termos de comparação com os países que fazem parte do BRICS,<sup>9</sup> o Brasil é o único que ainda não dispõe de um sistema integrado de proteção de infraestruturas críticas (BRASIL, 2012a).

### 3.3.3 Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira conta, atualmente, com um efetivo aproximado de 67 mil militares (BRASIL, 2012c, p. 146).

O Veículo Lançador de Satélite (VLS) é o principal projeto espacial e requer maior investimento. O Instituto de Aeronáutica e Espaço, integrante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, vem desenvolvendo, desde 1966, uma família de foguetes de sondagem da série Sonda. O aperfeiçoamento crescente da tecnologia espacial permitiu o desenvolvimento do VLS. Além dele, outros produtos espaciais foram desenvolvidos pela Indústria Nacional de Defesa ou em cooperação com a internacional (BRASIL, 2012c).

O projeto “Capacitação Operacional da FAB” tem por objetivos otimizar os processos, sistemas e atividades operacionais, bem como realizar o aparelhamento operacional da Força. Nesse âmbito, há o programa “FX-2”, que consiste na aquisição de 36 caças multimissão para substituir os Mirage 2000 (BRASIL, 2012a). O projeto teve sua fase de avaliações para o processo de seleção concluída, sendo que no dia 18 de dezembro de 2013 o Governo brasileiro anunciou a compra de 36 caças supersônicos do modelo sueco Gripen. A escolha foi objeto de estudos e ponderação muito cuidadosa, tendo sido levado em conta performance, transferência efetiva de tecnologia e custo, não só de aquisição, mas de custeio (manutenção). A escolha se baseou no melhor equilíbrio desses três fatores (BRAGA; PASSARINHO, 2013).

## 4 DESAFIOS FUTUROS PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

Diante dos aspectos apresentados anteriormente, é possível notar que ainda há necessidade

8 No dia 6 de agosto de 2010, foi ativado o Núcleo do Centro de Defesa Cibernética, tendo como atribuição a coordenação das atividades do setor cibernético no Exército. A criação dos projetos deu-se em 5 (cinco) áreas de interesse: doutrina, inteligência, operações, recursos humanos e ciência e tecnologia. O setor cibernético está sendo implantado como um projeto estratégico da Força Terrestre, seguindo toda uma documentação de implantação com orientações emanadas do Estado-Maior do Exército (BRASIL, 2013b).

9 A ideia dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à Política Externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS (BRASIL, 2013c).



de amadurecimento e consolidação dos novos rumos da Política de Defesa brasileira, no intuito de preparar o país para os inúmeros desafios que hão de descortinar durante este século.

A atuação do Brasil no campo da Defesa apresenta um cenário sem inimigos imediatos, tampouco de envolvimento em conflitos armados, o que não elimina o cuidado com as questões de defesa, uma vez que o país tem muitos interesses a preservar. Nesse contexto, a atuação das FA brasileiras visa à defesa do Estado, de suas riquezas naturais, da região amazônica, da camada do pré-sal,<sup>10</sup> das reservas de água doce (aquíferos Guarani e Alter do Chão),<sup>11</sup> da população, do território, além de atuar em ações humanitárias a critério do poder político (CERON, 2012, p. 61).

Ao analisarem-se os segmentos marítimos brasileiros e suas projeções, observa-se que o Brasil tem forte vinculação com o mar, com aspectos tanto políticos quanto econômicos, o que o leva a exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul, que se constitui em uma das importantes áreas do entorno geopolítico imediato brasileiro.<sup>12</sup> A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa (BRASIL, 2012c, p. 21). Daí decorre a necessidade de se ter uma Marinha muito bem equipada, treinada e que busque a otimização da interoperabilidade.

O terrorismo deve também estar na pauta de assuntos prioritários de defesa no Brasil. Ainda que haja setores da sociedade que defendam que o país não é alvo de organizações terroristas, convém lembrar que os brasileiros receberão em seu território delegações de países que o são, em todos os grandes eventos previstos para os próximos anos, particularmente a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas e Paralimpíadas (2016) (GONÇALVES, 2012, p. 308).

Para o Brasil, o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é hoje uma questão crítica e um grande desafio. Esta conquista permitiria, dentre outros aspectos: o fortalecimento da sua posição no cenário internacional; o credenciamento

para tomar parte nas principais discussões sobre segurança internacional; mais acesso a informações; uma defesa sem intermediários do interesse nacional; uma melhor interlocução diplomática; e, mais importante, influenciar o rumo das práticas que balizarão a convivência internacional, tomando como premissa que ao Conselho caberá papel maior como instância de legitimação das relações internacionais futuras (LOPES; VELLOZO JUNIOR, 2004, p. 340).

Para atingir o seu intento, o Brasil conta com alguns pontos positivos, dentre os quais se citam: a considerável contribuição para o orçamento regular da ONU; a liderança no contexto latino-americano; o apoio diplomático (embora não ostensivo) de Rússia, França e Reino Unido - três dos cinco membros permanentes atuais - às bandeiras reformistas; a participação pregressa em várias missões de paz da ONU ao longo dos anos, ainda que em bases seletivas e não sistemáticas; e, historicamente, o fato de ter conferido à ONU papel sempre destacado em sua orientação política internacional (LOPES; VELLOZO JUNIOR, 2004, p. 340).

Mesmo diante deste quadro, o desafio para o Brasil ainda é grande. Segundo Rosi (2012, p. 66), a busca de uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um caso chave da política externa brasileira.

Assim como os demais Estados, especialmente grandes potências, o Brasil busca poder e, se possível hegemonia. Mas esse não é um cenário realizável, ao menos por hora. Ainda que invista em ampliar sua capacidade militar diante dos rivais no continente sul-americano, o Brasil não pode ter esperança de rivalizar com os EUA em um futuro próximo. Uma saída para o Brasil, arduamente buscada na administração Lula, é a ampliação de poder através de organismos e outras instituições internacionais. (ROSI, 2012, p. 65)

Ao ocupar esta posição de relevo, o Brasil estaria apto a “jogar” com mais peso e relevância no tabuleiro estratégico das decisões mundiais.

Outro grande desafio para os próximos anos é o fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa. A perspectiva de expansão da demanda por produtos estratégicos de defesa oferece uma excelente oportunidade para o desenvolvimento e fortalecimento da Base Industrial de Defesa. Há, contudo, desafios destacados no Plano Brasil Maior<sup>13</sup> e na END para

10 O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas em águas ultraprofundas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000 m. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros (PETROBRAS, 2014).

11 O Aquífero Guarani está entre as maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo e estende-se, em cerca de 70% de sua totalidade, pelo território brasileiro (840 mil km<sup>2</sup>). Com um reservatório de água de capacidade estimada em 45 mil km<sup>3</sup>, representa uma fonte de abastecimento da população e de desenvolvimento de atividades econômicas. O Aquífero Alter do Chão, localizado sob a maior bacia do mundo (rio Amazonas), se estende com um volume potencial estimado em 86 mil km<sup>3</sup> (BRASIL, 2012c, p. 19).

12 O entorno geopolítico imediato brasileiro é constituído pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África (BRASIL, 2012c, p. 16).

13 O Plano Brasil Maior é a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo da Presidenta Dilma Rousseff. Surge em um contexto conturbado da economia mundial. De um lado os países desenvolvidos mergulhados em uma crise sem precedentes desde a Grande Depressão de 1929, podendo levar o mundo para uma crise sistêmica. De outro, o vigor econômico dos países emergentes, liderados pelo crescimento chinês, tem garantido o crescimento mundial e evitado o desastre. O desafio do Plano Brasil Maior é, portanto, colossal: 1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança

acompanhar a expansão da demanda e consolidar de forma competitiva a Indústria Nacional de Defesa: aumentar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação; expandir a participação nos mercados interno e externo; e fortalecer a cadeia de fornecedores no Brasil (BRASIL, 2012c, p. 219). Além disso, seria importante a busca pelo domínio de tecnologias de emprego dual, que favoreceria a utilização para fins militares e não militares.

A Grande Estratégia do Brasil, que busca, dentre outros aspectos, a estabilidade do entorno estratégico, a multipolaridade, o multilateralismo, a integração regional e uma inserção soberana no contexto da nova ordem mundial e da governança global, não poderá abrir mão de uma Política de Defesa capaz de interagir instrumentos de cooperação e alianças com projeção de poder e dissuasão. Sobre esta questão, o Ministro Celso Amorim afirma:

O Brasil é um país que vem crescendo, com inclusão social e projeção internacional, em um contexto de plenas liberdades democráticas. Para fazer frente aos desafios externos que o aguardam nessa etapa histórica, o Brasil deve se pautar por uma **grande estratégia**, em que a política de defesa e a política externa se conjuguem para prover a paz. [...] É fundamental que o Brasil se cerque de um cinturão de paz e boa vontade em todo seu entorno estratégico. [...] Ao mesmo tempo, o país precisa estar pronto para se defender contra ameaças oriundas de outros quadrantes. Deve-se construir adequadas capacidades dissuasórias no mar, em terra e no ar. Isto é essencial para desestimular eventuais agressões à soberania brasileira e, desta forma, respaldar a inserção pacífica do Brasil no mundo. O Brasil tem, ainda, um compromisso direto com a paz mundial, que tem sido exercido por meio da participação em missões de paz das Nações Unidas. Esta é uma dimensão importante de uma **grande estratégia** voltada para a construção de um mundo mais estável e justo. Esses objetivos requerem forças armadas aprestadas, modernas e integradas. E exigem também uma reflexão contínua e de qualidade sobre o papel do país no mundo e sobre como a política de defesa brasileira pode ajudar nessa realização. (AMORIM, 2014, p. 7-8, grifo do autor)

Talvez a utilização mais direcionada e eficaz do *smart power*<sup>14</sup> seja uma boa solução para vencer os desafios apresentados acima. De acordo com Pinto (2011,

*estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho (BRASIL, 2014b).*

*14 As estratégias ligam os meios aos fins, e as que combinam as fontes de hard power (uso da força, pagamentos e algum estabelecimento de objetivos com base neles) e soft power (capacidade de afetar os outros através dos meios de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e a atenção positiva com o intuito de obter os resultados desejados) com êxito em contextos diversos são a chave do smart power (NYE, 2012, p. 39-41).*

p. 2), a estratégia da política externa brasileira nos últimos anos tem evidenciado uma vontade latente de projeção internacional e liderança regional. No entanto, os modelos como essa projeção e liderança foram alicerçados revelam uma alteração nos padrões tradicionais de influência internacional (que privilegia a imposição da vontade dos atores mais fortes sobre os mais fracos), fazendo emergir uma maior cooperação e interdependência entre os Estados, na busca por cooptar parceiros em vez de coagi-los, vindo a caracterizar a essência do *smart power* brasileiro.

## 5 CONCLUSÃO

A Política de Defesa do Brasil tem passado por importantes transformações a partir da elaboração da Política de Defesa Nacional em 1995. Um grande e importante passo foi dado com a publicação e/ou atualização de documentos-base da defesa nacional. No entanto, o que deve ser buscado é a transformação da apatia da política e da sociedade em ações concretas, permitindo que as Forças Armadas desenvolvam capacidades para atuar de forma eficaz, bem preparada e equipada, frente aos desafios impostos pela Política Nacional de Defesa. Também é importante que a sociedade seja esclarecida sobre o assunto, de modo que entenda que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros e não somente das suas Forças Armadas.

Os principais projetos das Forças Armadas brasileiras têm encontrado preocupação, particularmente da esfera da Defesa, no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades para salvaguardar os interesses do país e na dedicação aos setores elencados como estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial. Importa destacar que é preciso buscar mecanismos para uma efetiva coordenação diplomático-militar, além de uma melhor compreensão das potencialidades de utilização das Forças Armadas como elemento de respaldo da Política Externa Brasileira.

Para o futuro da Política de Defesa brasileira, particularmente no século XXI, há situações que podem fazer emergir fragilidades e deficiências dos aspectos de defesa do Brasil ou, por outro lado, projetar positivamente o país no cenário internacional. Um desses grandes desafios é a conquista do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja consecução poderia alçar o País a um novo patamar de influência mundial.

A condução de maneira exemplar e sem impactos negativos – internos e externos – dos grandes eventos que se avizinham caracteriza-se, também, como fator chave para reforçar a imagem do Brasil no exterior.

Destaca-se, ainda, como repto do novo século, a necessidade de preservação dos interesses brasileiros no seu entorno estratégico, nomeadamente o Atlântico Sul e as riquezas da camada do pré-sal.

É importante referir que o assunto Defesa

possui pouco apelo e interesse por parte da sociedade em geral. Além disso, apresenta reduzido atrativo político e não é culturalmente estudado. Nesse sentido, há ainda resistências em setores de diferentes níveis do país no entendimento de que a defesa é um dever de todos os brasileiros. Apesar dos ganhos nessa área nos últimos anos, é preciso socializar ainda mais o debate e desenvolver uma mentalidade de defesa em todos os âmbitos da Nação.

O século XXI se apresenta com inúmeros desafios e ameaças difusas. O mínimo que se espera de um país é possuir uma Política de Defesa Nacional sólida, com comprometimento de todos e do tamanho da estatura político-estratégica que se almeja no concerto das nações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. W. de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 220-250, jun. 2010.
- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009a.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resenha de: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; NOBRE, Fábio R. F. **Política Hoje**, Recife, v. 19, n. 1, p. 241-250, 2010.
- AMORIM, C. Prefácio. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. p. 7-8.
- BRAGA, J.; PASSARINHO, N. Governo anuncia compra de 36 caças suecos Gripen por US\$ 4,5 bilhões. **GI**, São Paulo, 19 dez. 2013. Seção Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/12/governo-anuncia-compra-de-36-cacas-suecos-do-modelo-gripen.html>>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefBras.asp>>. Acesso em: 15 mar. 14.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 164, 26 ago. 2010. Seção I, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/projetos-estrategicos-do-exercito-brasileiro>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- \_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbndigital/#/0>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012d. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/451826-CAMARA-APROVA-POLITICA-NACIONAL-DE-DEFESA.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Ciência e Tecnologia. Centro de Defesa Cibernética do Exército. **Histórico do Centro de Defesa Cibernética do Exército**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.dct.eb.mil.br/index.php/2013-02-01-13-23-38>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014. Brasília, DF, 2014a. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior: inovar para competir. Competir para crescer**, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- CÂMARA aprova aumento de 31 mil integrantes no efetivo do Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 set. 2013. Seção País. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/camara-aprova-aumento-de-31-mil-integrantes-no-efetivo-do-exercito-10143900>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- CERON, A. B. **Informação e política de defesa: o debate da defesa no Brasil após 1988**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://deputados-democratas.org.br/pdf/Compromissos\\_Programaticos\\_Dilma\\_13%20Pontos\\_.pdf](http://deputados-democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2014.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Objectivos**. Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

CONGRESSO aprova nova política de Defesa para o Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2013. Seção Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1408027>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

D'ARAÚJO, M. C. **Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GONÇALVES, J. B. Brasil, serviços secretos e relações internacionais: conhecendo um pouco mais sobre o grande jogo. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 295-316.

LAZZARI, P. **A política brasileira de segurança internacional no governo Luiz Inácio Lula da Silva**. 2009. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOPES, D. B.; VELLOZO JUNIOR, J. Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 317-353, jul./dez. 2004.

NERI, M. C. Apresentação. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 9-10.

NYE, J. S. **O futuro do poder**. Tradução de Luís Oliveira Santos. Lisboa: Temas e Debates, 2012. 317 p.

PEREIRA, P. R. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa: um processo não linear. **Mundorama**, Brasília, DF, 1 dez. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/12/01/politica-de-defesa-nacional-estrategia-nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

PEREIRA, P. R. O que precede o Livro Branco de Defesa Nacional brasileiro? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 33-49, jan./jun. 2011.

PETROBRAS. **Pré-sal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTO, D. J. A. Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais; Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000100061&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100061&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Tradução de João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013. 282 p.

ROSI, B. G. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas no Governo Dilma. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 11, p. 58-69, abr./maio 2012.

SILVA, F. J. S. S. e. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 149-181.

UNITED NATIONS. **United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)**. New York, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/index.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

Recebido em 16 de fevereiro de 2014

Aprovado em 19 de março de 2014



# INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DE UM CURSO CONJUNTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE LIDERANÇA ESTRATÉGICA NAS FORÇAS ARMADAS

## THE INFLUENCE OF THE ADOPTION OF A JOINT COURSE ON HIGH MILITARY STUDIES IN THE DEVELOPMENT OF CAPABILITIES FOR STRATEGIC LEADERSHIP IN THE MILITARY

RIDAUTO LÚCIO FERNANDES<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo examina a liderança estratégica militar e seus componentes, a situação dos cursos de altos estudos militares no Brasil e o efeito do pensamento conjunto na liderança estratégica. Partindo de uma revisão da bibliografia moderna disponível, com ênfase nos trabalhos oriundos de fontes militares do Brasil e do exterior, o autor verifica que há relação entre o incremento do pensamento conjunto e o desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica. Numa fase posterior, em trabalho de campo, militares com experiência de realização de cursos conjuntos e singulares de altos estudos expressam suas opiniões sobre o efeito, na prática, do binômio aumento do trabalho conjunto – aumento da capacidade de liderança estratégica. A metodologia compreendeu, além da revisão bibliográfica, a condução de um trabalho qualitativo com a aplicação de entrevista estruturada. O autor conclui que a criação de um curso conjunto de altos estudos militares de longa duração ou a ampliação dos trabalhos conjuntos nos atuais cursos singulares deverá resultar no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica nas Forças Armadas em níveis superiores aos atuais.

Palavras-chave: Liderança Estratégica. Altos Estudos Militares. Curso Conjunto. Estado-Maior. CPEAEx.

### ABSTRACT

This article examines the Military Strategic Leadership and its components, the situation of Courses on High Military Studies in Brazil and the effect of joint thought in strategic leadership. Reviewing the current available literature, focusing on the works from both Brazilian and foreign military sources, the author notes a relationship between the increment of joint thought and the development of the capacity for strategic leadership. At a later stage, fieldwork, military staff with experience of attending joint and individual High Studies Courses express their opinions on the practical effect of the binomial increase of joint work - increased capacity for strategic leadership. The methodology comprised, besides the literature review, the guiding of a qualitative work by applying a structured interview. The author concludes that the creation of a long-term joint course on military high studies or the broadening of joint work on current individual courses should result in the development of the capacity for strategic leadership in the Armed Forces in levels even higher than the current ones.

Keywords: Strategic Leadership. High Military Studies. Joint Course. General Staff. CPEAEx.

<sup>1</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) - Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

E-mail: <maturaca@ig.com.br>

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

### I INTRODUÇÃO

O papel da liderança nas empresas e instituições vem sendo estudado com cuidados cada vez maiores. A liderança é um patrimônio intangível que move e transforma; muitas vezes é o fator que determina o sucesso ou fracasso. Nas forças armadas é mais que isso: representa vitória ou derrota em combate, vida ou morte. Por esse motivo, militares de todas as nacionalidades dedicam carreiras de estudo na busca da compreensão e do aperfeiçoamento desse processo.

Este trabalho pretende abordar apenas um simples aspecto da liderança: a possibilidade do desenvolvimento da capacidade de liderança militar estratégica por meio da adoção de cursos conjuntos de altos estudos militares.<sup>2</sup> No entanto, ainda que pontual e restrito, atinge em cheio a liderança em seu nível mais alto, aquele que arrasta exércitos e nações: o nível estratégico.

O objeto da pesquisa não é esclarecer se um curso conjunto, em termos genéricos, é melhor ou pior que um curso singular, mas apenas verificar se sua adoção influenciaria, positiva ou negativamente, o desenvolvimento da liderança estratégica. Não se pretende que seja adotado um curso conjunto de estado-maior ou de política e estratégia apenas por esse motivo. Tampouco se propõe que seja esse o único caminho a se adotar caso o objetivo seja melhorar a liderança estratégica. Porém, comprovado de alguma forma qualquer efeito benéfico, não será possível desprezar a possibilidade do emprego dessa ferramenta – a criação do curso conjunto – ou de outra derivada dela, como a ampliação dos trabalhos conjuntos nos atuais cursos singulares.

Para atingir o objetivo proposto, optou-se por conduzir um estudo qualitativo de natureza fenomenológica<sup>3</sup> que, em relação a sua finalidade, é

<sup>2</sup> A Marinha do Brasil e a Aeronáutica consideram os cursos de estado-maior e os de política e estratégia como estando agrupados num mesmo universo (denominado de “altos estudos”). O Exército Brasileiro divide esses cursos em dois “ciclos”: o de Altos Estudos Militares (que comporta os cursos de estado-maior) e o de Política, Estratégia e Alta Administração, com o curso de mesmo nome do ciclo. Para o presente estudo, tendo em vista sua abrangência para todas as Forças Armadas, “Altos Estudos Militares” incluirá cursos de estado-maior e de política e estratégia (BRASIL, 1999a; BRASIL, 2009).

<sup>3</sup> A pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica surgiu na década de 1970, como reação ao enfoque positivista nas ciências sociais. Possui cinco características

descritivo e explicativo. Descritivo,<sup>4</sup> quando expõe, no item 2, os principais componentes da liderança estratégica e, no item 3, a situação dos cursos de altos estudos militares no Brasil. E explicativo porque busca mostrar, nos itens 4 e 5, como o pensamento conjunto e a adoção de cursos conjuntos influem no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica.

A fundamentação teórica está focada na moderna literatura disponível sobre o assunto, em especial a literatura voltada para a liderança militar. Ainda que o tema da liderança estratégica tenha agitado o meio civil (e as fontes civis não são em absoluto desprezíveis), há fontes conceituadas em escolas militares do mais alto nível e estudos detalhados a respeito da liderança estratégica militar que merecem ser trazidos à pauta quando se discute este tema, tendo a vertente militar merecido a preferência no presente trabalho.

Em relação à coleta de dados feita no estudo, a opção foi realizar uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas. A pesquisa de campo e sua metodologia serão especialmente descritas no item 5 do artigo. A intenção foi a de entrevistar militares experientes que tiveram a oportunidade de frequentar, em suas carreiras, tanto cursos singulares como cursos conjuntos no nível dos altos estudos. Tais profissionais, por terem tido as duas experiências, estariam em condições de compará-las e dar opiniões consistentes.

Finalmente, na conclusão do trabalho, serão evidenciados os principais achados e emitidas algumas recomendações pertinentes.

## 2 LIDERANÇA ESTRATÉGICA MILITAR E SEUS COMPONENTES

Para o Exército Brasileiro, liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, à medida que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o alcance dos objetivos da organização militar (OM) em uma dada situação (BRASIL, 2011a).

A liderança estratégica não é definida com precisão nos glossários disponíveis no Exército Brasileiro ou no Ministério da Defesa do Brasil. O Exército dos Estados Unidos da América (EUA), por meio de publicações de seu War College, define liderança estratégica como sendo

[...] o processo usado por um líder para afetar a consecução de uma visão de futuro desejável e claramente entendida, influenciando a cultura organizacional, alocando recursos, orientando

*fundamentais: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, é descritiva, seus pesquisadores estão preocupados com os processos e não apenas com os produtos, seus dados são analisados indutivamente e o significado é a preocupação essencial. Pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra, mas, em geral, decide intencionalmente, buscando sujeitos que sejam essenciais do ponto de vista do investigador (TRIVIÑOS, 1987, p.125-132).*

<sup>4</sup> Conforme descreve Triviños (1987, p.110).

por meio de políticas e diretrizes e estabelecendo consenso dentro de um ambiente global volátil, incerto, complexo e ambíguo, marcado por oportunidades e ameaças. (GERRAS, 2010, p. 2)

Para a definição de liderança estratégica pode ser aproveitada ainda a ideia do coronel Ozires Silva:<sup>5</sup> ela seria um conjunto de “métodos e processos para a criação de visões para uma empresa ou organização motivar sua equipe e transmitir a todos uma vontade, uma aspiração, para compartilhar um objetivo e implementar as ações necessárias para se chegar à meta” (SILVA, 2013).

A liderança militar, no nível estratégico, seria exercida pelos responsáveis por conduzir os grandes rumos das forças armadas (BRASIL, 2011a, p. 6-6). Não se deve entender, no entanto, esses responsáveis pela condução de rumos como sendo exclusivamente os generais do último posto, havendo líderes de menor hierarquia que cumprem suas missões em nível claramente estratégico (CASTRO, 2012, p. 2).

O pensamento estratégico pode ser definido como sendo a “habilidade de fazer uma síntese criativa e holística dos fatores principais que afetam uma organização e seu ambiente para obter uma vantagem competitiva sustentável e o sucesso a longo prazo” (ALLEN; GERRAS, 2009).

De Silva (2013), ao definir a forma de pensar estruturada para o nível estratégico, defende a necessidade de desenvolver a técnica de pensar com visão mais abrangente, levando em conta todos os dados possíveis para sustentar uma argumentação assertiva. A visão holística, conforme mostra, evolui de uma visão fragmentada ao se adotar um pensamento sistêmico.

O líder militar, ao transitar do ambiente operacional para o estratégico, se depara com as seguintes mudanças de características:

Figura 1 - Mudanças de características entre os ambientes operacional e estratégico

NÍVEL OPERACIONAL		NÍVEL ESTRATÉGICO
Responsabilidades definidas		Atuação em espectro amplo
Ambiente estruturado		Ambiente ambíguo
Uma melhor solução		Soluções não claras
Voltado para o curto prazo		Voltado para o futuro
Executante de política		Idealizador de política
Visão compartimentada		Visão global
Orientado para operações		Orientado para o ambiente

Fonte: Extraído de José L. de Silva (2013).

<sup>5</sup> Ozires Silva foi criador e presidente da EMBRAER. Presidiu ainda a PETROBRAS e a VARIG. Foi Ministro da Infraestrutura em 1990-1991 e atualmente é o reitor da UNIMONTE.

A visão de um comandante que observa o terreno de sua posição no solo, dentro de um abrigo e com o setor de observação restrito, é muito distinta daquela que poderia ter sobrevoando o terreno a bordo de um helicóptero (SILVA, 2013). A liderança estratégica deve ser exercida com a visão do helicóptero: mais abrangente, uma visão sistêmica, holística, global.

Há necessidade de se enxergar o todo para liderar nesse nível, uma vez que o líder estratégico comunica a visão estratégica da instituição, suas decisões afetam grande número de pessoas, ele interage com elementos de diversas esferas do poder e negocia com agentes externos (BRASIL, 2011a). Há necessidade de um conhecimento mais abrangente, que extrapola os limites da própria instituição.

O conhecimento é uma das bases da liderança em qualquer nível. A palavra “conhecimento” é citada 43 vezes pelo Exército em seu Manual de Campanha C 20-10, “Liderança Militar”. Algumas colocações: os liderados “esperam que [o líder] tenha conhecimentos suficientes para dar direções seguras ao grupo que comanda”. “A proficiência profissional indica capacidade, conhecimento, cultura. É condição sine qua non para o exercício da liderança, pois é a primeira qualidade que se observa e se exige de alguém que exerce uma função de comando”. E, ainda, “a capacidade de liderança ocorre da junção harmoniosa de valores e de características desejáveis da personalidade (o ser) com os diversos conhecimentos necessários a um líder (o saber)” (BRASIL, 2011a).

No nível estratégico é potencializada essa característica do líder que detém o conhecimento (o saber), uma vez que o líder estratégico não conseguirá estar muito próximo de todos os seus liderados o tempo todo, pois eles serão uma multidão e parcela significativa do tempo do líder estará empenhada na representação da Instituição e nos contatos externos. As características da personalidade, o ser, ficarão menos ao alcance dos liderados. Enxergar o todo, a Instituição e seu entorno, exigirá, por sua vez, o acúmulo de um enorme conhecimento e os reflexos do saber do líder serão sentidos por todos nas agruras ou branduras do caminho escolhido e no calibre das conquistas obtidas.

### 3 SITUAÇÃO DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES NO BRASIL

As Forças Armadas brasileiras vêm adotando para seus oficiais uma sequência de ensino de profissionalização continuada e progressiva ao longo da carreira, que coincide com o sistema adotado pela imensa maioria dos países ocidentais.

Há um nível inicial, de graduação universitária, seguido de um nível de estudos de aperfeiçoamento (que nos últimos anos tem buscado equivalência com a pós-graduação em nível de mestrado) e do nível de estudos mais elevado, de estado-maior, política e estratégia (para este trabalho, o nível de altos estudos), para habilitar ao

assessoramento da liderança estratégica e ao acesso aos últimos postos da carreira (pós-graduação que permite equivalência, inclusive, ao doutorado para aqueles que desejarem e completarem carga horária adicional) (BRASIL, 1999b; BRASIL, 2006).

Dentro do nível de altos estudos militares existe, ainda, uma subdivisão: num primeiro momento é oferecido ao militar, no posto de major ou capitão-de-corveta, acesso a cursos de comando e estado-maior. Alguns anos depois, já no posto de coronel ou capitão-de-mar-e-guerra, surge a oportunidade de realizar cursos de política e estratégia.

O emprego das forças armadas em operações pode ser classificado, quanto à forma, como sendo emprego conjunto ou singular. Quando ocorre o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular (Marinha, Exército, ou Aeronáutica) com propósitos interdependentes ou complementares, está ocorrendo uma operação conjunta. Ao contrário, quando a operação é desenvolvida por apenas uma das forças armadas, ela é uma operação singular (BRASIL, 2007).

Nas últimas décadas, muitos países do mundo passaram a adotar, em alguns dos ciclos de estudos, um caráter conjunto para o ensino profissional militar: reunidos em uma mesma escola, frequentando na maior parte do tempo as mesmas atividades, oficiais de todas as forças singulares convivem e trabalham juntos, num intercâmbio cultural que supera a mera troca de conhecimentos acadêmicos. O Brasil avança de maneira tímida nesse sentido.

No universo dos cursos de comando e estado-maior, foi criado em 1953, na Escola Superior de Guerra (ESG), o Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) (BRASIL, 2013d). Sua finalidade é:

[...] preparar Oficiais Superiores das Forças Armadas para o exercício de funções nos Estados-Maiores Conjuntos e desempenho de atividades que envolvam o planejamento e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas ou executadas sob orientação e supervisão do Ministério da Defesa, bem como capacitá-los às atividades de instrutoria. (BRASIL, 2013c)

Em suas 60 turmas formadas de maneira consecutiva e ininterrupta há um total de 1427 concludentes, sendo 690 do Exército. No período de 2003 a 2012 foram apenas 86 formandos do Exército (BRASIL, 2013d). Em média, 8,6 alunos do Exército por ano, o que pode ser considerado muito pouco quando comparado com o efetivo anual da Força que chega ao posto inicial como oficial superior, que gira em torno de 289 militares<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Número obtido considerando as turmas de 1994 a 1998 da Academia Militar das Agulhas Negras, turmas que até o momento da pesquisa estavam com todo o seu efetivo no posto de major. Foram considerados apenas oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência. Fonte: Almanaque On-Line do DGP.

e também pequeno quando comparado com o número anual médio de 123,9 formandos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).<sup>7</sup>

Além disso, o Curso da ESG tem carga horária diminuta quando comparado aos cursos de mesmo nível ministrado nas escolas singulares, a ECEME (Exército, com seu CCEM: Curso de Comando e Estado-Maior), a Escola de Guerra Naval (EGN – Marinha, com o C-EMOS: Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR, com o CCEM: Curso de Comando e Estado-Maior), cursos presenciais com um ou dois anos de duração.

A ESG também oferece, a partir de 2013, o Curso Superior de Defesa (CSD), que nesse ano de sua criação foi montado com atividades em que se reuniram os alunos dos cursos de mesmo nível das quatro escolas (ESG, EGN, ECEME e ECEMAR) em manhãs ou tardes de palestras, com pouca realização de trabalhos em grupo, exceto durante 22 horas/aula (9% do curso), durante os chamados Assuntos de Interesse da Defesa (ATIDE). Ele é desenvolvido de forma concomitante com o CAEPE, o C-PEM, o CPEAEx e o CPEA, abrangendo assuntos comuns inseridos nas áreas do conhecimento de Política, Defesa e Relações Internacionais.

Tabela 1 - comparação entre as escolas militares de mais alto nível em relação aos cursos de comando e estado-maior.

	ESG	EGN	ECEME	ECEMAR
<b>Duração (semanas) (*)</b>	16	40	87	41
<b>Carga horária (*)</b>	513	1.784	2.667	1.516

(\*) Dados fornecidos pelas Escolas. Para a ESG, ver ainda BRASIL (2013d). Para a EGN, ver BRASIL (2013b).

Fonte: O autor (2013).

Assim, é possível concluir que atualmente no Brasil não é oferecido curso conjunto de comando e estado-maior que atenda a uma parcela significativa das forças singulares e cuja duração permita o intercâmbio técnico-doutrinário-cultural em nível adequado.<sup>8</sup>

Da mesma forma que acontece em relação aos cursos de comando e estado-maior, cada escola singular de altos estudos conduz seus cursos próprios de política e estratégia. Na ECEME há o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), na EGN há o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) e na ECEMAR acontece o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

A ESG oferece, nesse segmento, o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), frequentado por

O CSD é resultado de estudos realizados no âmbito do Ministério da Defesa, sob a coordenação da ESG, de forma integrada, com a participação das quatro escolas de altos estudos. Tem como principal característica constituir-se em um espaço de interação dos cursos em seu nível (BRASIL, 2013a). Tal interação constitui importante passo na direção de atingir um dos objetivos previstos na Estratégia Nacional de Defesa:

O Ministério da Defesa manterá uma Política de Ensino de Defesa com as seguintes finalidades: - acelerar o processo de interação do ensino militar, em particular no nível de Altos Estudos, atendendo às diretrizes contidas na primeira parte da presente Estratégia: [...]. (BRASIL, 2012, p. 59)

Tabela 2 - Comparação entre as escolas militares de mais alto nível em relação aos cursos de política e estratégia.

	CSD (Coor ESG)	CAEPE (ESG)	C-PEM (EGN)	CPEAEX (ECEME)	CPEA (ECEMAR)
<b>Duração (semanas) (*)</b>	(**)	40	40	43	41
<b>Carga horária (*)</b>	242	938 (2)	1.542 (2)	1.478 (2)	1.540 (2)

(\*) Dados fornecidos pelas Escolas. (2) Excluindo a carga horária do CSD.

(\*\*) Desenvolvido de forma concomitante com os demais cursos.

Fonte: O autor (2013).

militares das três forças singulares e também por civis, mas com participação por força singular bastante restrita em termos de número de alunos.<sup>9</sup>

7 Dado disponibilizado pela ECEME com base nos formandos das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência no período de 2003 a 2012.

8 Este autor considera, pela experiência em cursos realizados no exterior, que tal intercâmbio é efetivo a partir de um período de 6 (seis) meses de convivência intensa.

9 O número anual de matriculados por força singular varia de acordo com necessidades e disponibilidades específicas das três forças. Em 2013 foram oferecidas vagas nas seguintes quantidades: Marinha, 3 oficiais gerais e 12

De maneira análoga ao que foi visto em relação aos cursos de estado-maior, conclui-se que, no nível dos cursos de política e estratégia, ainda não é oferecido no Brasil um curso conjunto que atenda a parcela significativa da oficialidade e com carga horária suficiente para proporcionar o efetivo intercâmbio cultural. A iniciativa da criação do CSD vem mitigar o problema, mas a carga horária é pequena quando comparada à carga horária dos cursos singulares<sup>10</sup> e a convivência entre os alunos das

oficiais superiores; Exército, 1 oficial general e 14 oficiais superiores; e Força Aérea, 1 oficial general e 9 oficiais superiores. As demais vagas do Curso são preenchidas por civis e policiais militares (dados fornecidos pela Escola).

10 Este autor considera que um curso pode ser chamado de conjunto quando



distintas Forças é feita de forma restrita.

#### 4 O EFEITO DO PENSAMENTO CONJUNTO NA LIDERANÇA ESTRATÉGICA

Líderes estratégicos devem garantir que suas organizações permaneçam prontas para responder aos desafios mundiais em todo o espectro de operações militares, como parte de uma força conjunta e/ou combinada. (GERRAS, 2010, p. 13)

Este tipo de liderança deve trabalhar prioritariamente em tarefas mais voltadas para o longo prazo do que naquelas de efeito imediato. Essas tarefas prioritárias dos líderes estratégicos podem ser grupadas em áreas de responsabilidade e uma das mais importantes é a construção e o aprimoramento das relações conjuntas (GERRAS, 2010, p. 48), ou seja, da maneira como as forças singulares (Marinha, Exército, e Aeronáutica, no caso brasileiro) irão se relacionar para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Esse ensinamento foi colhido pelos norte-americanos a duras penas em muitas guerras, mas ficou mais evidente na década de 1980. Durante a Operação “Urgent Fury” para a invasão de Granada, em 1983, ocorreram diversos problemas nas áreas de inteligência, comando e controle com péssimos resultados que incluíram fratricídio. Investigações posteriores conduzidas pelo Congresso dos EUA concluíram que os problemas foram decorrentes da falta de habilidade das forças singulares daquele país de operarem juntas com efetividade.<sup>11</sup> Tais problemas de interoperabilidade conjunta, de tão importantes, são causa comum de grandes mudanças e reformas em forças armadas (MEINHART, 2003, p. 5).

Para a construção e o aprimoramento das relações conjuntas, os líderes estratégicos militares devem compreender os objetivos das outras forças singulares e criar um consenso necessário para permitir a ação conjunta e atingir os objetivos comuns. O cumprimento dessa tarefa exige o compromisso do líder estratégico com a doutrina conjunta e com as operações conjuntas. O líder estratégico deve ver a organização de uma perspectiva conjunta, elaborar a política interna e desenhar a correspondente estrutura organizacional de forma a alcançar os requisitos conjuntos (GERRAS, 2010, p. 49-50).

*mais de 50% de sua carga horária seja destinada a atividades em que estejam participando presencialmente militares de mais de uma força singular, em quantidade por força de pelo menos 20% do efetivo total de alunos militares do curso.*

*11 As investigações conduzidas após a Operação “Urgent Fury” acabaram resultando na promulgação do “Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act” de 1986, reorganizando o Departamento de Defesa e obrigando as forças singulares a incrementar seus trabalhos conjuntos (LOCHER III, 2002). As considerações sobre a invasão de Granada também podem ser encontradas em Allen, Coates e Woods III (2012, p. 11) quando aqueles autores descrevem o “modelo da lata de lixo”.*

Para articular as atribuições e missões de sua própria força singular visando atingir os objetivos conjuntos, será importante para o líder estratégico ter conhecimento pleno das atribuições e missões das demais forças singulares e entender com precisão seus objetivos. Mais ainda do que apenas ter conhecimento de coisas que podem ser aprendidas com leitura, para alcançar a visão estratégica, o líder deve compreender e ser sensível aos aspectos culturais que envolvem a maneira de pensar de seus companheiros das demais forças singulares (GERRAS, 2010, p. 50).

A simples comunicação com membros de outras forças vai fornecer uma experiência onde os líderes possam ampliar sua visão e desenvolver habilidades para se comunicar com uma grande variedade de audiências. Se os militares souberem aproveitar essa oportunidade de desenvolvimento quando ela ocorre, isso irá aprimorar a capacidade de pensamento estratégico de muitos em cada uma das forças singulares (WOLTERS, 2013, p. 2).

Afinado com esses pensamentos, Wong (2003, p. 7) afirma que os líderes estratégicos deverão desenvolver algumas metacompetências, entre as quais está o conhecimento intercultural. Essa habilidade abrange necessariamente conhecer a cultura das demais forças singulares. O líder estratégico deve estar confortável ao interagir (e liderar) entidades conjuntas e deve nascer na cultura de sua própria força singular, mas ser capaz de antecipar e compreender os valores, a concepção e as regras de outros grupos, entre os quais as demais forças singulares.

Fica evidenciada, assim, a importância de que em alguma fase de suas carreiras os líderes estratégicos militares tenham oportunidade de desenvolver seu pensamento conjunto, travando contato cerrado e prolongado com seus equivalentes das outras forças singulares em ambiente acadêmico. Tal contato, além de permitir o intercâmbio de conhecimentos técnico-doutrinários a respeito das peculiaridades de cada força, permitirá absorver os aspectos culturais que, no momento das grandes decisões, ajustarão com mais propriedade as soluções de modo a atender aos objetivos comuns e, dessa forma, melhor cumprir as missões constitucionais e defender os interesses nacionais.

#### 5 DA IDEIA À REALIDADE: A OPINIÃO DE QUEM TEVE A EXPERIÊNCIA

O raciocínio desenvolvido até este ponto parece lógico e bem apoiado. Um líder estratégico militar estará na maior parte do tempo em ambiente macro, dele será exigida a visão de futuro institucional, suas decisões afetarão grande quantidade de recursos, inclusive humanos e ele representará uma grande porção da instituição, senão toda ela.

A força singular a que pertence não trabalhará isolada no cumprimento de suas missões, pois a complexidade do ambiente na era do conhecimento exige

emprego simultâneo e coordenado de meios e expertise das distintas forças singulares. Quando detiver mais conhecimento (base da liderança),<sup>12</sup> inclusive cultural, sobre as outras forças singulares, o líder terá melhores condições para empregar de maneira harmônica seus meios e dar sinergia ao processo.

Um excelente ambiente para adquirir esse conhecimento sobre as demais forças singulares é o acadêmico, pois permite interações doutrinárias e culturais. E os últimos ciclos de estudos parecem ser os mais propícios, uma vez que nos dois primeiros ciclos (graduação e aperfeiçoamento) o emprego conjunto se faz sentir com menos intensidade.

Assim, há indícios que permitem concluir, pelo menos à luz do que se encontra em literatura, que a adoção de cursos conjuntos de estado-maior, política e estratégia trará reflexos muito positivos no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica. Aqui poderia terminar este exercício mental se a realização de cursos conjuntos de altos estudos militares já não fosse uma realidade pelo mundo afora. Como já existe a experiência, há como verificar se a ideia desenvolvida encontra amparo na realidade.

Para tanto, foram escolhidos profissionais que pudessem opinar a respeito do tema. Os critérios de seleção utilizados para se chegar a esses profissionais buscaram atender o proposto por Triviños (1987, p. 144): terem antiguidade na comunidade (tempo de serviço) e envolvimento no fenômeno estudado, terem conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que envolvam o foco da análise, terem disponibilidade de tempo para participar do estudo e terem capacidade para expressar o essencial do fenômeno e os detalhes que enriquecem a compreensão do mesmo.

Considerando esses critérios, as pessoas mais indicadas para opinar de forma segura seriam militares que já tivessem realizado cursos de altos estudos militares nas duas modalidades existentes: a singular (no Brasil) e a conjunta (no exterior), pois seriam profissionais experientes e poderiam emitir juízo de valor a respeito de qual modalidade acharam mais interessante para o desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica. Para limitar a pesquisa, foram descartados cursos realizados em países cujas características culturais e sócio-econômicas fossem muito distintas das brasileiras. Também foram descartados países que possuíam forças armadas de efetivo reduzido, de forma a homogeneizar o aspecto militar. Dessa forma, foram mantidos no universo de cursos conjuntos apenas aqueles realizados em países europeus ocidentais ou de colonização europeia ocidental, de população superior a 40.000.000 (quarenta milhões) de habitantes, cujas forças armadas tivessem efetivo superior a 100.000 (cem mil) pessoas na ativa e com um PIB per capita superior a US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares).

A pesquisa, portanto, limitou-se a coletar opiniões de oficiais que tivessem feito cursos singulares e conjuntos de altos estudos nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México e Reino Unido.<sup>13</sup>

O instrumento escolhido para colher a opinião dos profissionais foi o da entrevista estruturada.<sup>14</sup> Os questionários foram entregues impressos em contato pessoal do entrevistador com os entrevistados ou enviado via correio eletrônico. O fator limitador da quantidade de entrevistados foi o tempo disponível, uma vez que a identificação do universo de militares que atendessem aos pré-requisitos teve que ser feita por meio de indicações<sup>15</sup> muitas vezes feitas pelos próprios entrevistados que apontavam outros companheiros que também haviam feito os cursos nas duas modalidades.

Foram alcançados e responderam ao questionário um total de 16 (dezesesseis) oficiais, sendo 15 (quinze) do Exército Brasileiro e 1 (um) da Marinha do Brasil. Em relação à experiência profissional, os questionados apresentaram no momento da pesquisa uma média de 24,1 anos de serviço militar após sua graduação, sendo que 2 (dois) estavam no posto de general-de-brigada, 7 (sete) no posto de coronel ou capitão-de-mar-e-guerra e 7 (sete) no posto de tenente-coronel.

Os questionários continham basicamente perguntas de três tipos: dados do entrevistado (força singular de origem, tempo de serviço, posto), dados dos cursos realizados (país, duração e porcentagem de atividades conjuntas/singulares no curso) e dados opinativos, onde os entrevistados puderam manifestar suas opiniões sobre o tema.

Em relação aos dados dos cursos realizados, foi verificado que os cursos, de um modo geral, possuíam parte de suas atividades ocorrendo na modalidade inversa. Nos cursos singulares (feitos no Brasil), que tiveram uma duração média de 21,0 meses, ocorreram 8,3% de atividades conjuntas. Já nos cursos conjuntos (todos feitos no exterior), a duração média foi de 10,6 meses e o índice de atividades singulares foi de 17,5%.

A duração muito superior dos cursos singulares brasileiros pode ser explicada em função da maioria dos entrevistados ter realizado o curso na ECEME, única escola dentre as brasileiras que realiza o curso de estado-maior em 2 anos (as demais o fazem em um único ano letivo).

Já a presença de atividades singulares em cursos

12 O Exército, em seu manual C 20-10, "Liderança Militar" define os pilares da liderança como sendo o saber, o ser e o fazer (BRASIL, 2011a).

13 População e PIB per capita: IBGE (<<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>); forças armadas: International Institute for Strategic Studies.

14 O uso da entrevista estruturada em pesquisas qualitativas é útil para evidenciar comportamentos que interessam ao pesquisador colocar em perspectiva ou convencer-se de sua ausência (TRIVIÑOS, 1987, p. 138), exatamente o pretendido neste trabalho.

15 O Departamento-Geral do Pessoal do Exército disponibiliza, por meio de acesso com senha, relação dos militares que realizaram determinado curso, mas os dados não permitem identificar se os cursos são do tipo conjunto ou singular; da mesma forma, muitos militares não tem e-mail cadastrado, dificultando o acesso.

conjuntos, numa quantidade duas vezes maior que a de atividades conjuntas em cursos singulares, mostra que aquelas escolas que migraram para a modalidade conjunta reservaram significativa parcela de suas cargas horárias para que as necessidades singulares das forças fossem satisfeitas, uma indicação de que a busca pelo conjunto não pode simplesmente ignorar que as forças singulares continuam a ter necessidades peculiares que não podem ser atendidas num curso 100% conjunto.

Na última área da entrevista foram expostas aos participantes algumas das competências do líder estratégico<sup>16</sup> e a eles foi solicitado que, comparando os dois cursos realizados, o conjunto e o singular, fosse definido qual dos dois teria melhor contribuído para o desenvolvimento daquelas competências (ou que marcasse “ambos”, se achasse que ambos tivessem contribuído em igualdade de condições). As opiniões obtidas estão consolidadas na tabela a seguir:

Foi significativo o fato de que nenhum dos

Tabela 3 - *Consolidação das opiniões obtidas a respeito das competências do líder estratégico.*

	Singular	Conjunto	Ambos
- Capacidade de estabelecer visão de futuro	0 %	69 %	31 %
- Capacidade de negociação	0 %	81 %	19 %
- Visão estratégica	0 %	88 %	12 %
- Relacionamentos funcionais externos	0 %	88 %	12 %
- Conhecimento do sistema político e social	0 %	56 %	44 %
- Visão prospectiva	0 %	75 %	25 %
- Flexibilidade para mudanças	0 %	56 %	44 %
- TOTAL	0 %	73 %	27 % <sup>1</sup>

Fonte: O autor (2013).

entrevistados, em qualquer campo, tenha considerado que o curso singular contribuisse de forma melhor que o conjunto para o desenvolvimento das competências do líder estratégico. E ainda que a maioria, 73%, tenha considerado o contrário, ou seja, que o curso conjunto contribuisse de forma melhor que o singular para o desenvolvimento das competências do líder estratégico, com picos próximos a 90% nas competências de “visão estratégica” e “relacionamentos funcionais externos”.

Foi solicitado, ainda, aos participantes, que, comparando os dois cursos realizados, o singular e o

<sup>16</sup> As competências do líder estratégico vem sendo discutidas em diversos foros. No presente trabalho foram utilizadas ideias da disciplina de Liderança do CPEAEx da ECEME (LIDERANÇA..., 2013). As mesmas competências, ou semelhantes, podem ser encontradas, entre outras, no *Strategic Leadership Primer* do War College americano (GERRAS, 2010, p. 28-34) e no excelente trabalho de Wong (2003).

conjunto, indicassem qual dos dois teria contribuído em melhores condições para o desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica entre os militares que o frequentaram. Todos os questionados, sem exceção (100%) indicaram o curso conjunto como sendo o que contribuiu em melhores condições para o desenvolvimento daquela capacidade.

No último item da parte opinativa, o entrevistado era convidado a apresentar comentários, observações ou sugestões que pudessem contribuir para o esclarecimento da real influência que pudesse ter a adoção de um curso conjunto de altos estudos militares no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica nas forças armadas.

Dos entrevistados, 75% deixaram registrados seus comentários. Em média, os comentários tiveram a extensão de 89 palavras por entrevistado que respondeu ao item. Dentre as respostas dadas, diversas salientaram que o curso conjunto teria algumas características de interesse para o líder estratégico e para as forças armadas, que seriam, na opinião dos entrevistados, as seguintes:

- facilitaria os trabalhos posteriores em estados-maiores conjuntos (3 respostas);
- daria mais uniformidade de pensamento para as forças singulares (2 respostas);
- daria ao aluno uma grande diversidade de visões e experiências (2 respostas);
- incrementaria a interoperabilidade entre as forças singulares (2 respostas);
- facilitaria desenvolver uma visão holística;
- facilitaria desenvolver uma abordagem não-dogmática de problemas;
- facilitaria a realização de estudos comparativos de lideranças estratégicas;
- permitiria o desenvolvimento de uma doutrina conjunta mais elaborada;
- facilitaria trabalhos posteriores para aquisições conjuntas de materiais; e
- estimularia mais intensamente a pesquisa e o debate.

Em contrapartida, um entrevistado frisou que a adoção de um curso conjunto poderia trazer dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos nos assuntos específicos atinentes a cada força singular. Outro entrevistado apontou que no país em que fez seu curso conjunto ocorria uma fase singular prévia ao curso conjunto, de tamanho variado de acordo com as necessidades de cada força singular, que ajudava a minimizar os efeitos citados sobre as necessidades das forças singulares.

Alguns entrevistados apresentaram sugestões para aperfeiçoar uma eventual adoção de cursos conjuntos: buscar a participação de civis nos cursos (2 sugestões) e matricular neles uma maior quantidade de militares de nações amigas.

## 6 CONCLUSÕES

Os estudos feitos e o trabalho de campo permitiram concluir que a adoção de cursos conjuntos de longa duração no nível estado-maior/política e estratégia deverão influenciar positivamente no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica nas Forças Armadas brasileiras.

Tal conclusão baseia-se em lógica simples: liderança tem no conhecimento uma de suas bases mais palpáveis. Conhecimento atrai a confiança pois o líder conhece, sabe. Ele encontrará o caminho e o sucesso será alcançado, gerando nos liderados a autoconfiança pela expectativa do sucesso, mas essa autoconfiança passa invariavelmente pela confiança no líder. Ninguém é liderado por quem não transmite confiança.

Para o líder tático, o conhecimento pode ser específico ou até mesmo restrito, pois outros fatores pesam mais no exercício da liderança, como coragem física e exemplo de conduta. Já o líder estratégico deve possuir conhecimento amplo, para resolver problemas inéditos, conjugar esforços impensáveis, unir lados distantes. O líder estratégico precisa conhecer a fundo seus desafios, mas também seus aliados. A capacidade de aglutinar forças vai definir o potencial da liderança estratégica. E a capacidade de utilizar eficazmente as forças aglutinadas definirá a qualidade dessa liderança, a liderança estratégica aplicada.

Ambos os aspectos, o potencial e o aplicado, passam, no caso da liderança estratégica militar, pelo desenvolvimento da mentalidade conjunta. Problemas estratégicos exigirão movimentos que forças singulares não serão capazes de executar com eficácia. Ao abordar de forma conjunta, utilizando eficazmente as capacidades de cada ator, o líder estratégico militar poderá atingir níveis de solução impossíveis para o ator singular.

A abordagem conjunta feita com qualidade passa pelo conhecimento da cultura organizacional dos elementos singulares, um conhecimento que se obtém na prática de longa convivência. Um curso conjunto de alto nível deverá ser a mais útil das ferramentas para que um grande número de surgentes líderes estratégicos sejam expostos a esse caldo cultural multiforças. Por essa razão, após o estudo realizado, pode-se afirmar que a adoção de um curso conjunto de altos estudos militares deverá influenciar muito positivamente no desenvolvimento da capacidade de liderança estratégica militar.

Há a possibilidade de que outros fatores desaconselhem tal modelo, com prejuízo para o desenvolvimento da citada capacidade. No entanto, mesmo na eventualidade de ser contraindicada a criação de tal tipo de curso, o simples incremento da carga horária conjunta nos atuais cursos singulares já deve trazer benefícios e seria uma linha de ação de mais fácil adoção por parte de cada força singular.

A importância da capacidade de liderança estratégica, motor das transformações de forças armadas

e fator de êxito em combate, fará valer qualquer esforço que se faça para o seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, C. D.; GERRAS, S. J. Developing creative and critical thinkers. **Military Review**, Nov/Dec 2009. Fort Leavenworth, 2009. Disponível em: <[http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/MilitaryReview\\_20091231\\_art012.pdf](http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/MilitaryReview_20091231_art012.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2013.

ALLEN, C. D.; COATES, B. E.; WOODS III, G. J. **Strategic decision making paradigms: a primer for senior leaders**. Carlisle: DCLM, [2012?]. Disponível em: <[http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/Strategic%20Decision%20Making%20paradigms%20\(Allen%20Woods%208%20August%202012\)%20final.pdf](http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/Strategic%20Decision%20Making%20paradigms%20(Allen%20Woods%208%20August%202012)%20final.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Legislação**, Brasília, DF, 1999a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3182-23-setembro-1999-345069-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Legislação**, Brasília, DF, 1999b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9786.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9786.htm)>. Acesso em: 24 maio 013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o ensino na Marinha. **Legislação**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/Lei/L11279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/Lei/L11279.htm)>. Acesso em: 24 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009. Regulamenta a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha. **Legislação**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=238164&norma=259093>>. Acesso em: 15 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa\\_publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa_publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior do Exército. **Liderança militar**: C 20-10. 2. Ed. Brasília, DF, 2011a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011. Dispõe



sobre o ensino na Aeronáutica. **Legislação**, Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12464.htm)>. Acesso em: 15 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Aeronáutica. **Alunos do Curso de Política e Estratégia integram Curso Superior de Defesa**. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=14781>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Marinha. Estado-Maior da Armada. Escola de Guerra Naval. **Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores**: currículo 2013. Rio de Janeiro, 2013b. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/cecos/CURRICULO%20CECOS%202013.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Curso de Estado-Maior Conjunto**: informações complementares. Rio de Janeiro, 2013c. Disponível em: <[http://www.esg.br/uploads/2011/07/Inf\\_Complement\\_CEMC2013.pdf](http://www.esg.br/uploads/2011/07/Inf_Complement_CEMC2013.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC)**. Rio de Janeiro, [2013d?]. Disponível em: <[http://www.esg.br/uploads/2011/07/Hist\\_CEMC\\_2013.pdf](http://www.esg.br/uploads/2011/07/Hist_CEMC_2013.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

CASTRO, P. C. de. A liderança militar estratégica: experiências e reflexões. **Military Review**, maio/junho 2012. Fort Leavenworth, 2012. Disponível em: <[http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview\\_20120630\\_art004POR.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art004POR.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2013. Edição Brasileira.

GERRAS, S. J. (Ed.). **Strategic Leadership Primer**. 3rd ed. Carlisle: DCLM, 2010. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/slp3.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013. Department of Command, Leadership, and Management. United States Army War College.

LIDERANÇA Militar 2013. [Rio de Janeiro], 2013. **Palestra com 38 slides**. Disciplina de Liderança do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

LOCHER III, J. R. **Victory on the Potomac**: the Goldwater-Nichols Act unifies the Pentagon. 544 p. Prefácio de Sam Nunn. [College Station]: TAMU Press, 2002c.

MEINHART, R. M. **Leadership using the Joint Strategic Planning System in the 1990s**: recommendations for strategic leaders. 61 p. Carlisle: DCLM, 2003. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=278>>. Acesso em: 23 jul. 2013. Strategic Studies Institute. United States Army War College.

SILVA, J. L. de. **Formas de pensar do líder**. Coleção de quatro apresentações em mídia digital. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, O. **Liderança Estratégica**. [Rio de Janeiro], [2013?]. Palestra com 63 slides.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOLTERS, H. M. K. Exploring strategic thinking: an introduction. In: WOLTERS, H. M. K.; GROME, A. P.; HINDS, R. M. (Ed.). **Exploring strategic thinking**: insights to assess, develop, and retain army strategic thinkers. Carlisle: DCLM, 2013. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/dclm/Developing%20Army%20Strategic%20Thinkers.pdf#page=74>>. Acesso em: 14 ago. 13.

WONG, L. et al. **Strategic Leadership Competencies**. Carlisle: DCLM, 2003. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=382>>. Acesso em: 16 ago. 13.

**Recebido em 08 de outubro de 2013**

**Aprovado em 22 de abril de 2014**



# ANTÁRTICA: A IMPORTÂNCIA DO APOIO LOGÍSTICO DAS FORÇAS ARMADAS À PESQUISA CIENTÍFICA

## ANTARCTICA: THE IMPORTANCE OF ARMED FORCES LOGISTICS SUPPORT TO THE SCIENTIFIC RESEARCH

JOSÉ MADUREIRA JUNIOR<sup>1</sup>

### RESUMO

Constitui o principal objetivo deste trabalho um levantamento de dados a respeito da participação das Forças Armadas no apoio ao Programa Antártico. Examina-se como as Forças Armadas estruturaram-se para atender às necessidades logísticas em apoio à comunidade científica brasileira no continente gelado e quais os limites impostos pela dificuldade de operar na região austral, em especial aqueles determinados por ordens legais. Fez-se necessário levantar e discutir os princípios mais importantes e avaliar como o apoio logístico das Forças Armadas pode contribuir para o fomento da pesquisa científica brasileira na Antártica. Os principais conceitos envolvidos dizem respeito à logística como atividade relacionada com o suporte à atividade científica, bem como sua relação com a geopolítica da região. Empregou-se a pesquisa exploratória através da revisão documental dos principais dispositivos jurídicos que regulamentam a exploração daquele continente, quais sejam, o Tratado Antártico e o Protocolo de Madrid. Paralelamente, analisou-se a bibliografia de alguns doutrinadores, com destaque para Russell (2000) e Castro (1976). As informações obtidas receberam tratamento qualitativo. As conclusões resultantes corroboram a existência de restrições e dificuldades no apoio às operações no continente. Entretanto, a despeito dos problemas, a estruturação adotada pelas Forças Armadas vem atendendo às solicitações do programa. O estudo aponta também a necessidade de expandir as atividades para o interior do continente, o que demandará novos desafios para o Ministério da Defesa e para a logística.

**Palavras-chave:** Ministério da Defesa. Programa Antártico Brasileiro. Apoio Logístico. Tratado Antártico. Protocolo de Madrid.

### ABSTRACT

The main objective of this study is a data survey regarding the participation of the Armed Forces in supporting the Antarctic Program. It examines how the Armed Forces were structured to meet the logistical needs in order to back the Brazilian Scientific Community in the frozen continent and the limits imposed by the difficulty of operating in the southern region, especially those determined by legal orders. It was necessary to raise and discuss the main principles and evaluate how the logistical support of the Armed Forces may contribute to promote the Brazilian scientific research in Antarctica. The main concepts involved pertain to logistics as an activity related to the support of the scientific activity as well as its relation with the regional geopolitics. Exploratory research was applied through the documentary review of the main legal provisions that regulate the exploitation of that continent, namely, the Antarctic Treaty and the Madrid Protocol. At the same time, the bibliography of some scholars was analyzed, especially Russell (2000) and Castro (1976). The obtained information received a qualitative treatment. The resulting findings prove the existence of restrictions and difficulties in supporting operations on the continent. However, despite the problems, the structure adopted by the Armed Forces meets the program demands. The study also points at the necessity of expanding activities into the continent, which will require new challenges for the Ministry of Defense and to the logistics.

**Keywords:** Ministry of Defense. Brazilian Antarctic Program. Logistics Support. Antarctic Treaty. Madrid Protocol.

<sup>1</sup> Universidade da Força Aérea (UNIFA) - Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

E-mail: <driemad2@hotmail.com>

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

### I INTRODUÇÃO

Compreendendo todas as terras ao sul do paralelo 60° S, a Antártica, segundo cálculos feitos por Giovinetto e Souivetova (1966), tem cerca de 14 milhões Km², o que equivale à área correspondente aos territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia ou as terras contíguas dos EUA e do México.

A região possui a maior camada de gelo do mundo, representando cerca de 70% de toda água doce do planeta. Além da reserva estratégica de água doce, o continente é rico em petróleo e possui significativas reservas de minério (CASTRO, 1976).

Devido à sua importância estratégica, vários países manifestaram interesse na região; alguns, inclusive, reivindicaram soberania territorial. Declarando-se preocupados com o equilíbrio ambiental, os EUA convocaram os países interessados para a conferência de Washington em 1959, cujo resultado foi a assinatura do Tratado Antártico que entrou em vigor em 23 de junho de 1961. Esse Tratado estabelece que os países interessados em se tornarem partes consultivas nas discussões quanto aos destinos do continente, haveriam de manter atividades de pesquisas substanciais naquele continente.

Preocupado em defender seus interesses no continente gelado, o Brasil criou em 1982 o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e, desde então, as Forças Armadas (FFAA) têm tido uma participação significativa, dando suporte logístico aos pesquisadores brasileiros, transportando carga e pessoal.

Essa questão vem ganhando cada vez mais destaque para o Estado brasileiro, conforme os termos do Decreto Presidencial no 5.484, de 30 junho de 2005, que estabelecem a Política de Defesa Nacional, sendo uma de suas diretrizes a projeção do Brasil no concerto das nações para sua maior inserção em processos decisórios internacionais. Para alcançar esse objetivo, estabeleceram-se algumas estratégias dentre as quais a de participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica.

Dessa forma, torna-se essencial compreender o apoio prestado pelas FFAA ao Programa Antártico Brasileiro e os limites impostos pela dificuldade de operar no continente gelado, em especial aqueles determinados por ordens legais na execução dessa tarefa. Para tanto, tentou-se examinar as restrições de natureza austral e aquelas impostas à luz do Tratado Antártico e do Protocolo de Madrid.

A presente discussão relaciona-se com a responsabilidade dirigida às FFAA no desenvolvimento e na manutenção de uma logística capaz de atender às exigências da comunidade científica brasileira que atua no continente gelado. Levantar tal discussão no meio acadêmico significa disseminar: a necessidade de compreender as restrições de natureza hostil do continente, as questões operacionais e os tratados e protocolos internacionais. Esses assuntos ainda são pouco conhecidos no âmbito da comunidade científica brasileira, pelos próprios militares das FFAA e, até mesmo, pelas secretarias do Ministério da Defesa (MD).

Sob esse enfoque, a pesquisa pretendeu avaliar como o apoio logístico das FFAA ao Programa Antártico Brasileiro pode contribuir para o fomento da pesquisa científica brasileira no continente gelado. A importância do tema reside, no fato de se estar avaliando nada menos que a atividade fim das FFAA, com deveres estabelecidos pela Política de Defesa Nacional.

Diante desse cenário, faz-se necessário divulgar essas restrições e dificuldades ao Ministério da Defesa, a todas as instituições ligadas à pesquisa Antártica e aos futuros diretores do Programa Antártico Brasileiro.

A participação ativa nos processos de decisão do destino da região Antártica é considerada como uma das diretrizes da Política de Defesa Nacional. Percebe-se o assunto com clara relevância para o Brasil e para as instituições responsáveis pelo Programa Antártico Brasileiro.

Durante a confecção do trabalho, apoiou-se no marco teórico constituído por Russell (2000), que define a Logística como “uma atividade relacionada com suporte aos clientes”. Para Russell (2000), a logística busca integrar e desenvolver capacidades exercendo o apoio necessário para o sucesso de um objetivo sistêmico. A ênfase da atividade está ligada a práticas voltadas para a confiabilidade, desenvolvendo, através de treinamentos específicos, técnicas que permitam a continuidade do apoio necessário.

Também como suporte desse trabalho, foram explorados os conhecimentos de geopolítica da professora Teresinha de Castro, quanto à projeção do Brasil no continente antártico. Ressalta-se que as informações relevantes sobre o percurso das FFAA no apoio ao Programa Antártico Brasileiro são poucas, sendo as maiores contribuições deixadas por alguns militares das FFAA que, graças às experiências adquiridas em missões Antárticas, elaboraram trabalhos que respaldaram o assunto.

Outras informações sobre esse percurso advêm da observação participante deste pesquisador que planejou, gerenciou e realizou missões com aeronave C-130 naquele continente e da revisão dos registros feitos pelos pilotos, em relatórios apropriados, arquivados no 1º /1º Grupo de Transporte, sediado na Base Aérea do Galeão, Rio de Janeiro.

Essa pesquisa, de natureza descritiva, fez uso de

tratados e protocolos emitidos pela ONU, de relatórios do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e de livros de geopolítica, caracterizando-a como bibliográfica e documental (GIL, 2002, p. 44-45). Tais métodos foram utilizados para o desenvolvimento do objetivo proposto, por serem considerados os mais adequados.

O objetivo deste estudo é analisar a participação das Forças Armadas brasileiras no Programa Antártico Brasileiro. Para atingir esse objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários:

a) Descrever o processo histórico de interesse na região, culminando no Tratado Antártico e na criação do Programa Antártico Brasileiro para defender os interesses do Brasil naquele continente;

b) Examinar o Tratado Antártico e o Protocolo de Madrid que impõem limites para os países que tencionam ser partes consultivas nas discussões quanto ao destino do continente gelado;

c) Descrever o Programa Antártico Brasileiro e a importância do papel desempenhado pelas FFAA para a manutenção do programa;

d) Identificar as dificuldades da logística na Antártica e analisar o trabalho desenvolvido pelas FFAA para atender às necessidades do PROANTAR, respeitando as convenções internacionais;

e) Propor ações em função dos estudos realizados.

O desenvolvimento do presente estudo está dividido em três seções. A primeira apresenta o Programa Antártico Brasileiro, através dos antecedentes históricos de interesse pelo continente gelado, os quais culminaram no Tratado Antártico e na inserção do Brasil neste contexto através do programa, discutindo ainda as características de sua estrutura.

Na segunda seção, procurou-se ressaltar o papel das FFAA no Programa Antártico Brasileiro em aspectos relevantes, tal como o preparo específico da Marinha do Brasil e da Força Aérea para que seus militares fossem capacitados a operar naquele ambiente inóspito, identificando as dificuldades logísticas.

Para averiguar os desafios da logística no tema em questão, a terceira seção faz uma análise da participação das FFAA no Programa Antártico Brasileiro.

Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho de forma a ratificar o cumprimento dos objetivos propostos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Programa Antártico Brasileiro

#### 2.1.1 Antecedentes Históricos

De todas as terras emersas do planeta, a última que atraiu o interesse da civilização humana foi o Continente Antártico (CASTRO, 1976). Relatos de sua existência remontam à era das grandes navegações. Mas,



devido às condições inóspitas da região, mais de dois séculos se passaram, até que a real sociedade de Londres patrocinou, em 1772, a viagem comandada pelo inglês James Cook, que ultrapassou o Círculo Polar Antártico. Apesar de ter se aproximado daquele continente, não conseguiu avistá-lo, declarando, inclusive, duvidar de sua existência.

Segundo Castro (1976), embora haja opiniões ligeiramente divergentes, a sua superfície avaliada é de 14.000.000 km<sup>2</sup>, considerando-se os arquipélagos subantárticos e águas adjacentes, do Pólo Sul aos 60° S de latitude, chega aos 34.000.000 km<sup>2</sup>, representando a décima parte da superfície do globo terrestre. Com altitude média de 2000 metros, é o mais elevado, o mais frio e o que apresenta ventos com maiores intensidade, dentre todos os continentes. Sua superfície glacial abrange 90% da totalidade, bem como 70% das reservas de água doce da terra.

A maioria das mais de cinquenta espécies de peixes peculiares à região é comestível e, com o tempo, poderão vir a desempenhar papel importante na alimentação humana. Além deles, várias espécies de focas, baleias e pinguins constituem parte da sua fauna terrestre. Castro (1976) aponta que, quanto à ocorrência de minerais, os geólogos admitem que os minérios presentes nos Andes prolongam-se para a Antártica. Constatou-se que, no mínimo, doze minerais são potencialmente exploráveis, incluindo o carvão, o chumbo, o cobre, o diamante, o ferro e o ouro. Entretanto, a perspectiva mais tentadora reside na existência de petróleo, o qual se concentra nos mares de Ross e Wendell. Suas reservas estão estimadas em mais de cinquenta bilhões de barris, o suficiente para sustentar a humanidade por cerca de cem anos. Com o tempo, a melhor qualificação científica dos integrantes das expedições provocou sensíveis alterações nas observações e no valor dos dados obtidos sobre a região.

Merece ainda destaque o interesse no estudo de outros campos do conhecimento, como a História do Universo, a Física da Atmosfera superior, a Atividade Solar e a Climatologia. Em relação a esta última, convém ressaltar que tem profunda influência sobre o Hemisfério Sul e, notadamente, sobre a América do Sul.

Pela sua localização, a Antártica é de preponderante importância por situar-se na confluência dos três grandes oceanos. Por esse fato, os especialistas têm considerado que, mesmo se a região fosse infértil e improdutiva, teria ainda elevado valor em termos de posicionamento e segurança, devido a vários fatores, dentre eles a vigilância e o controle do Estreito de Drake, ligando o Atlântico ao Pacífico.

Entre as expedições executadas no início do século XIX, merecem destaque, pela importância de suas descobertas e revelações, as realizadas pela Inglaterra, França, Estados Unidos e Rússia. Segundo Castro (1976), todos esses países consideram-se como os descobridores da Antártica. Assim, ao final do século XIX, despontou

acentuadamente o interesse científico pelas regiões polares e, paralelamente a ele, a intenção de alguns países em obterem soberania parcial na Antártica.

O embasamento que teve grande influência nas pretensões territoriais das nações envolvidas em atividade antárticas é a Teoria do Setor, aplicada a partir do critério da defrontação (NAÇÕES UNIDAS, 1959), que consiste em incluir todas as terras situadas entre os meridianos das extremidades leste e oeste do litoral de determinado país, estendendo-os até a interseção final do pólo sul.

Oficialmente, a Inglaterra foi a primeira nação a reivindicar territórios na Antártica, em 1908. As intenções inglesas estimularam o pleito da Argentina, do Chile, da França (em 1924), bem como o da Noruega em 1939.

O TIAR, assinado em 1947, no Rio de Janeiro, em seu artigo IV, estabeleceu como de responsabilidade dos países americanos a defesa de parte do território da Antártica, abrangendo o setor americano, no qual estão incluídas as áreas reivindicadas por chilenos, argentinos e britânicos.

Entre 1946 e 1948, o governo dos Estados Unidos enviou expedições propensas a estender e a consolidar sua soberania sobre a maior parte possível do Continente Antártico. Evoluíram, posteriormente para a adoção de uma política internacional, voltada para a investigação científica e uso pacífico, do tipo cooperativo.

### **2.1.2 O Tratado Antártico e o PROANTAR**

A história tem comprovado que, tradicionalmente, o interesse da humanidade em desbravar novos horizontes não poderia relacionar-se apenas ao espírito aventureiro.

Na realidade, os recursos de toda a natureza, bem como a possibilidade de controlar certas áreas, representam objetivos de diversas nações. Com a Antártica não poderia ser diferente, haja vista a grande potencialidade que apresenta. Os países, então, se encaminham para o estabelecimento de um acordo internacional, visando a regulamentar sua exploração.

O desenvolvimento científico e tecnológico após a II Guerra Mundial, ímpar na história, incrementou o interesse da comunidade científica internacional sobre a Antártica, pelas inúmeras perspectivas que apresentava como território virgem e inexplorado, aliado a uma invejável posição para o estudo de fenômenos diversos.

Com o propósito de tratar dos temas específicos a serem desenvolvidos para a Antártica, no ano de 1950, foi criado um Comitê Especial que, reunido em Paris, em julho de 1955, transformou-se em marco significativo para aquele continente.

Assim, a chamada Conferência de Paris foi a primeira reunião internacional sobre a Antártica, tendo reunido delegações de doze países: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, União Soviética e União Sul-Africana.

Esse esforço deu origem ao Ano Geofísico

Internacional (AGI), o que levou o continente Antártico a transformar-se em um vasto laboratório. O aspecto marcante das atividades científicas acordadas para o AGI (1957-1958) foi o caminho que se abriu para a cooperação e o contato direto entre os países com interesses naquela região.

Por ocasião do AGI, houve a participação de 67 nações, entre elas o Brasil, que realizou pesquisas oceanográficas e meteorológicas, por intermédio da Marinha do Brasil. Ele possibilitou, ainda, ampla permuta de informações científicas e de cientistas entre as nações participantes. Segundo Castro (1976), realizaram-se expedições à Antártica e instalaram-se 46 estações, objetivando um melhor conhecimento do continente.

Em março de 1958, o presidente norte-americano Eisenhower emitiu notas aos outros onze países da Conferência de Paris, propondo que fosse concluído um tratado para assegurar livre e duradouro acordo para aquele continente.

Os doze países (Partes Contratantes) reuniram-se em Washington e acordaram o Tratado da Antártica, em 1º de dezembro de 1959, sendo reservada aquela região para a livre investigação científica, dentro do espírito de cooperação e harmonia entre as nações. Após as indispensáveis ratificações, entrou em vigor a 23 de junho de 1961.

O Tratado representou o primeiro estatuto jurídico, estabelecido em caráter global, para estimular pesquisas científicas. De maneira sintética, merecem destaque alguns aspectos de maior relevância, a saber:

a) Toda a área situada ao sul do paralelo de 60° S é objeto daquele estatuto jurídico;

b) Há interesse em que a Antártica continue a ser usada exclusivamente para fins pacíficos, sendo proibidas quaisquer ações de interesse militar;

c) De modo realístico, porém, é permitido o uso de pessoal e equipamento militar com propósitos pacíficos (de fato, a maioria das nações atua com o apoio logístico de suas Forças Armadas, tanto na instalação e uso de bases e estações, como na operação de aeronaves, navios e equipamentos especializados);

d) Objetivando permitir a máxima economia e eficiência nas operações, os programas devem ser permutados, estabelecendo-se relações com Agências das Nações Unidas e outras organizações que tenham interesse na Antártica;

e) Os países que, aderindo ao Tratado, desejarem atuar como parte consultiva (com direito a enviar representantes para reuniões) deverão efetuar substanciais pesquisas científicas, através do estabelecimento de uma ou mais estações ou da realização de expedições; e

f) A adesão ao Tratado estará aberta a todos os estados, membros das Nações Unidas ou a convite, com o consentimento de todas as partes envolvidas.

O Brasil, não tendo sido convidado para a Conferência de Washington, de 1959, emitiu um protesto formal ao governo dos Estados Unidos, declarando que,

ante o imperativo de proteger sua Segurança Nacional, reservava-se o direito de livre acesso à Antártica.

A partir de 1975, decidiu o Brasil dedicar a devida atenção à Antártica, época em que aderiu ao Tratado, evitando controvérsias e mantendo a paz e a tranquilidade na área.

A presença brasileira na região austral justificou-se pelo documento de adesão, onde foi mencionado que o Brasil, por possuir a mais extensa costa marítima da América do Sul, devassada em sua maior parte pelo Continente Antártico, tem naquela área interesses diretos e substanciais, sendo ainda corresponsável pela sua defesa, uma vez que parte do continente está incluído na zona de segurança, prevista no artigo IV, do TIAR.

O documento expressa, ainda, a posição brasileira quanto à importância do uso da Antártica para fins pacíficos, exclusivamente. À época, já havia sido criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), vinculada ao extinto Ministério da Marinha. Decidiu então o governo atribuir à CIRM a execução inicial do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), planejando-se ir à Antártica no verão de 1982/1983.

Conforme consta nos arquivos da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), em 1982 organizou-se a primeira expedição brasileira ao Continente Austral. Partiram para a Antártica o Navio de Apoio Oceanográfico Barão de Teffé, da Marinha do Brasil e o Navio Oceanográfico Professor Besnard, da Universidade de São Paulo. O sucesso da Operação Antártica I, resultou no reconhecimento internacional de nossa presença na Antártica, o que permitiu, em 12 de setembro de 1983, a aceitação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica.

Os resultados mais importantes, relativos à logística, dessa primeira expedição, batizada de Operação Antártica I, foram a escolha do local onde se instalaria a Estação Antártica Brasileira e a identificação da necessidade de participação da FAB em função da imprescindível importância do meio aéreo no conjunto das operações.

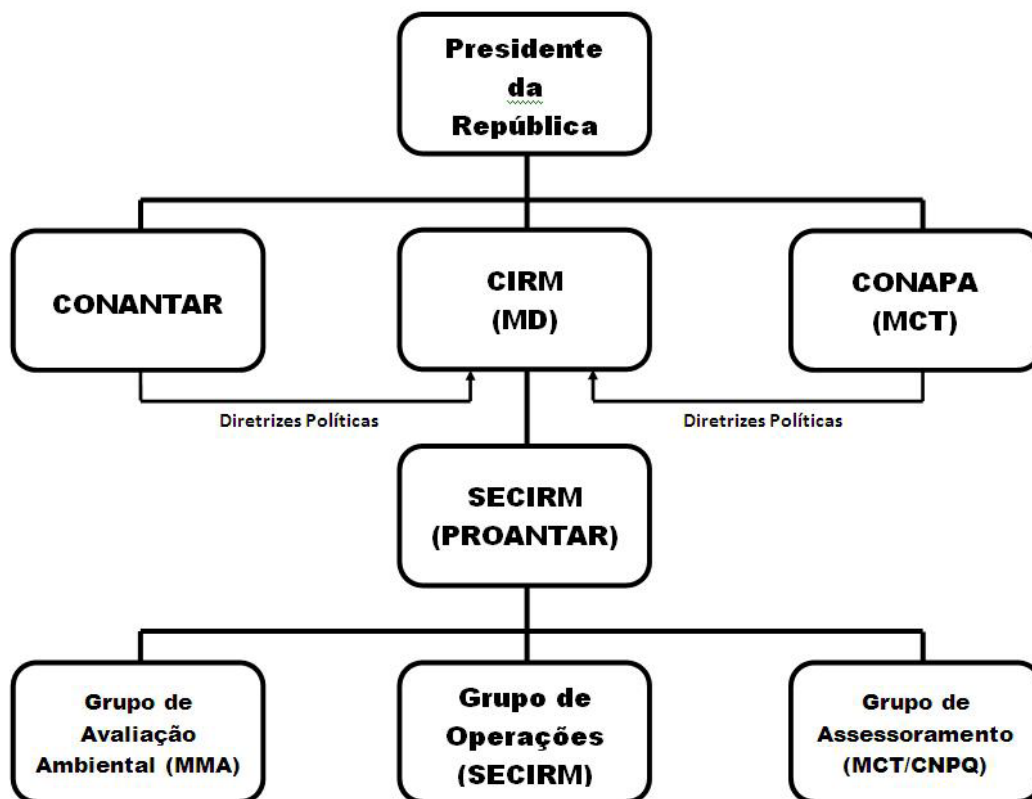
Faz-se necessário o conhecimento do modelo adotado pelo Brasil, para se inserir no processo decisório quanto ao destino do continente gelado.

### **2.1.3 A Estrutura do Sistema Antártico Brasileiro**

A Política de Defesa Nacional, que estabelece como um de seus objetivos a participação ativa dos destinos da região Antártica, impulsiona o Sistema Antártico Brasileiro. Para ilustrar o modelo adotado será apresentada a figura I, na qual estará exposta a estrutura do Sistema Antártico Brasileiro.

Através da Comissão Nacional para assuntos Antárticos (CONANTAR), do Comitê Nacional de Pesquisa Antárticas (CONAPA) e da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) são emitidas as diretrizes políticas e científicas a serem perseguidas pelos órgãos executores.

Figura 1 - Sistema Antártico Brasileiro.



Fonte: Secretaria da Comissão Inter Ministerial para os Recursos do Mar (2013).

A secretaria da CIRM, responsável pela execução do programa, conta com três grupos que auxiliam em suas deliberações:

a) Grupo de Avaliação Ambiental (GAA): tem a competência de discutir as ações do programa, decorrentes de compromissos assumidos pelo país como signatário do protocolo de proteção ao Meio Ambiente Antártico.

b) Grupo de Assessoramento (GA): sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem como atribuições promover a revisão periódica do PROANTAR, em consonância com as diretrizes emanadas do CONANTAR e da CIRM; avaliar as propostas de pesquisas e de atividades de apoio apresentadas ao PROANTAR, decidindo pela sua aprovação e seleção para inclusão no programa; elaborar as propostas orçamentais e fazer o acompanhamento físico, financeiro e técnico-científico da execução dos projetos de pesquisa, em função do andamento e dos resultados obtidos.

c) Grupo de Operações (GO): sob coordenação da Marinha do Brasil, verificar a exequibilidade das propostas selecionadas pelo GA, planejar a operação do navio e solicitar à FAB os voos de apoio, compatibilizando os interesses científicos com as necessidades de apoio logístico decorrentes.

Numa análise do Sistema Antártico Brasileiro, verifica-se que as diretrizes políticas e científicas sofrem

influência muito grande do órgão responsável pela execução, sendo a ênfase de suas ações totalmente voltadas para áreas ao redor da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) na ilha Rei Jorge, impondo, dessa forma, limitações nas operações antárticas e na própria escolha dos projetos de pesquisa a serem apoiados.

Por estar situada na porção norte da Península Antártica, essa estação apresenta condições climáticas e ecossistemas diferentes daqueles encontrados mais ao sul da grande massa continental, que permanece desconhecida para a comunidade científica brasileira, conforme o Relatório Final do Grupo de Trabalho para a Agenda Antártica.

Esse relatório cita que a concentração das operações de apoio à pesquisa científica em áreas próximas à estação brasileira, por um lado propicia o conhecimento amplo das características da Ilha Rei Jorge, por outro, inibe que se obtenha condições para operar em outras áreas do continente, quando se fizer necessário.

Além desses aspectos, o desenvolvimento das atividades exclusivamente na periferia restringe a interiorização em um continente com grandes dimensões. Logo, percebe-se que a superação de tais limitações dependerá, de início, do esforço dos órgãos envolvidos no suporte à atividade científica. Segundo Cirino (1991), desde os primeiros eventos da participação brasileira tornou-se evidente o imprescindível papel a ser desempenhado pelas FFAA nas expedições.

## 2.2 As Forças Armadas no Programa Antártico

### 2.2.1 O Início das Operações

No mesmo ano da criação do PROANTAR, a Marinha do Brasil (MB), buscando capacitar-se para tornar possível a pesquisa científica brasileira na Antártica, adquiriu o navio dinamarquês “Thala Dan”, apropriado para o trabalho nas regiões polares, recebendo o nome de Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Barão de Teffé”.

Batizada de Operação Antártica I, a primeira expedição brasileira ao continente mais frio do planeta partiu no início de dezembro de 1982. O Barão de Teffé fazia sua estadia em águas austrais, com a tarefa básica de realizar um reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico de áreas do setor noroeste da Antártica e selecionar o local onde seria instalada a futura Estação Brasileira. Participou também desta expedição o Navio Oceanográfico (NOc) “Professor Wladimir Besnard”, da Universidade de São Paulo.

Os resultados mais importantes, relativos à logística, dessa pioneira expedição, foram a escolha preliminar do local onde se instalaria a Estação Antártica Brasileira e a identificação da necessidade de participação da Força Aérea Brasileira (FAB) em função da imprescindível importância do meio aéreo no conjunto das operações (BRASIL, 1992).

Em 06 de fevereiro de 1984, durante a Operação Antártica II, foi instalada a Estação Antártica “Comandante Ferraz” (EACF), na Península Keller, Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Ilhas Shetlands do Sul. A equipe pioneira guarneceu os primeiros 8 módulos da EACF durante os 32 dias restantes do verão, deixando-a desativada até o início da próxima operação (BRASIL, 2002).

Às 17h32 HMG do dia 23 de agosto de 1983, aterrissava a primeira aeronave brasileira, o C-130 Hércules da FAB, de matrícula 2463, no aeródromo Tenente Rudolf March, Base Aérea Presidente Eduardo Frei (Chile), na ilha Rei Jorge (CIRINO, 1991).

Esse evento se tornou um marco histórico para a Aviação Militar do Brasil representando, acima de tudo, uma nova dimensão para o PROANTAR, em virtude de sua capacidade para transportar cientistas, pesquisadores, pessoal de apoio e suprimentos, a qualquer época do ano, uma vez que os navios não operam durante o inverno devido ao mar congelado.

A partir daquela data, a estação brasileira passou a ter condições de ser utilizada durante todo o ano, incrementando a presença na área (TERCIOTTI, 1995). Na Operação Antártica IV, em 1986, a EACF passou a ser ocupada permanentemente com 33 módulos que haviam sido instalados no ano anterior, representando o ápice de um esforço contínuo e progressivo, desenvolvido desde o início das atividades.

À medida que a comunidade científica nacional

adquiria conhecimentos sobre a região, novas demandas surgiram. Uma das carências residia na ausência de um navio de pesquisa capaz de transportar os cientistas e seus laboratórios para regiões distantes da Baía do Almirantado e outras ainda não estudadas (BRASIL, 1992).

Assim, a Marinha do Brasil adquiriu, em 1994, o navio polar norueguês “Polar Queen”, recebendo o nome de NApOc “Ary Rongel”. O novo navio, que substituiu o NApOc “Barão de Teffé” a partir da Operação Antártica XIII, tem capacidade para transportar 2.400m<sup>3</sup> de carga e está dotado de laboratórios para pesquisas nas áreas de oceanografia física e biológica e meteorologia, além de operar dois helicópteros de pequeno porte (BRASIL, 2002).

Em 03 de fevereiro de 2009, foi incorporado à Marinha do Brasil o segundo navio dedicado às Operações Antárticas: o Navio Polar Almirante Maximiano. Essa embarcação é dotada de 5 laboratórios, sendo 2 secos, 2 molhados e 1 misto, os quais abrigam os mais modernos equipamentos para o desenvolvimento de projetos científicos no ambiente antártico. Possui um hangar climatizado, com capacidade para acomodar 2 helicópteros (BRASIL, 2013).

Os navios permitem acomodar 106 pessoas, sendo mais de um terço destinado à comunidade científica. Contudo, apesar de significativa, essa disponibilidade não atende as demandas do PROANTAR, o que ratifica a necessidade do apoio aéreo.

Cabe ressaltar que o local escolhido para a construção da estação brasileira, tem sido um dos maiores desafios para a logística. Enquanto apresenta boas condições para o apoio pelos navios durante o verão antártico, no inverno, as baixas temperaturas congelam completamente o mar não só na área da estação, mas também em torno de todo o continente, fenômeno conhecido como Convergência Antártica, impossibilitando, portanto, o uso do transporte marítimo.

Além disso, a geografia em torno da estação não permite a construção de uma pista de pouso, tornando-se necessário o apoio de bases nas proximidades, o que tem obrigado o PROANTAR a depender da Força Aérea do Chile (FACH).

Isso se deve pelo fato de que o pouso das aeronaves brasileiras em solo antártico é realizado no aeródromo Teniente Rudolf March, da FACH. A partir deste, todo material e pessoal a ser levado e trazido da EACF é transportado por meio de helicóptero chileno, durante o inverno.

Inicialmente, a CIRM solicitou que fossem realizados três voos anuais. Entretanto, com o aumento da demanda de suprimentos e a necessidade de revezamento das equipes, passaram a ser efetivados sete voos a cada ano, específicos para esse apoio, tanto no inverno quanto no verão antártico.

Contudo, as demandas de suprimento no inverno exigiam das FFAA soluções para superar esses óbices e o lançamento de carga foi a alternativa que veio a resolver o problema (TERCIOTTI, 1995).



### 2.2.2 Lançamento de Carga na Antártica

A crescente necessidade de apoio logístico, principalmente nas operações de inverno, motivou a FAB a desenvolver uma técnica de lançamento de carga, a despeito das dificuldades climáticas e dos problemas da geografia em torno da estação brasileira.

Após muitos testes de equipamentos e um estudo detalhado da meteorologia regional, em 1992, efetuaram-se os primeiros lançamentos com precisão adequada, aumentando as possibilidades de utilização da estação no inverno antártico e diminuindo a dependência em relação à FACH.

Muito do apoio necessário para o desenvolvimento das técnicas de lançamento foram baseadas em trabalhos de pesquisadores brasileiros que já detinham bom conhecimento da Ilha Rei Jorge, como o trabalho sobre a meteorologia da mencionada ilha, elaborado pelo professor Alberto Setzer (1994).

Os primeiros lançamentos foram feitos nas missões de verão em 1992 e, apesar da zona de lançamento possuir dimensões muito restritas em função de sua geografia, a técnica empregada proporcionou a precisão necessária. A qualidade dos resultados colocou o Brasil num grupo ainda mais seleto dentre os países que mantêm pesquisa naquele continente, pois somente os EUA, a Inglaterra e a antiga URSS haviam utilizado o lançamento de carga para apoio de suas pesquisas na Antártica (TERCIOTTI, 1995).

A partir de 2005, o PROANTAR aumentou de sete para dez o número de voos por Operação Antártica, e a FAB vem lançando em torno de duas toneladas de carga por missões de inverno, sempre na busca de melhor atender à comunidade científica brasileira que atua no continente gelado (BRASIL, 2013).

O reconhecimento do Brasil como membro consultivo do Tratado Antártico só foi possível graças à superação dos desafios logísticos enfrentados pelas FFAA.

## 2.3 Os Desafios das Forças Armadas na Antártica

Para que as FFAA pudessem realizar incursões no continente mais frio do planeta, respeitando os ordenamentos jurídicos internacionais e fazendo-o principalmente com segurança, foram necessários preparação e treinamentos específicos, pois as operações logísticas na Antártica são revestidas de características especiais.

O transporte marítimo só ocorre no verão austral, em função do fenômeno da Convergência Antártica. As poucas pistas existentes e próximas da área onde está instalada a Estação Brasileira são de comprimento restrito e superfícies irregulares, normalmente cobertas por camadas de gelo e neve, não permitindo, dessa forma, que os freios sejam utilizados, fato que restringe a capacidade de carga do transporte aéreo. Há também a constante influência de fortes ventos

transversais ao sentido de operação das pistas.

Apesar das condições adversas para o incremento da atividade científica brasileira na Antártica, havia a necessidade de que o meio aéreo transportasse significativa quantidade de material e pessoal.

Seguindo os mesmos critérios operacionais e técnicos dos países que utilizavam o transporte aéreo logístico nas pesquisas polares, a FAB designou o Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Transporte (1º/1º GT), unidade aérea que opera as aeronaves C-130 Hércules, para apoiar o PROANTAR (BRASIL, 2013).

O C-130 Hércules concebido para operar em pistas curtas e irregulares, com capacidade para transportar grande quantidade de pessoal e material, além de possuir significativa autonomia para atingir grandes distâncias, revelou-se como o mais adequado meio aéreo de grande porte para operar em ambiente polar, sendo muito utilizado pela grande maioria dos países que mantêm pesquisas naquele ambiente (CIRINO, 1991).

Segundo Cirino (1991), valendo-se do Tratado Antártico, a Força Aérea Brasileira buscou a cooperação internacional, estabelecendo intercâmbio com a Argentina e o Chile para adquirir o necessário conhecimento de operação no ambiente polar, totalmente desconhecidos pelos pilotos brasileiros até aquele momento.

Cirino (1991) cita, ainda, que tornar possível o apoio ao programa brasileiro, já no ano de 1983, exaustiva instrução aérea e de conhecimentos específicos sobre a região foram ministrados pelas Forças Aéreas da Argentina e do Chile, o que permitiu aos tripulantes estarem aptos a operar nas pistas selecionadas em agosto daquele ano, participando inclusive da Operação Antártica II, que estabeleceu, na Ilha Rei Jorge, a estação antártica brasileira.

Cirino (1991) também destaca que nos primeiros anos de participação no PROANTAR, a FAB buscou a formação de tripulantes em quantidade suficiente para manter a capacidade de operação na região austral em função das necessidades crescentes do programa. Para esse fim, realizava duas missões por ano somente para treinamento de suas equipagens, nos mesmos moldes dos países que operam na área.

Nesse período, com as experiências incorporadas nas missões Antárticas somadas aos treinamentos de intercâmbio, desenvolveu-se uma doutrina própria de operação, inclusive possibilitando operar com baixa cobertura de nuvens e visibilidade restrita, com segurança, principalmente no inverno polar, aumentando ainda mais as possibilidades para a pesquisa brasileira.

Esse fato fez com que o Brasil viesse a se destacar entre as nações que realizam pesquisas polares, pois poucos países, até o momento, possuem capacidade de dar suporte aéreo às pesquisas durante o inverno.

A confiabilidade do apoio logístico prestado pelas FFAA à ampliação da EACF e a incorporação de mais um navio polar impulsionaram a pesquisa científica brasileira no continente mais inhóspito e gelado do planeta. Com o

incremento da demanda de suprimentos e a necessidade de revezamento de equipes, gradualmente o número de voos foi aumentando, tanto no inverno quanto no verão Antártico (TERCIOTTI, 1995).

O destino final do transporte aéreo, com pousos intermediários em Pelotas e Punta Arenas (Chile), era a Base Chilena na Ilha Rei Jorge. Os meios materiais e humanos eram transportados da base Chilena até a EACF pelo navio de apoio brasileiro, durante as missões de verão e pelo helicóptero chileno no inverno.

A total dependência do apoio chileno nas missões de inverno para acessar a estação brasileira, estimulou a FAB, através do 1º / 1º Grupo de Transporte a desenvolver, a despeito da posição geográfica desfavorável da EACF, técnica específica de lançamento de carga na Baía do Almirantado, região onde está localizada a estação brasileira.

O principal resultado obtido foi a diminuição da dependência do apoio chileno, aumentando as possibilidades para pesquisa brasileira durante o inverno austral. Atualmente são lançados, além de víveres e equipamentos para manutenção da estação, equipamentos médicos e de auxílio às pesquisas, perfazendo um total de 2000 quilos por missão de inverno.

A qualidade do desempenho das FFAA foi reconhecida pelos países que operavam na região há mais tempo. Os brasileiros responsáveis pelas operações logísticas foram convidados a participar das reuniões consultivas de operações no continente Antártico.

Durante esses 30 anos realizando apoio logístico ao PROANTAR, as Forças Armadas tiveram que revisar por vezes suas estratégias de operação em função de novos acordos firmados entre os países signatários do Tratado Antártico, como o Protocolo assinado em Madrid no ano de 1991 (BRASIL, 1992).

### **2.3.1 O Protocolo de Madrid**

Com a intenção de ratificar o Tratado Antártico e estabelecer novos ordenamentos na busca de regular o impacto sobre o meio ambiente antártico, foi assinado, em 1991, o Protocolo de Madrid. Observou-se, durante a pesquisa documental, que o Protocolo realçou o princípio de que toda atividade humana na Antártica deve ser planejada e avaliada, evitando prejuízo ao meio ambiente e aos ecossistemas dependentes e associados.

Os países contratantes comprometeram-se a elaborar normas e procedimentos relacionados com a responsabilidade derivada de danos provocados por atividades que se desenvolvam na área do Tratado Antártico e cobertas por esse Protocolo.

Assim, foram estabelecidos diversos procedimentos a serem seguidos na execução de pesquisas científicas e no apoio logístico às estações antárticas, visando à proteção da flora e fauna da região. Também foram impostas rigorosas regras e limitações à eliminação de resíduos e medidas preventivas contra a poluição marinha. Requereu-se, ainda, a aplicação de

procedimentos para a avaliação do impacto ambiental das atividades desenvolvidas na região, inclusive aquelas não governamentais.

O Brasil, de imediato, buscou adaptar todas as atividades às normas do Protocolo. Nesse contexto, requereu-se uma redefinição na estrutura de apoio logístico brasileiro sobre as bases de um maior equilíbrio entre os interesses da investigação científica e do amparo ambiental.

A Marinha do Brasil, responsável pela EACF e pelos navios de pesquisa, estabeleceu um exemplar manejo ambiental na estação, que inclui o tratamento de dejetos e a retirada de todo o lixo produzido através dos navios, e por ter apresentado, em conjunto com a Polônia, a proposta que considera a Baía do Almirantado, onde se localiza a EACF, a primeira Área Antártica Especialmente Gerenciada (AAEG) (BRASIL, 2013).

O propósito da AAEG é assegurar o planejamento e coordenação das atividades em uma área específica, reduzindo possíveis interferências e promovendo a cooperação entre as Partes Consultivas, minimizando o impacto ambiental. A AAEG da Baía do Almirantado abrange uma área aproximada de 370 Km², compreendendo as Estações de Arctowski (Polônia), Ferraz (Brasil), Machu Picchu (Peru) e o Refúgio da República do Equador (Equador) e Pieter J. Lenie (USA) (BRASIL, 2013).

Já a FAB, aproveitando-se das experiências obtidas nas operações aéreas na Ilha Rei Jorge e por intermédio do 1º / 1º Grupo de Transporte, estabeleceu procedimentos de aproximação visuais, próprios para pista de pouso chilena e circuito de lançamento na Estação Brasileira, evitando consequências ambientais adversas para o ecossistema. Esses procedimentos foram apresentados em reuniões de administradores de Programas Antárticos e receberam aprovação de todos os membros consultivos do tratado, além de publicados em documentos específicos como o AFIM.

O incêndio na EACF, ocorrido em fevereiro de 2012, em que mais de 70% da estação foi totalmente destruída, trouxe um novo desafio logístico para as FFAA. Para remover os escombros e montar uma estação provisória, foi organizada a maior Operação Antártica da história brasileira, a Marinha mobilizou cinco navios e a Força Aérea dobrou o número de voos (BRASIL, 2013).

A operação teve pleno êxito, contudo a reconstrução da EACF apresenta-se como um dos grandes desafios futuros para a logística do Programa brasileiro no continente gelado, pois além de superar as dificuldades de construção em um ambiente tão inóspito, deverá atender as aspirações da comunidade científica brasileira.

### **2.3.2 As Aspirações dos Cientistas**

Como preconizado por Russell (2000), a logística deve buscar sempre dar suporte aos seus clientes e não restringi-los. Nesses 30 anos de atividades na área do Tratado Antártico, as FFAA, representadas pela MB e pela FAB, buscaram atender às demandas da comunidade

científica brasileira. Desenvolveram novas capacidades para operar no continente mais inóspito do planeta, o que permitiu a multiplicação das possibilidades de pesquisa, inclusive a manutenção das atividades mesmo durante o inverno, colocando o Brasil em posição de destaque entre os países signatários do Tratado Antártico.

Contudo, apesar da qualidade do apoio prestado, os cientistas brasileiros consideram que suas necessidades de pesquisa são atendidas parcialmente. Essas informações apresentadas pelos cientistas constam no relatório final do Grupo de Trabalho (GT), instituído através da Portaria nº 397/2005 do Ministério da Ciência e Tecnologia, objetando apresentar ao Comitê Nacional de Pesquisas Antártica (CONAPA) a agenda de pesquisas científicas na Antártica para os anos de 2006-2010.

Consta também, no relatório feito por esse GT, que a área geográfica de atuação do PROANTAR continua restrita à região subpolar e ao norte da península Antártica. Ou seja, após 30 anos de atividades na área do Tratado da Antártica, o Brasil ainda tem um programa basicamente oceânico e costeiro.

Além disso, o GT descreve no relatório final que a logística para operações sobre áreas do continente é praticamente inexistente. Assim, consta como uma das recomendações ao PROANTAR: [...] "Apoiar a montagem de uma logística que permita a exploração científica no interior do continente, permitindo a expansão da área geográfica de atuação do PROANTAR" (BRASIL, 2005).

O levantamento bibliográfico aponta para a logística como grande limitador das necessidades da comunidade científica. A solução depende dos órgãos responsáveis por estabelecer as diretrizes do programa, pois novas capacidades logísticas terão que ser desenvolvidas para que os pesquisadores possam atuar no interior do continente, e conseqüentemente, mais recursos terão que ser disponibilizados para esses novos desafios.

Após a apresentação dos dados levantados, torna-se necessário interpretar os resultados com o intuito de confrontá-los com os objetivos propostos neste trabalho.

### 3 CONCLUSÃO

A presença brasileira no continente Antártico é regida pela Política de Defesa Nacional, conforme abordado. O Programa Antártico Brasileiro é o meio criado para atender à diretriz política, à luz do ordenamento jurídico do Tratado Antártico, que, numa análise primária, atende à meta nacional, elevando o Brasil ao posto de membro consultivo.

Na busca desse objetivo, estabeleceu-se o Sistema Antártico Brasileiro, visando estruturar o apoio adequado à pesquisa científica no continente.

Assim, como visto, o programa criado para apoiar a pesquisa brasileira no continente gelado estruturou uma logística que, ao mesmo tempo em que possibilita o

desenvolvimento da pesquisa científica brasileira na região austral, impõe restrições às atividades, em função das características da região.

Destaca-se neste modelo logístico, a participação das FFAA como fator multiplicador das possibilidades, permitindo o desenvolvimento das atividades, inclusive no inverno austral.

Entretanto, mesmo estabelecendo um sistema que o torna parte consultiva sobre os destinos da Antártica, o Brasil, para não ficar à margem das decisões, deverá aprimorar sua estrutura, criando, assim, mecanismos para ampliar o desenvolvimento científico nacional. Isso se deve ao fato de que se concentra todo o esforço de pesquisa numa pequena ilha e áreas marítimas ao redor desta, enquanto o continente possui 14.000.000 km<sup>2</sup>. Diante de tamanho desafio e da importância estratégica, romper esses limites torna-se essencial.

Através da pesquisa bibliográfica sobre a participação da FA no Programa Antártico Brasileiro, foram vistos os principais tópicos que descrevem as atividades da MB e da FAB no apoio à pesquisa científica, de maneira geral.

Conjugando tais informações com os dados coletados dos relatórios do Grupo de Trabalho (GT) formado pelos coordenadores de pesquisas antárticas, endereçados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Comitê Nacional de Pesquisas Antártica (CONAPA), integrantes do universo do Sistema Antártico Brasileiro, foi possível inferir as seguintes conclusões acerca do apoio logístico prestado:

- a) a infraestrutura da antiga EACF e a integração do modal marítimo e aéreo para apoiar as atividades científicas têm satisfeito, de maneira geral, as necessidades de níveis mais básicos para os cientistas e ao órgão executor do programa;
- b) merece menção o esforço desempenhado pelas FFAA na busca de atender as necessidades logísticas apesar de todas as dificuldades naturais e de ordem jurídica para operar no continente;
- c) o manifesto geral para interiorizar as pesquisas no continente gelado foi fator relevante para a maior parte dos coordenadores, apontando para as necessidades de mudanças no modelo logístico do PROANTAR com ênfase no apoio aéreo.

Os países signatários do Tratado que estruturaram as operações logísticas nas FFAA, como o Chile e Argentina, construíram bases e pistas em locais estratégicos, no continente, para que os pesquisadores pudessem expandir suas pesquisas rumo ao Polo Sul. O transporte aéreo é intensamente explorado, utilizando as aeronaves C-130. Nos deslocamentos terrestres o apoio é feito pelos exércitos desses países.

Dessa forma, sugere-se ainda: investigar se a estrutura do PROANTAR está adequada para atender às diretrizes da Política de Defesa Nacional e verificar se a participação da FAB e do EB no CONANTAR e no Grupo de Operações (GO) ajudará nas soluções para o problema

de atendimento das necessidades da comunidade científica brasileira.

Por derradeiro, entender o continente gelado, sua influência no Brasil e no mundo é de extrema importância para o futuro ambiental e econômico. Dessa forma, ampliar o conhecimento é o grande desafio do PROANTAR que não pode ser limitado pela logística, e sim romper os limites por meio dela.

## REFERÊNCIAS

BEAU, M. **Arte da Tese**. Tradução de Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUN, N. C. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. Subchefia de Estratégia. **A Antártica e os Interesses do Brasil**. Brasília, DF, 1992. 27p.

\_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. **O Programa Antártico Brasileiro**. [S.l.]: CIRM, [20--?]. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. O Programa Antártico Brasileiro. Brasília, DF, 2002. Vídeo em formato digital.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Relatório Final do Grupo de Trabalho para a Agenda Antártica**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, T. de. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

GIOVINETO, M. B.; SOUVETOVA, A. **A Preliminary Study of the Drainage Systems of the Graunded Ice Sheet in Antarctica**. 1966. Disponível em: <<http://www.aag.org/annualmeetings.html>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

GONÇALVES, H. de A. **Manual de artigos científicos**. São Paulo: Avercamp, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMONS CIRINO, A. A. **A FAB no Continente Antártico**: programa de treinamento e manutenção operacional de equipagens (Monografia)-Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea, Rio

de Janeiro, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. **Tratado Antártico**. Washington, 1959.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Madrid**. Madrid, 1991.

\_\_\_\_\_. **Antarctic flight information manual**. Berlim, 2006. Revision 3, de 05 de outubro de 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. Rio de Janeiro, 1947.

RUSSELL, S. H. Growing World of Logistics. **Air Force Journal of Logistics**, [S.l.], v. 24, n. 4, 2000.

SETZER, A. W. **Meteorologia na Península Antártica**. São José dos Campos: INPE, 1994.

TERCIOTTI, L. C. **A Operação Independente na Condução do PROANTAR**. (Monografia)-Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 1995.

## GLOSSÁRIO

**Ano Geofísico Internacional** – desenvolvido inicialmente entre onze países, a fim de efetuar investigação científica e cooperação internacional no Continente Antártico.

**Esquadrão** – organização que compreende duas ou mais esquadrilhas.

**Operação Antártica** – operação que busca apoiar a pesquisa científica, envolvendo todo o modal logístico do Programa Antártico.

**Operar** – usar, empregar ou autorizar o uso ou emprego da aeronave com o objetivo de navegação aérea, inclusive a pilotagem da aeronave.

**Unidade Aérea** – organização militar que reúne meios aéreos (aviões) de emprego militar e meios de apoio em suprimento e manutenção necessários à eficiência desse emprego.

Recebido em 01 de outubro de 2013

Aprovado em 27 de abril de 2014



# ADAPTAÇÃO SOB FOGO: O APRENDIZADO DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA EM COMBATE, 1944-45

ADAPTATION UNDER FIRE: THE 1ST EXPEDITIONARY INFANTRY DIVISION LEARNING IN COMBAT, 1944-45

CESAR CAMPIANI MAXIMIANO<sup>1</sup>

## RESUMO

*Como a mudança doutrinária ocorre em tempo de guerra? Qual o peso da tradição, da cultura organizacional e das experiências formativas na absorção de uma nova matriz doutrinária em tempo de crise? Este artigo discute a adaptação para o combate da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária nos períodos finais da Campanha da Itália, em 1944-45. Por várias décadas, analistas e historiadores consideraram que os ensinamentos da Missão Militar Francesa teriam sido prejudiciais para o desempenho da divisão em suas operações ofensivas. Uma análise mais cuidadosa das fases de organização da Divisão mostram, no entanto, que alguns princípios fundamentais da doutrina francesa não estavam corretamente enraizados no Exército. Assim, alguns dos problemas detectados no desempenho da DIE não podem corretamente ser atribuídos a falhas na doutrina francesa, mas, em vez disso, à maneira em que gerações diferentes de oficiais puderam se beneficiar da instrução dos mestres franceses e à disseminação homogênea deste conhecimento no seio do Exército. Por fim, o artigo aborda a importância da doutrina americana no desempenho das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, sob um ponto de vista inédito, concluindo que em campanha, a divisão funcionou de forma híbrida, mesclando ambas doutrinas.*

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Segunda Guerra Mundial. Doutrina Militar Francesa. Doutrina Militar Americana.

## ABSTRACT

*How doctrinal change occurs in a context of war? How do the weight of tradition, organizational culture and formative experiences function as opposing forces when an army is pressured to adopt a new doctrinal matrix? This article discusses the combat adaptation of the 1st Brazilian Expeditionary Division during the final periods of the Italian campaign, in 1944-45. For many decades, analysts and historians argued that the teachings of the French military mission had been detrimental to the performance of the Brazilian division in its offensive operations. A closer look at the early periods of divisional organization shows, on the other hand, that some fundamental tenets of French military doctrine were not properly rooted in the Brazilian Army. Thus, some of the problems that were observed in the performance of the Brazilian division can't be attributed to the French mission, but rather, to the way in which different generations of officers were able to profit from the instruction derived from the French masters and to the dissemination of shared knowledge throughout the Army. Finally, the article inserts a new perspective on the importance of US military doctrine in the performance of the Brazilians during WWII, showing how the division created its own hybrid mix of French and US military doctrine during its tour of duty in Italy.*

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force. 1st Brazilian Expeditionary Division. World War II. French Military Doctrine. US Military Doctrine.

<sup>1</sup> Pesquisador Independente - São Paulo-SP, Brasil.

E-mail: <ccmax45@hotmail.com>

Doutor em História Social (USP).

As teorias sobre inovação militar em voga procuram detectar padrões que possibilitem a compreensão dos processos responsáveis por mudanças qualitativas nas Forças Armadas. Entretanto, só o teste do combate é capaz de averiguar definitivamente se houve ou não a incorporação dos padrões modernizantes (MURRAY, 2011). Atualmente, o jargão acadêmico e militar emprega uma série de termos que, no lugar de oferecerem entendimento claro dos fenômenos analisados, promovem verdadeira barafunda conceitual: fala-se em transformação, modernização e inovação (STORR, 2009). Por vezes, o mesmo conceito está investido de significados diferentes: a transformação militar doutrinária americana registrada em meados da década de 1990 e início do século XXI está relacionada à Revolução nos Assuntos Militares; enquanto no Brasil, os acadêmicos empregam a ideia de transformação aludindo a mudanças nas relações entre civis e militares no âmbito político e institucional, com ênfase especial na interferência civil visando a alterações no ensino de valores e tradições.

Os estudos de Defesa sem dúvida compreendem um campo mais vasto que o enfoque na guerra; no entanto, as Forças existem primordialmente para travar o combate. É salutar reconduzir esta área de pesquisa para proximidade maior com a provação máxima que uma instituição militar pode atravessar: o emprego em conflitos (GRAY, 1999). Daí decorre a imperiosidade de se considerar fatores como a tecnologia militar e as evoluções na doutrina. É portanto com o aspecto de evolução da doutrina e da tecnologia militar que aqui se utilizam os termos *transformação*, *inovação*, *modernização* e *adaptação*. Deixarei para outros autores os quiproquós a respeito das minúcias que envolvem as definições teóricas a respeito dos três primeiros termos, relacionados a situações de paz, com a ressalva de que o último termo, a adaptação, implica evolução e aprimoramento da doutrina em situação de combate (MURRAY, 2011).

A avaliação de resultados positivos conduzida de maneira satisfatória não pode ser aferida meramente pela vitória: este desfecho pode ocorrer a um custo muito alto, colocando em xeque a solidez das instituições e o processo subsequente de manutenção da paz. Para se sobrepor à insuficiência da averiguação do sucesso simplesmente baseado em vitória/derrota, surgiu a ideia de *efetividade* militar, substanciada na “capacidade de transformar recursos em poder de combate” (MILLETT; MURRAY,

1988). A confirmação da existência ou não da efetividade militar passa invariavelmente pelo teste do estudo da história. Somente esta disciplina oferece a possibilidade de estimar a absorção ou não de princípios doutrinários que, de fato, tenham promovido maiores padrões de efetividade. Obviamente, é impossível quantificar o resultado final de tais processos, e só a tecnocracia mais obtusa deixaria de levar em consideração fatores como o ônus moral do envolvimento em um conflito, algo que pode ecoar por décadas a fio (HOWARD, 2003).

O enfoque histórico, portanto, é indispensável medida saneadora das teorias desvinculadas de qualquer base concreta que procurem aferir a consumação de processos como a inovação ou a transformação em momentos em que uma Força não esteja passando pelo teste do emprego em operações. Não há como saber se um exército inovou em sua doutrina sem que se passe pela provação do combate (GRAY, 1999).

Há vasto debate sobre a validade do aprendizado obtido com a Missão Militar Francesa vigente no Brasil desde 1921. Pouca atenção foi dada à maneira em que a doutrina francesa foi aplicada na prática pelo Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. A atuação da divisão brasileira na Itália deixa clara a forma como princípios doutrinários adotados há décadas podem ou não ser inculcados em tempo de paz.

## O EMPREGO DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA EM COMBATE

A Força Expedicionária Brasileira (doravante FEB) consistia na totalidade do contingente embarcado para a Itália entre 1944 e 1945. Seu braço combatente foi a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), constituída pelo quadro de organização divisionário do Exército dos Estados Unidos datado de 15 de julho de 1943 (SAYEN, 2007). Subordinada ao IV Corpo de Exército (Gen. Willis D. Crittenger), a grande unidade começou seu emprego como um *Regimental Combat Team* (um RCT formado principalmente pelo 6º Regimento de Infantaria), em setembro de 1944, no vale do Serchio e posteriormente, operou como divisão completa (três regimentos de Infantaria, quatro batalhões de Artilharia, um esquadrão de Cavalaria, um batalhão de Engenharia e outro de Saúde e demais unidades de apoio), a partir de novembro do mesmo ano, nos vales dos rios Reno e Panaro, ao longo da Rota 64, e, em fase ulterior da campanha, nas planícies de Modena e da Padana. Nos lances finais, algumas subunidades estabeleceram ligação com o Exército Francês Livre na fronteira franco-italiana. Contando-se a fase inicial de operações do 6º RCT, a DIE passou um total de 239 dias em ação, sofrendo, ao final da campanha, 11.617 baixas (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

Os acordos de cooperação militar entre Brasil e

Estados Unidos haviam definido que, para o emprego no além-mar, a FEB deveria adotar os padrões doutrinários americanos, de forma a facilitar uma série de questões logísticas (LEITÃO DE CARVALHO, 1952).

Depois do desempenho problemático em Canudos e outras operações de guerra irregular (como a luta contra a Coluna Costa-Prestes e a Campanha do Contestado), a vinda de uma missão militar europeia de renome foi entendida como a panaceia capaz de resolver todos os problemas constatados ao longo das décadas recentes (McCANN, 2004). A Missão Militar Francesa, acreditava-se, seria capaz de implantar os “sólidos princípios doutrinários” que tanto faziam falta (SOUTO MALAN, 1988). Por meio da aplicação da doutrina importada da França, a educação militar foi elaborada de forma a promover a crença que todo problema possuía uma solução doutrinária específica e que situações futuras potenciais poderiam ser previstas. Tratava-se de uma abordagem cartesiana da guerra, bastante influenciada por Jomini e calcada na crença de uma cientificidade subjacente no fenômeno dos conflitos. O resultado foi uma deferência quase mística ao poder da “doutrina”, cultivada no período anterior à Segunda Guerra Mundial (MAXIMIANO, 2010).

As avaliações do desempenho da DIE feitas por Mark Clark e Mascarenhas de Moraes (respectivamente, comandantes do XV Grupo de Exércitos e da 1ª DIE e da FEB) consideraram que os problemas manifestados na fase preliminar de emprego da divisão foram superados depois que a divisão adquiriu experiência em ação enquanto se adaptava à doutrina militar americana (CLARK, 1950; MASCARENHAS DE MORAES, 1947). O Coronel Floriano de Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da DIE, sustentou que a falta de familiaridade do contingente brasileiro com o armamento americano de Infantaria foi prejudicial ao desempenho em combate dos 1º e 11º Regimentos de Infantaria (BRAYNER, 1968). Algumas das armas constantes dos quadros de organização divisionários, como a carabina M1 e os fuzis-metralhadora *Browning*, nem mesmo foram entregues à tropa nas primeiras remessas de armas recebidas por estas unidades. Mas, sobretudo, o desempenho problemático em algumas das ações iniciais foi creditado à difícil transição do sistema doutrinário francês para o americano. O General Mascarenhas, por exemplo, atribuiu as provações da adaptação à mudança de “uma máquina militar que tinha sido organizada à francesa para uma força expedicionária que teria que funcionar à americana” (MASCARENHAS DE MORAES, 1947). Assim sendo, os vinte anos de treinamento francês foram preteridos em favor da supervisão do Exército dos Estados Unidos.

No pós-guerra, algumas figuras-chave da FEB, tal como o oficial de operações da DIE, o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, sugeriram que a doutrina francesa tal qual adotada antes da campanha teria sido inadequada para atacar e assaltar as fortificações alemãs do final de 1944. De acordo com Castello

Branco, “os reveses iniciais da FEB foram parcialmente causados por aquilo que é quase uma psicose nacional de pensamento defensivo” (SOUTO MALAN, 1988). Castello Branco, assim, estava promovendo a ideia de que a doutrina francesa teria arraigado exclusivamente a preocupação com a missão de resguardar as fronteiras do Brasil com a Argentina, embora sua afirmação exponha uma confusão entre o pensamento estratégico francês que levou à *debacle* de 1940 e os bem mais simples princípios de combate de infantaria que o Exército Brasileiro adotara desde 1921. Em outras palavras: a estratégia defensiva francesa que se desenvolve naquele país até 1918 realmente afetou todos os aspectos de sua doutrina militar ao ponto de comprometer a validade das táticas, técnicas e procedimentos, resultando na inviabilidade de seu emprego por parte do Brasil em 1944 e 1945?

Até hoje, os historiadores têm aceitado as explicações tanto de Mascarenhas de Moraes quanto de Castello Branco a respeito das razões para os reveses de novembro e dezembro de 1944 (McCANN, 1995; BONALUME NETO, 1995; SILVA NEVES, 1992). Entretanto, essa interpretação suscita duas linhas de questionamento. Em primeiro lugar, a doutrina francesa estava homogeneamente assimilada pelo Exército Brasileiro em grau suficiente para impedir ou dificultar a absorção do treinamento militar americano? Em segundo lugar, seria de fato o treinamento americano recebido pela FEB extremamente diferente dos princípios franceses de modo a se tornar incompatível com o contexto tático enfrentado pela divisão brasileira em fins de 1944? Antes de proceder com o exame de tais questões, cabe uma breve explicação para a origem da adoção do sistema militar americano pela FEB.

## A CRIAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Em 1942, o Brasil e os Estados Unidos estabeleceram um acordo de cooperação militar, por meio da criação da *Joint Brazil-United States Defense Commission* (Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, cuja sigla em inglês era JBUSDC). As expectativas iniciais dos americanos a respeito destes acertos gravitavam em torno da crença de que o Estado-Maior do Exército Brasileiro se dedicaria principalmente com a defesa de seu próprio território, permitindo à Marinha e à Força Aérea dos Estados Unidos o acesso temporário para a construção de bases no litoral. Contudo, desde o começo das negociações, parte da liderança política e militar brasileira exerceu pressões para que o país obtivesse um papel mais ativo no esforço de guerra Aliado, por diversas vezes fazendo menção específica à possibilidade de participação nos combates no alêmmar. As atividades da JBUSDC envolvendo a defesa do Hemisfério Ocidental deveriam assim ser entendidas como um componente à parte da totalidade das relações

políticas e militares entre o Brasil e os EUA durante o conflito: do ponto de vista dos negociadores americanos, um aspecto desta cooperação era o ganho de confiança brasileira que possibilitasse o estabelecimento de bases aeronavais; outro consistia em sobrepujar a má vontade e descrença do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ambos os quais eram desfavoráveis à ampla cooperação com os Estados Unidos; além disso a situação apresentava níveis mais intrincados de sutileza política, uma vez que altos funcionários do governo de Vargas, como o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e o representante brasileiro na JBUSDC, o General Estevão Leitão de Carvalho, eram francos antagonistas de Dutra e Góes e mantinham posição oposta em relação ao estreitamento de relações com os americanos e especialmente a atuação em combate no exterior (LEITÃO DE CARVALHO, 1952; MASCARENHAS DE MORAES, 1947; BRAYNER, 1968). Quando os integrantes da comissão começaram a discutir os termos da cooperação militar, os brasileiros mais favoráveis aos EUA continuaram a se mostrar entusiastas da formação de um corpo expedicionário, com três divisões de Infantaria e uma blindada. O resultado desse *lobby*, bem menos audacioso que a proposta inicial de um corpo de Exército completo, materializou-se em julho de 1944, com o embarque do 1º Escalão da FEB. A chegada dos brasileiros à Itália foi, assim, o primeiro passo de ambiciosa política externa, com vislumbres para a utilização no pós-guerra das lições e do equipamento adquiridos por meio da participação no combate com o propósito de manter o Exército no rumo constante da modernização doutrinária e tecnológica (MOURA, 1992).

Todos estes fatores foram significativos para o desempenho da tropa brasileira na Europa, uma vez que as inclinações pessoais de vários oficiais com posições centrais no Ministério da Guerra, EME, JBUSDC e por toda a cadeia de comando da expedição poderiam influenciar as relações com os Estados Unidos e os desenvolvimentos da organização da FEB, afetando, assim, a efetividade de combate brasileira.

Contudo, dada à complexidade de se organizar e embarcar uma única divisão e elementos de apoio da quantidade de 10.000 homens, as aspirações de comprometer um corpo de exército na Europa provaram-se além das capacidades do momento. As previsões de cooperação com a JBUSDC determinavam que os EUA deveriam fornecer o armamento e transporte naval, sendo tal dependência logística em relação aos recursos americanos o principal fator de impedimento para a organização das divisões subsequentes. Alguns chefes americanos, como o General Jonh Garesché Ord, presidente da JBUSDC, eram extremamente críticos em relação à maior cooperação, questionando o sentido do Brasil empregar suprimentos vitais dos Estados Unidos com o propósito de concretizar seus próprios objetivos nacionais (LEITÃO DE CARVALHO, 1952).

Tal indisposição levou o General Estevão Leitão de Carvalho a marcar uma reunião com o Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, o General George C. Marshall, a fim de garantir o fornecimento dos meios necessários para a composição da FEB. Este episódio, concomitante à renúncia de Góes Monteiro como Chefe do Estado-Maior, devido a problemas de saúde no final de 1943, foi, sem dúvida, o marco inicial para a efetiva participação do Brasil na guerra na Europa, enquanto Dutra, o Ministro da Guerra, ocasionalmente demonstrava minguada atenção para os problemas do General Mascarenhas e sua equipe de oficiais com indiferença eloquente. Finalmente, o Brasil conseguiu organizar e enviar para a Itália uma divisão de infantaria, um depósito de pessoal, um destacamento de enfermeiras, hospitais e várias outras unidades de apoio. No auge da presença brasileira na Itália, cerca de 26.000 homens estavam no Teatro de Operações (McCANN, 1995).

Apesar de seu valor de combate ser ainda desconhecido, estes homens foram entusiasmamente recebidos por Mark Clark, que, até o final de 1944, estava sendo extremamente pressionado pelos poucos recursos humanos alocados ao seu comando (CLARK, 1950). Esta necessidade não era se limitava à carência de forças terrestres, e, em outubro de 1944, um grupo de caça brasileiro equipado com aeronaves americanas P-47 também foi enviado para a Itália. Este grupo tinha passado dois anos submetido a treinamento intensivo, tanto para os pilotos quanto o pessoal de terra, e no momento da chegada na Itália, foi totalmente integrado na 12ª Força Aérea da USAAF, mais precisamente, como o 1ª *Brazilian Fighter Squadron* (1ª BFS), pertencente ao 350º Grupo de Caça, 62ª Esquadrilha, XXII Comando Aéreo Tático. O grupo de caça brasileiro atuou durante toda a campanha como um recurso verdadeiramente Aliado, passando pouco tempo em apoio aos seus compatriotas, e tendo como a sua principal tarefa escoltar os bombardeiros que atingiam a Áustria, norte da Itália e sul da Alemanha ou a realização de missões de busca e destruição sobre o Vale do Pó (MOREIRA LIMA, 1980).

A 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária foi criada em agosto de 1943, mas não lhe foi atribuída um comandante até dezembro do mesmo ano. Formada por conscritos e liderada por oficiais profissionais e da reserva, as praças da Divisão só tinham recebido treinamento básico, fazendo com que a efetividade desta grande unidade sofresse como um todo em função do treinamento coletivo bastante limitado que foi realizado no Exército Brasileiro de pré-guerra, ocasionando falta de prática e experiência em termos de trabalho do conjunto da Divisão como uma grande equipe. Os regimentos de infantaria da Divisão foram principalmente selecionados com base em seu prestígio dentro do Exército Brasileiro e com base na qualidade de seu pessoal, avaliada em perícias médicas preliminares. Como os homens oriundos das áreas mais próximas da linha do Equador tendiam a ter menor índices de saúde, a FEB foi predominantemente

composta por homens das partes do Sul e Sudeste do País, que tinham sido profundamente afetadas pelos hábitos alimentares melhorados introduzidos pela imigração europeia e asiática. Além do dilema médico de encontrar recrutas saudáveis, mais atrasos na organização da FEB foram ocasionados nas tentativas de encontrar recrutas devidamente instruídos e tecnicamente qualificados em uma sociedade que dava seus primeiros passos em direção à industrialização. Apesar destes atrasos, os critérios de seleção cuidadosamente estabelecidos garantiram que a FEB fosse finalmente completada como um contingente de material humano muito acima da média quando contrastado com o resto do Exército Brasileiro: se o seu treinamento militar era inadequado, os padrões de saúde e educação podem ser considerados satisfatórios, o que pode ser creditado para as áreas de conscrição escolhidas. Enquanto durante a guerra 71,7 % da população do Brasil vivia em áreas rurais, apenas 43,8% dos soldados da FEB e 25,5% dos cabos de Infantaria residiam em tais partes do país; assim, a origem predominante da Infantaria eram as áreas urbanas, cujas condições ofereciam um maior grau de escolaridade e padrões médicos (PAIVA GONÇALVES, 1951). Isto até mesmo teve reflexos na robustez dos praças, visto que, durante a campanha, o chefe da Intendência da FEB, Coronel Fernando Biosca, percebeu que o tamanho médio dos uniformes distribuídos no Brasil foi menor do que os tamanhos necessários para vestir os soldados (BIOSCA, 1950).

Diferentemente da maioria das praças, nem todos os oficiais brasileiros eram inexperientes. Muitos oficiais mais velhos tinham visto serviço ativo durante a década de 1920 e início dos anos 1930 e estavam acostumados a lutar contra as unidades irregulares do seu próprio país, em confrontos que haviam empregado uso frequente de Artilharia de campanha assim como o armamento padrão de Infantaria da época (McCANN, 2004). Na Itália, os oficiais brasileiros mais experientes podiam recorrer a esta vivência adquirida em várias ocasiões de combate, como a Revolução de 1924, a Revolução de 1932 e as ações típicas de guerra irregular conduzidas contra a coluna Miguel Costa-Prestes (ARRUDA, 1949). A maioria dos oficiais brasileiros estava confiante a respeito de sua sólida formação profissional obtida na Academia Militar e de que qualquer diferença de proficiência que pudesse existir entre o seu Exército e a maioria dos outros exércitos modernos seria predominantemente de natureza material. Como General Mascarenhas proclamou ao testemunhar uma barragem de artilharia durante uma visita preliminar para a Itália em 1944, no início: “Meu Deus! Esta é uma guerra de ricos!” (WALTERS, 1980).

A Divisão brasileira na Itália foi organizada de maneira idêntica à configuração triangular padrão das divisões de Infantaria do Exército dos Estados Unidos. Assim, ela compreendia três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões, um regimento de artilharia, um batalhão de engenharia de combate, um esquadrão de



reconhecimento e um batalhão de saúde. Ao contrário desta organização padronizada, havia, de início, um comando em separado para a brigada de Infantaria sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa, o único aspecto em que a divisão brasileira diferia de suas contrapartidas americanas (SAYEN, 2007). Posteriormente, mudanças nos Quadros e Tabelas de Organização específicos da FEB erradicaram o comando de Infantaria adicional e o General Zenóbio atuou como inspetor do treinamento dos três regimentos que compunham a DIE, e a supervisão dos cronogramas de instrução foi mantida sob a responsabilidade dos respectivos comandantes regimentais (BOLETIM REGIMENTAL, 1944a).

A fim de disseminar a doutrina militar americana, o Estado-Maior do Exército determinou que vários manuais técnicos e de campanha fossem traduzidos para o português. Grande parcela dos responsáveis por estas traduções foi composta por oficiais da ativa e da reserva no comando de pelotões de fuzileiros, que precisaram dividir seu tempo entre as tarefas de instrução e o trabalho de tradutores (ARRUDA, 1949).

Em função desta carência de recursos, atrasos consideráveis emperraram a distribuição dos manuais de “tradução de emergência” para a FEB. Por exemplo, as especificidades da companhia de fuzileiros de padrão americano só se tornaram amplamente conhecidas no seio do 1º Regimento de Infantaria quando os manuais relacionados foram recebidos em agosto de 1944, apenas um mês antes do embarque para a Itália. As companhias de fuzileiros do mesmo regimento tampouco receberam os manuais da carabina M1 até o mês de setembro, no momento do embarque (BOLETIM REGIMENTAL, 1944b).

Outras publicações essenciais, como o FM 7-10 - O Batalhão de Infantaria, não foram recebidas até janeiro de 1945, quando algumas de tais unidades brasileiras já se encontravam em ação há cinco meses (BOLETIM REGIMENTAL, 1945).

Embora algumas dezenas de maiores e coronéis brasileiros tivessem passado por cursos nos EUA durante 1943 e os primeiros meses de 1944, a maioria dos concludentes não foi designada para a FEB. Também é adequado considerar se tais oficiais, altamente cômicos de sua formação militar à francesa, estivessem dispostos a aceitar que precisassem de fato da renovação profissional oferecida pelos instrutores americanos. Assim, esta série de cursos, por si só, não foi suficiente para prover a FEB com um número satisfatório de oficiais que dominavam a doutrina e a organização americanas de forma a facilitar a transição de comando operacional quando da inserção em combate a partir de setembro de 1944 (ANNEX, [194-]).

Houve aspectos positivos no quesito organização durante as fases preliminares de existência da FEB. Entre dezembro de 1943 e março de 1944 as unidades designadas para a expedição foram reestruturadas de acordo com as Tabelas de Organização e Equipamento. Enquanto se mantiveram nas áreas de concentração

no Brasil, quantidades limitadas de Material Bélico, de Intendência e de Comunicações de origem americana foram recebidos de forma a promover um grau de familiarização com certos itens, como três baterias completas de obuseiros M2 de 105mm e alguns aparelhos receptores e transmissores. No entanto, pouquíssimos exemplares do armamento de Infantaria que seria empregado na Itália estavam disponíveis no Brasil antes do embarque, e a disponibilidade deste material tornou-se motivo de intenso debate. Os integrantes brasileiros da JBUSDC defendiam, de modo consistente, que os EUA deveriam fornecer armamento e equipamento em quantidade suficiente que permitisse mobilizar no padrão americano todas as divisões almejadas pelo Brasil nas fases preliminares de negociação (LEITÃO DE CARVALHO, 1952; MASCARENHAS DE MORAES, 1947; BRAYNER, 1968).

Entretanto, em função de mudanças no contexto estratégico e compromissos diversos do empenho logístico Aliado, os integrantes americanos da JBUSDC alegavam que apenas metade do material necessário para equipar uma única divisão completa estava prontamente disponível, uma porcentagem que foi aceita pelos brasileiros com contrariedade. Esta alocação limitada de material foi, assim, utilizada em uma base rotacional por diferentes unidades na medida em que elas progrediam pelo cronograma de instrução. O armamento recebido, como por exemplo as três baterias de obuseiros M2, permaneceram no Brasil depois do embarque do 1º Escalão para garantir o treinamento dos contingentes posteriores. O resultado disso é que a FEB chegou ao exterior desarmada, e, enquanto desembarcava, teve que ser suprida com armas, viaturas e outras necessidades materiais tanto novas quanto oriundas de salvado, provenientes da *Peninsular Base Section*, a grande central logística americana do Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Apesar de todas estas limitações referentes ao apoio logístico que a FEB precisava, a carência material não é argumento suficiente para explicar alguns dos problemas manifestados quando a divisão foi finalmente empregada em ação. Mantida em áreas de organização diferentes e desconectadas, a DIE só foi finalmente reunida no Rio de Janeiro em março de 1944, a fim de que se conduzisse a instrução preliminar ao embarque. O valor destas atividades foi seriamente comprometido pelo atraso em adaptar as unidades selecionadas à organização do Exército dos Estados Unidos, algo que poderia ter sido executado com adaptações a partir do material já empregado no Brasil – uma questão era a *organização e instrução*, outra, o recebimento do equipamento a ser utilizado em campanha.

Para atender à instrução específica de que se precisava, um centro de treinamento foi criado na Vila Militar: o CIE, Centro de Instrução Especializada, onde um núcleo de dezesseis técnicos vindos dos EUA, alguns dos quais fluentes em português, auxiliavam grupos de

graduados a se familiarizarem com as viaturas, armamento e material de transmissões que havia sido recebido em pequenas parcelas. Estes graduados brasileiros já devidamente instruídos, então passaram a servir por toda a FEB como difusores de conhecimento aprendido, procedimento que funcionou de maneira satisfatória, mesmo que tardio. Cada especialidade foi alocada a dois instrutores, de modo que, quando o 1º Escalão embarcou, um permaneceu no Brasil para continuar os trabalhos com os contingentes remanescentes (WOYTHALER, 2007).

Posteriormente, na Itália, este grupo de instrutores americanos, que consistiu de oficiais e graduados, formou o Destacamento de Ligação Brasileiro (ou BLD, *Brazilian Liaison Detachment*), responsável por averiguar a eficácia da assimilação da doutrina americana.

Infelizmente, muitas atividades de treinamento e instrução que independiam do suprimento material foram negligenciadas no Brasil, com subaproveitamento do tempo disponível. O preparo físico da tropa foi conduzido em padrões rígidos, provendo homogeneização das condições; e algumas qualificações técnicas indispensáveis, como cozinheiros, motoristas e operadores de rádio foram concluídas a contento. Contudo, tempo foi desperdiçado em preparativos sumários na construção de uma rede de corda para desembarque de navio e embarque em barcas de invasão, mesmo quando já estava claro que a FEB não seria empregada em operações anfíbias. O General Mascarenhas havia visitado o Teatro de Operações do Mediterrâneo em fins de 1943 e início de 1944, obtendo conhecimento das características topográficas da Itália em primeira mão, embora nenhuma medida tenha sido posta em prática para fornecer à tropa instrução sobre o combate em montanhas, algo que seria possível em função do terreno adequado existente em algumas áreas de concentração regimental no Brasil, como o Vale do Paraíba (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

Nenhuma instrução voltada para a aclimação com as intempéries que viriam a ser enfrentadas a partir do outono de 1944 foi ministrada, nem sobre como empregar corretamente o material de inverno – este só recebido na véspera das primeiras nevascas de dezembro de 1944. Versam lendas sobre o uso de palha e jornais nas galochas de inverno como medida eficaz para conter o pé-de-trincheira, que, entretanto, dizem mais sobre o moral alto da tropa do que sobre o correto domínio de técnicas preventivas: as estatísticas de saúde mostram como a incidência do pé-de-trincheira na FEB foi equivalente à das demais divisões do V Exército na Itália (CASTELLO BRANCO, 1960).

Semanas antes do embarque do 1º Escalão, o General Mascarenhas estava ciente de que a instrução da FEB ainda não estava completa. Em consequência disso e também como resultado das observações do Destacamento de Ligação Brasileiro, um estágio adicional de treinamento foi garantido uma vez que os diversos escalões da FEB fossem desembarcando no Teatro de

Operações, mesmo apesar da contrariedade com que alguns chefes brasileiros receberam tal notícia. Muitos a interpretaram como intrusiva ou como mácula à sua competência profissional, calcada na formação francesa do pré-guerra. Outros desdenhavam da capacidade americana de sobrepujar a competência militar alemã – sentimento sem relação com a germanofilia, mas seriamente ciente da validade da habilidade combatente do inimigo (ARRUDA, 1949; UDIHARA, 2002; SOARES, 1985).

Por outro lado, a oficialidade responsável pelo comando de subunidades e frações estava mais disposta a atualizar seus conhecimentos, necessidade que se tornava mais evidente de acordo com a maior proximidade com a enormidade de aspectos logísticos e operacionais com que se travava contato uma vez no Teatro de Operações. Tal percepção tendeu a aumentar depois da vastidão de recursos vistos na retaguarda do V Exército, algo entendido como indício de um conceito operacional que poderia debelar qualquer maestria tática posta em prática pelo inimigo (GONÇALVES, 2005).

## OS BRASILEIROS EMBARCAM PARA O ALÉM-MAR

A 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que compreendia cerca de 15.000 homens, foi enviada à Itália em dois escalões. O primeiro era formado pelo 6º Regimento de Infantaria (6º RI), um grupo de artilharia, uma companhia de saúde e um pelotão de reconhecimento. A decisão de enviar o 6º RI em primeiro lugar foi tomada segundo o consenso de que a unidade apresentava um grau mais avançado de apresto operacional. Na chegada à Itália, o 6º RI foi favorecido por fase adicional de instrução ministrada por integrantes veteranos do V Exército. De meados de julho até o final de agosto de 1944, a unidade recebeu instrução extra e alguns comandantes de pelotão selecionados passaram por um estágio intenso na *Leadership and Battle Training School*, situada nas proximidades da cidade de Caserta. Outros oficiais e graduados, com conhecimentos do idioma inglês, também estagiaram em plena linha de frente, tendo acompanhado ações de unidades como o 442º Regimento da 34ª Divisão de Infantaria, na tentativa de homogeneizar o preparo de todo o 1º Escalão da FEB (BONALUME, 1995).

Em outubro de 1944, a segunda grande parte da divisão, amalgamada no 2º e 3º Escalões de embarque e compreendendo o 1º e o 11º Regimentos de Infantaria chegou à Itália, e foi mantido o procedimento de enviar estagiários de pelotões e grupos de combate brasileiros para a linha de frente em períodos adicionais de instrução *on-the-job*, ao lado de frações americanas e brasileiras – estas últimas, já pondo em prática os conhecimentos adquiridos em combate (CASTELLO BRANCO, 1960).

Entretanto, o 1º e o 11º Regimentos de Infantaria só dispuseram de duas semanas de instrução adicional no Teatro de Operações, pouco mais do que o mínimo

suficiente para adequar os homens no uso do armamento americano recentemente recebido. Lacunas e omissões ocorreram, e, em um caso, todo um batalhão do 1º RI foi enviado ao front sem que os fuzileiros-atiradores tivessem efetuado um único disparo com uma arma essencial da Infantaria, o fuzil-metralhadora *Browning* modelo 1918 A2 (TRAINING, [194-]).

Sem dúvida, uma falha preponderante da organização da FEB foi a inexistência de familiaridade com o armamento. A cada escalão que desembarcava na Itália repetiu-se a cena do General Mascarenhas de Moraes percorrendo os depósitos de Material Bélico do Teatro de Operações na tentativa de requisitar o armamento de Infantaria necessário para seus homens. O General Mascarenhas esperava que tal questão primordial fosse tratada com a máxima rapidez pela logística americana, mas frustrou-se com a burocracia que atrasou o recebimento de armas em várias semanas. O General Mascarenhas teve razões adicionais para aumentar sua insatisfação quando soube que a FEB não receberia o fuzil M1 *Garand*, de dotação normal das unidades americanas, e, no lugar deste fuzil automático, testemunhou seus homens recebendo os fuzis *Springfield* modelo 1903, operados a ferrolho. O modelo 1903 existia em abundância nos depósitos da PBS, enquanto as quantidades de M1 eram baixas, especialmente em função das crescentes necessidades do emprego deste armamento em outros teatros de operação e do embarque de várias divisões de Infantaria que partiam dos EUA para o Pacífico e a Europa (MASCARENHAS DE MORAES, 1944).

Houve, neste momento, um grave choque cultural entre as expectativas dos brasileiros e a recepção dos americanos para a FEB. Tendo atravessado tribulações, sacrifícios e assumido o compromisso de enviar contingente de combate para o além-mar e, sobretudo, colocando-se voluntariamente sob o comando Aliado, em vez de um tratamento cerimonioso, a FEB se encontrava à mercê da cadeia de suprimentos ordinária e sobrecarregada do Teatro de Operações da Itália.

A constatação de que a presença brasileira na Itália seria uma peça de um conjunto infinitamente maior foi um contraste de expectativas agudo, que se antecedeu a outros choques ainda por vir. Nas fases iniciais de contato, assomava a dúvida a respeito da validade do esforço empreendido pelos brasileiros frente ao fardo que a FEB aparentava ser para a logística do Teatro de Operações, pondo em questão a própria razão de ser da contribuição para a guerra.

De acordo com ordens regimentais datadas de 8 de novembro de 1944, o pessoal do 2º e 3º Escalões recebeu instrução sobre o fuzil *Springfield* 1903 pouco antes do empenho em combate, em período concomitante com os últimos ajustes organizacionais na alocação de fuzis-metralhadora e metralhadoras leves de acordo com a doutrina recém-adotada. No entanto, tratava-se de outra questão garantir se a instrução adequada para o bom emprego deste armamento seria

consumada em tempo hábil. Outra observação constante em relatório brasileiro elaborado neste mesmo momento demonstrava preocupação também com a proficiência em competências elementares como esgrima com baioneta, precisão do tiro das armas individuais, assalto com pelotão de fuzileiros e o emprego de granadas de mão – habilidades que se provariam indispensáveis nas semanas seguintes ao deslocamento para o *front* (1º REGIMENTO..., 1944).

Vale a pergunta: a falta de prática com essas qualificações básicas no seio da FEB teria realmente sido causada pela transição doutrinária do sistema francês para o americano?

No lugar de problemas intrínsecos às doutrinas francesa ou americana, a falha residia na insuficiente disseminação do conhecimento profissional no Exército de antes da guerra, que não inculcou noções tão básicas como o cuidado com o armamento individual. Tanto relatórios brasileiros quanto os produzidos pelo BLD indicam que a FEB foi conduzida à Itália com gritantes deficiências de treinamento básico, algo que a Missão Francesa deveria ter solucionado até mesmo décadas antes que se deflagra-se a Segunda Guerra Mundial.

Na prática, isto não ocorreu e a instrução francesa teve um papel mais cosmético do que eficaz, mesmo se alta reputação lhe fosse conferida no período entre as duas guerras mundiais, algo causado por uma peculiar característica cultural que imputa grande importância a melhorias aparentes quando, na verdade, elas são despidas de substância.

Da parte do General Mascarenhas, Coronel Lima Brayner e Tenente Coronel Humberto Alencar Castello Branco houve muita menção às diferenças entre a organização militar americana e a francesa, mas nenhuma comparação de *como elas eram diferentes* de fato – se tanto. Na verdade, havia várias semelhanças: tanto os pelotões de fuzileiros de modelo francês tais quais adotados pelo Brasil quanto os americanos do tipo empregado na Itália tinham três grupos de combate, cada um armado com um fuzil-metralhadora, proporção que os americanos haviam copiado da França. Os morteiros de 60 e 81mm, ambos usados na Itália, eram também presentes na doutrina francesa e entre várias outras semelhanças, a organização das próprias seções de comando dos batalhões americanos havia sido calcada no modelo francês. Havia algumas diferenças significativas: as metralhadoras pesadas, por exemplo, eram empregadas pela doutrina dos Estados Unidos como apoio para ações ofensivas, enquanto os brasileiros, de acordo com o ensinamento francês, as utilizavam primordialmente para barragens defensivas. Certamente, havia diferenças conceituais de grande escala importantes, como a falta de familiaridade da doutrina francesa com os princípios de combinação das armas, embora isto não tivesse efeito nas noções doutrinárias bem mais simples que deveriam ser cumpridas na Itália, envolvendo pelotões, companhias e batalhões nos níveis táticos mais elementares.

## PRIMEIRAS MISSÕES DE COMBATE

O 6º Regimento de Infantaria foi a primeira unidade brasileira a estrear em combate em setembro de 1944, gradualmente empenhada desde setores menos intensos na *front* do rio Arno, em missões de patrulha e golpes-de-mão contra posições inimigas no efetivo de pelotão. Depois de várias ações de combate de pelotões e companhias, todas bem sucedidas, o 6º RI foi comprometido no vale do rio Serchio e se engajou em missões de combate cada vez mais difíceis. Graças aos estágios na escola de Caserta, aos períodos passados no treinamento *on-the-job* junto a unidades americanas, e, especialmente, à longa fase de instrução “no Teatro” recebida após o desembarque em Nápoles, o 6º RI demonstrou desempenho excelente neste setor secundário da frente do IV Corpo de Exército americano. Contudo, a experiência ganha nestas operações não extrapolou a dimensão tática, uma vez que nenhuma ação com efetivo superior ao batalhão de Infantaria foi empreendida (BONALUME, 1995).

No primeiro instante em que toda a divisão brasileira se encontrava reunida na Itália, apenas um de seus três regimentos tinha passado pelo teste do combate real contra o inimigo. No início de novembro de 1944, e apesar do fato de que dois dos três regimentos haviam recebido apenas parcialmente o treinamento suplementar que tanto beneficiou o 6º RI, a divisão completa foi roçada para o vale do rio Arno, setor de intensa atividade e operações ofensivas conduzidas na tentativa de romper a linha de inverno e alcançar a cidade de Bolonha antes do fim de 1944.

Na chegada a este setor, o 6º RI foi cedido à *Task Force 45* (TF 45), um componente tático poliglota e multinacional de artilheiros antiaéreos britânicos e americanos que foram readaptados para combater como soldados de Infantaria, guerrilheiros italianos e homens da segregada 92ª Divisão de Infantaria do Exército dos Estados Unidos. No dia 18 de novembro, o IV Corpo emitiu a Instrução de Operações Número 68, que designava a TF 45 à missão de negar a “crista Monte Belvedere ao inimigo, capturar e manter as áreas de Monte Castello – Monte della Torracina – Monte Terminale.”

Durante três dias consecutivos, a *Task Force 45* atacou essas cristas e em cada uma dessas ocasiões o 3º Batalhão do 6º RI (3º/6ºRI) recebeu a missão de capturar Monte Castello. No primeiro dia, 24 de novembro de 1944, o 435º Batalhão de Artilharia Antiaérea (EUA) teve sucesso na conquista de Querciola e Corona pelo fim da tarde, mas o 370º Regimento da 92ª Divisão foi detido em seu avanço pela resistência alemã. Por volta do meio dia, essa falta de segurança no flanco fez com que o 3º/6º RI retornasse à linha de partida para se reorganizar. À meia-noite, os alemães desferiram um contra-ataque que “foi desarticulado por fogo de armas individuais e carros de combate.”

No dia seguinte, 25 de novembro, o 235º

Batalhão Antiaéreo conseguiu alcançar o cume de Monte Belvedere, mas, novamente, o 370º Regimento de Infantaria foi detido por fogo de morteiros e armas leves, e o 6º RI encontrou dura resistência de armas leves, morteiros, ninhos de metralhadora e canhões de assalto sobre lagartas durante o avanço contra Monte Castello. Ao cair da noite, as crescentes baixas brasileiras causaram mais uma retirada para a linha de alturas ao sul do objetivo do ataque. No dia 26 de novembro um derradeiro ataque foi cancelado tão logo as unidades empenhadas cruzaram a linha de partida. Na noite do dia 28 de novembro, o alemão desferiu um contra-ataque no efetivo de batalhão contra o 435º Batalhão americano, empregando três carros de combate *Mark IV* e um canhão de assalto. O inimigo conseguiu sucesso nesta ação, e deslocou as baterias C e D do 435º Batalhão de suas posições, enquanto três blindados M4 americanos foram postos fora de combate por *Panzerfausts* pela infantaria alemã atacante, que infiltrou as posições com notável habilidade, forçando as baterias B, C e D de volta para as suas linhas de partida do dia 24 de novembro. O 2º Batalhão do 370º Regimento americano conseguiu manter suas posições.

Durante todas essas operações, grupos de guerrilheiros italianos lutaram lado a lado com tropa brasileira, britânica e americana. Desde seu início, a TF 45 foi treinada por experientes instrutores de Infantaria do Exército dos Estados Unidos, que permaneceram com esta força-tarefa por seis semanas. O IV Corpo também forneceu à TF 45 um oficial especializado em Governo Militar, um médico cirurgião, um oficial intérprete de fotografias aéreas, um oficial de engenharia e um especialista em interrogatório de prisioneiros de guerra. O Estado-Maior da TF45 também contava com dois oficiais subalternos especializados em trabalho de inteligência e um capitão que assessorava nas necessidades de Artilharia de Campanha.

Quando a força-tarefa foi desmembrada em janeiro de 1945, o oficial comandante do IV Corpo de Exército, o General Willis D. Crittenger, estava satisfeito com seu desempenho em ação, embora houvesse diferenças de opinião sobre a efetividade de combate da decisão de inserir as unidades de guerrilheiros italianos atuando como Infantaria. Estas tendiam a romper a formação e retroceder quando encontravam artilharia e fogo concentrado de armas automáticas. As unidades da guerrilha estavam sob o controle da OSS, um forte defensor de seu emprego, que as manteve sob seu controle tático e logístico durante todo o inverno nos Apeninos. Sua presença na TF45 foi, portanto, uma exceção à regra, uma vez que suas ações mais corriqueiras tendiam a compreender patrulhas de reconhecimento e ações de guerrilha na retaguarda alemã (HISTORY..., 1945).

Na manhã do dia 27 de novembro, o 6º RI voltou à sua grande unidade de origem e, após sucessivos protestos do General Mascarenhas, foi decidido pelo IV Corpo que as tentativas subsequentes de romper as fortificações alemãs



naquele setor fossem de responsabilidade exclusiva da 1ª DIE. Este desenvolvimento foi um avanço importante logrado pelo General Mascarenhas, que, desde o começo da campanha, insistia para que sua divisão não fosse empregada de forma fragmentada (HISTORY..., 1945).

No dia 29 de novembro, com o Monte Belvedere de volta às mãos do inimigo desde a noite anterior, uma força que combinava três batalhões dos neófitos 1º e 11º Regimentos de Infantaria desferiu um ataque frontal sem sucesso contra Monte Castello. O fogo direto e de enfiada proveniente do Castello e de adjacências causaram 190 baixas na tropa atacante. No dia 12 de dezembro o General Mascarenhas decidiu empreender outra operação de ataque frontal, desta vez tentando a surpresa, com mínimo apoio de Artilharia, apesar do inimigo já se encontrar de sobreaviso, já esperando inciativas ofensivas Aliadas contra o Monte Castello, devido às recentes ações naquele setor. A decisão de atacar frontalmente não pode per se ser julgada equivocada, tal qual feito por críticos no pós-guerra: o ataque direto e frontal a fortificações montanhosas provou-se imprescindível em várias fases da Campanha da Itália, dada a impossibilidade de flanquear e infiltrar as fortificações inimigas (GOODERSON, 2008). O último ataque brasileiro de 1944 ao Monte Castello teve o saldo de 140 mortos, feridos e desaparecidos (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

A dificuldade intrínseca de operar contra as fortificações alemãs deflagrou crise entre o alto escalão de comando da DIE, que, nos dias finais de 1944, procurou encontrar soluções, razões e origens da falta de sucesso em seus ataques contra Monte Castello. O escrutínio das operações de novembro e dezembro de 1944 revelou que, dada à solidez das defesas de Monte Castello, a elevação só seria conquistada depois da queda do Monte Belvedere, que oferecia campo de tiro sobre qualquer tropa atacante que utilizasse a baixada de Guanella como base de partida. Depois que esta falha conceitual das primeiras operações contra Monte Castello foi exposta, procurou-se aperfeiçoar a sincronização entre o apoio de fogo dos batalhões e seu avanço, além de serem detectadas também as estimativas até então conservadoras a respeito do verdadeiro efetivo e densidade das fortificações do objetivo brasileiro. Os insucessos de novembro e dezembro de 1944 foram por muito tempo creditados à ineficácia do comando brasileiro, quando, talvez, deveriam ser mais corretamente encontrados na eficácia dos métodos defensivos dos alemães (WAACK, 1985).

Depois do ataque de 12 de dezembro, Mascarenhas realizou uma conferência com o General Crittenberger, que lhe perguntou se sua divisão seria de fato capaz de ação ofensiva. Depois desta reunião, o General Mascarenhas considerou passar o comando da DIE ao General Zenóbio da Costa e retornar ao Brasil, mas foi convencido do contrário por seus oficiais do Estado-Maior divisionário (BRAYNER, 1968).

Novamente, os eventuais problemas identificados nas operações dos meses finais de 1944

não podem entrar na conta da suposta falta de solidez da doutrina militar francesa: tivesse sido incorporada homogeneamente, a transição para os princípios organizacionais americanos teria sido executada de forma bem mais suave. Alguns princípios constantes da doutrina francesa, como a coordenação entre Infantaria na progressão com barragens de Artilharia durante as fases de assalto a fortificações não foram aplicadas nas situações táticas apresentadas, em especial no dia 12 de dezembro. Como foi mencionado anteriormente, o Tenente-Coronel Castello Branco (G3 da DIE) responsabilizou a doutrina do pré-guerra, mas, em essência, os princípios franceses de ataques contra fortificações não foram diferentes das abordagens que se mostraram de valor na operação final e decisiva contra Monte Castello em fevereiro de 1945: o *Plano Encore*, que contou com fogo de Artilharia concentrado e contínuo com a finalidade de atarantar os defensores inimigos e possibilitar o avanço da Infantaria, a partir de então apta a aniquilar seus pontos fortes. Cabe uma dúvida: a opção pelo ataque frontal nas operações preliminares teria sido de fato motivada pela impossibilidade de manobrar no terreno, ou seria então um legado das campanhas conduzidas no Brasil, que haviam consistido de verdadeiras experiências formativas para vários dos oficiais superiores da FEB. A este tipo de questionamento a história não pode dar resposta, para não cair no risco da especulação.

É certo que a importância da resistência alemã em Monte Castello não pode ser desprezada: com muito conhecimento e experiência adquiridos em mais de um ano de combates na Itália, as forças alemãs naquele país fizeram uso muito proveitoso tanto do terreno quanto de suas posições fortificadas erigidas no ano de 1943 pela Organização Todt, perfeitamente capazes de suportar a superioridade numérica da Infantaria Aliada. Ao contrário do que se costuma apregoar, era alta a qualidade da 232ª Divisão de Infantaria, responsável pelo setor de Monte Castello: embora recém criada e treinada em Wildflecken em julho de 1944, cerca de 90% de seu efetivo tinha experiência de combate na Rússia, e, embora fatigados por anos sucessivos de combate, possuíam pleno domínio de como operar de forma eficaz e letal com suas MG-42 e os obuseiros de montanha de 75mm, encastelados com segurança na profundidade de seus abrigos fortificados (BOUCSEIN, 2000).

Deve ser deixado explícito o valor do moral que grassava por toda a tropa da FEB e em especial da DIE: embora cientes de suas limitações de treinamento, o contingente expedicionário jamais demonstrou indício de colapso em sua disposição para o combate, algo que ficava bastante evidente na maneira orgulhosa em que o soldado brasileiro ostentava o distintivo da “cobra fumando”. As subunidades mantiveram-se coesas por todo o inverno e, se as relações entre brasileiros e americanos mostraram-se complicadas nos escalões superiores, houve vários resultados positivos da interação entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. Combater no mesmo campo

de batalha, contra o mesmo inimigo incentivou um grau maior de compreensão entre as duas nacionalidades nem mesmo superado por todos os esforços da política de boa vizinhança do governo Roosevelt. A tropa brasileira foi favoravelmente impressionada pela natureza democrática das relações pessoais entre os americanos de diferentes posições hierárquicas e estes tiraram lições da maneira em que a FEB combatia sem qualquer sinal de segregação racial.

## **TREINAMENTO ADICIONAL NO TEATRO DE OPERAÇÕES**

O impasse do inverno de 1944-45 testemunhou os soldados brasileiros tendo que lidar com condições abaixo de zero que eram desconhecidas para a maioria dos combatentes da divisão, porém, a cessação das ações ofensivas nesta fase possibilitou que o comando da divisão refletisse sobre sua experiência nas operações desde a partida do Brasil. Após as operações de fins de 1944, o relutantemente aceito consenso sobre a inadequação do treinamento do contingente da FEB suscitou consciência sobre a necessidade absoluta de treinamento e instrução em uma série de técnicas e procedimentos. O Coronel Brayner, chefe do Estado-Maior divisionário, mostrou-se menos inclinado a aceitar aquilo que ele considerava “intromissão dos americanos” em sua área de competência (BRAYNER, 1968). Em meados de janeiro de 1945, o BLD ajudou a formular um novo cronograma de instrução que deveria ser ministrado aos brasileiros antes da nova fase de operações ofensivas que se seguiria ao degelo previsto para o mês seguinte. No dia 13 de janeiro de 1945, o QG do IV Corpo emitiu uma diretriz recomendando a preparação de um programa de instrução que pudesse ser conduzido de modo concomitante ao contexto tático de “defesa agressiva” e de patrulhamento agressivo em que a divisão brasileira se encontrava. Sem dúvida, àquela altura já havia milhares de homens experientes na divisão brasileira, mas o pessoal do BLD acreditava que o refinamento de algumas qualificações ainda seria desejável. Estes mesmos integrantes do BLD também já haviam percebido que os brasileiros não gostavam de ouvir um americano pontificando sobre como deveria ser seu comportamento em combate, e alguma maneira de contornar este potencial constrangimento deveria ser encontrada. Por fim, isto foi feito com um oficial e praças selecionados de cada um dos batalhões empenhados em difundir as habilidades específicas em curto prazo no seio de suas subunidades de origem. O cronograma incluía alguns assuntos básicos, juntamente a problemas táticos típicos de frações e prática de tiro.

As recomendações foram devidamente assimiladas pela FEB. No dia 26 de janeiro de 1945, o General Zenóbio da Costa emitiu a Diretriz Especial de Treinamento I, que continha uma série de observações e advertências que pretendiam fazer com que se evitassem

“procedimentos que ocorriam em detrimento da eficácia de nossas tropas envolvidas em combate” (1ª DIVISÃO, [194-]a).

Esta diretriz criticava alguns procedimentos anteriormente observados que ignoravam princípios doutrinários centrais como a segurança em zona de combate, medidas ofensivas e defensivas, e adicionalmente iluminava os problemas prévios de instrução inadequada, enumerando questões relacionadas à motivação das frações e apontando, por fim “lamentável negligência” nos níveis de comando de batalhões e companhias (1ª DIVISÃO, [194-]a). Em nenhum momento, entretanto, o documento cita o próprio comando da Infantaria Divisionária como protagonista do processo de saneamento das deficiências de instrução. Esta primeira diretriz, emitida somente no fim do mês de janeiro, soa indicativa do distanciamento do próprio comandante da Infantaria Divisionária em relação aos programas de instrução conduzidos nos meses preliminares.

Apesar das críticas contidas na diretriz do General Zenóbio, vários relatórios, entrevistas e memórias publicadas pelos oficiais que combateram nas ações iniciais da FEB sugerem que, no momento de seu teste inicial sob fogo na Itália, as frações e subunidades tinham condições de apresentar desempenho agressivo em combate. O conhecimento profissional e habilidades exigidas dos oficiais subalternos da FEB não eram significativamente diferentes daqueles cultivados pelos líderes em posições equivalentes nas demais forças em atuação na Itália.

Estes mesmos oficiais subalternos admitiam abertamente que em operações de maior escala havia falta de coesão, que atribuíam à falta de preparo para tais situações no período entre guerras (ARRUDA, 1949; UDIHARA, 2002; GONÇALVES, 2005). Além disso, em função da drástica fase antecedente à consolidação da instrução francesa, ainda ecoava a crença na doutrina como uma constante imutável. Embora a percepção sobre a mutabilidade intrínseca à doutrina viesse a se tornar amplamente vigente na FEB, a estagnação de ideias ainda era ocasionada pela deferência excessiva ao aprendizado nos bancos acadêmicos do entre guerras. Em alguns casos, as recomendações provenientes do BLD eram tidas como equivalente ao desrespeito pelo conhecimento profissional brasileiro. Por exemplo, no Depósito de Pessoal órgão responsável pelo treinamento dos homens que deveriam preencher as baixas de combate, o coronel SI (Seção de Pessoal) recusava-se a aceitar sugestões sobre como proceder com os trabalhos, vindas de oficiais americanos que exerciam exatamente a mesma função nos depósitos americanos do Teatro de Operações. De acordo com um dos relatórios do BLD, o coronel brasileiro não acreditava ser necessário que ele visitasse os depósitos americanos a fim de se inteirar dos procedimentos e necessidades de sua própria função. Esse oficial se limitava a afirmar que ele “entendia os sistemas em uso”, mas, assim que o Depósito de Pessoal começou a funcionar, os problemas com a seção de SI se revelaram. Este problema só foi

superado com a intercessão do Comandante do Depósito de Pessoal, Coronel Parreiras, que o BLD considerava um dos oficiais mais cooperativos e compreensivos.

Em relatos de veteranos, há menções à descoordenação entre Artilharia e Infantaria nos primeiros combates de monta enfrentados pela FEB, nos meses de novembro e dezembro de 1944.

Após a virada do ano, o General Mascarenhas passou a se relacionar diretamente com os chefes de cada seção de seu Estado-Maior, prescindindo do intermédio do chefe daquele órgão, o Coronel Lima Brayner. Ao mesmo tempo, a instrução emergencial ministrada no início de 1945 começou a ressoar, sanando os problemas que haviam sido identificados em fins de 1944. A instrução se direcionou para técnicas mais aprimoradas, como combate noturno, assalto a fortificações e infiltrações. O jogo de gato e rato do patrulhamento constante também serviu para aguçar ainda mais o futuro comportamento tático da divisão, uma vez que cada companhia deveria enviar duas patrulhas a cada dia.

Se os problemas da proficiência em combate só foram resolvidos após as fases extraordinárias de treinamento e de adequação ao combate, o andamento dos fatores logísticos na retaguarda da expedição provou ter sido organizados de maneira bastante satisfatória. Os Aliados e em particular os Estados Unidos sofreram bastante durante o inverno de 1944-45 devido à dificuldade de reforçar suas veteranas divisões de Infantaria com substitutos aptos a se integrar nas fileiras das unidades com experiência prática, o que ocorria em detrimento dos padrões de efetividade. Em oposição a esta situação, o sistema adotado pelo Depósito de Pessoal da FEB, motivado por acendrado senso de unidade dado a condição específica da tropa brasileira na Itália, foi capaz de prover mais de 3.900 homens bem treinados para completar os claros nas subunidades e frações de fuzileiros. Ao contrário desta situação, a sistemática americana de alocação de substitutos rompia com o senso de espírito de corpo das divisões de Infantaria, já que não existiam depósitos específicos para cada divisão. No inverno, a divisão brasileira foi capaz de se reorganizar, aperfeiçoar seu treinamento e receber reforços de maneira a completar as baixas, uma vez que os escalões remanescentes da totalidade da FEB passaram a conduzir os homens para o recompletamento a partir de novembro de 1944.

Com a divisão finalmente reunida no bimestre final de 1944, o suprimento de rações adequadas ao gosto brasileiro foi efetuado sem interrupções, com os transportes da Marinha de Guerra que conduziam os víveres ao QG do Depósito de Intendência da FEB, situado na cidade portuária de Livorno. Deste ponto, as rações eram enviadas às unidades combatentes e adicionadas às rações americanas, para o contentamento dos homens engajados na linha de frente. O Depósito de Intendência também estava encarregado do trabalho de salvado de uniformes e da confecção de capas de camuflagem para

neve com tecidos comprados no próprio Teatro de Operações.

A primavera de 1945 via os brasileiros prontos e capacitados para uma sucessão de operações ofensivas ao longo da frente do V Exército, e a chegada da 10ª Divisão de Montanha dos EUA para aquele Teatro de Operações foi um fator de impulso moral no setor do vale do Reno. Ao final de fevereiro, durante a *Operação Encore*, brasileiros e americanos finalmente conquistaram as cristas que tantas dificuldades causaram no ano precedente, e a conquista das elevações adjacentes que ofereciam fogo de enfiada contra a tropa Aliada também foi consolidado antes do final da operação. Nesta ocasião, o trabalho de Inteligência mostrara-se apto a precisar os efetivos e as coordenadas das posições alemãs, graças ao trabalho da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação que era orgânica à DIE, além de informações colhidas em patrulhas, com guerrilheiros e civis.

Estas operações também puderam se beneficiar de preparações de Artilharia bem mais pesadas, juntamente a um limitado apoio ar-terra da parte do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira. Entretanto, os caças-bombardeiros eram primordialmente empregados contra as linhas da cadeia logística do inimigo, alvos de oportunidade e posições de artilharia do que contra as bem construídas e profundas fortificações ocupadas pela infantaria alemã: naquele setor do IV Corpo, o apoio aéreo não bastou, e tanto a 1ª DIE quanto a 10ª Divisão de Montanha só expulsaram o inimigo de suas posições com o emprego do armamento dos pelotões e grupos e combate.

Após a captura dos redutos alemães em fevereiro e março de 1945, o aprimoramento do poder de combate da divisão brasileira foi continuado imediatamente nas linhas de frente, com os homens sendo empenhados em programas de instrução desde que não estivessem em posição ou em missão de patrulha.

A análise dos relatórios de combate revela que a doutrina americana era comumente empregada juntamente a alguns conceitos franceses, como a prática de remover os homens munidos de lançadores de granadas (“granadeiro” era uma qualificação de Infante no tempo da guerra) e alocá-los a grupamentos comandados por um graduado e especialmente constituídos para garantir a segurança da retaguarda dos pelotões na progressão. Ao mesmo tempo, a própria tropa brasileira promovia alterações na doutrina, na medida em que percebia necessidades que surgiam no calor do combate: as técnicas de Infantaria eram, por natureza constantemente evolutivas, e a consciência da necessidade da flexibilidade organizacional foi demonstrada, por exemplo, pela prática de isolar os granadeiros de seus grupos de combate sem prejudicar seu poder de fogo, já que outra mudança importante introduzida nos regimentos de Infantaria da FEB foi a inclusão de equipes adicionais de fuzileiros-metralhadores e lançadores de granadas nas companhias de fuzileiros, algo que se mostrou necessário

dada a robustez dos redutos fortificados alemães. Assim, a doutrina empregada pela FEB na Itália não foi necessariamente americana nem francesa: foi híbrida, valendo-se de soluções e princípios tanto provenientes dos dois países quanto encontradas no curso dos acontecimentos (REGIMENTO SAMPAIO, [194-]).

Inovações similares foram criadas por unidades americanas na floresta de Huertgen, no noroeste da Europa, para lidar com o inimigo entrincheirado em florestas densas, recobrimdo topografia acidentada. Unidades sob o comando americano na Itália, incluindo a FEB, puderam também se aproveitar da rápida disseminação dessas lições de um Teatro de Operações para outro no início de 1945, por meio de publicações específicas voltadas para a disseminação de lições aprendidas. Outro exemplo do aprendizado entre Teatros de Operação foi a transferência de informações entre o sul da França e a Itália, com importante aprendizado repassado sobre as evoluções das minas terrestres alemãs (9º BATALHÃO DE ENGENHARIA, 1945).

Com sua efetividade de combate ascendendo de forma amplamente notável a partir de fins de 1944 a divisão brasileira desempenhou ativo papel na ofensiva final Aliada de abril de 1945, conquistando a cidade de Montese e elevações ao redor sob o mais pesado bombardeio registrado em toda a frente do IV Corpo de Exército. A DIE também atuou na bem sucedida fase de perseguição ao inimigo que se retirou para o vale do Pó, apreendendo vasta quantidade de prisioneiros de guerra alemães e da República Social Italiana e bloqueando suas rotas de fuga para o norte. Não se deve pensar que o fim da guerra foi fácil: as baixas da FEB e de todo o V Exército registradas em abril de 1945 são equiparáveis às das fases dos mais intensos combates de 1944 (STARR, 1948).

## CONCLUSÃO

Apesar do consenso historiográfico, os problemas da FEB não se deveram primordialmente à transição doutrinária, mas à falta de treinamento e instrução militar sólidas que tinha suas origens em momento bem anterior ao embarque para o exterior. Esses problemas eram estruturais, e não conjunturais, meramente relacionados à familiarização com o armamento e material americanos. A constatação é que, em alguns contextos, a carência material não pode ser invariavelmente considerada como o maior fator de obstrução da manutenção de alto grau de operacionalidade de uma força, uma vez que muito do material já utilizado no Brasil, embora datado, poderia ter perfeitamente sido empregado no preparo da FEB e em especial na garantia da operacionalidade do Exército de tempo de paz.

Estes problemas finalmente começaram a ser resolvidos com a aquisição de experiência de combate e com o treinamento intensificado praticado mesmo nos momentos em que a divisão se encontrava em linha, pelo

sistema de rodízio. A FEB não aprendeu a combater da estaca zero, mas precisou resgatar e adaptar conhecimento já inculcado, algo particularmente observado nos capitães aperfeiçoados e nos comandantes de pelotões e baterias de formação mais recente. A maioria das praças da FEB já contava com ao menos um ano de serviço militar, e parcela também considerável já se encontrava no Exército desde 1942, devido à mobilização e reconvocação das classes de conscritos de 1919, 1920 e 1921. Não havia nenhuma razão relacionada com transição doutrinária para que se verificassem as limitações de instrução básica na Itália, algo que estava bem mais ligado a décadas de deplorável negligência dos programas de treinamento e instrução no período entre guerras.

Os assessores do BLD tiveram um papel preponderante na detecção de tais lacunas, tendo emitido recomendações que, após alcançarem os escalões superiores do IV Corpo e do V Exército, retornaram ao comando da expedição brasileira, na forma de um programa de instrução cuidadosamente talhado para compensar os problemas específicos da FEB. Isso fez com que a DIE só alcançasse seu grau máximo de efetividade a partir de fevereiro de 1945, após cerca de cinco meses desde as primeiras ações do 6º RI no vale do Arno. A *Operação Encore* foi, sem dúvida, o ponto de virada em que a FEB escalou incessantemente a curva do aprendizado em combate.

Mas, como afirmado ao início deste texto, a efetividade militar não é corretamente avaliada somente pela vitória em ações de combate. Em alguns aspectos da organização da expedição, o Exército Brasileiro demonstrou alto grau de aproveitamento nas tarefas necessárias para a boa condução de um projeto estratégico que possuía muito mais dimensões do que apenas o bom desempenho em combate. A escola militar da França enfatizava os aspectos logísticos da condução das operações, e, neste quesito, nenhum problema se manifestou. O suprimento de rações, material de acampamento, fardamento e equipamento individual ocorreu a contento durante toda a campanha.

O aspecto mais positivo envolvendo a história da FEB está, sem dúvida, no competente processo de mobilização e seleção de pessoal: para um país ainda não industrializado, não completamente integrado e com deficiências de comunicação entre as principais cidades e capitais, o Exército Brasileiro foi capaz de compor sua força expedicionária com a nata dos conscritos, algo que, sem dúvida, foi primordial no aprendizado e desempenho em combate.

A efetividade militar, portanto, precisa ser avaliada dentre uma diversidade de variáveis, nem sempre óbvias nos momentos em que o combate aparenta ser a preocupação mais emergencial.



## REFERÊNCIAS

1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA. 3º seção. **Nota de Instrução No 1.** [S.l.], [194-]a. Nota localizada no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Rio de Janeiro, Vila Militar.

\_\_\_\_\_. **Nota de Instrução No. 8.** [S.l.], [194-]b. Nota localizada no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Rio de Janeiro, Vila Militar.

1º REGIMENTO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA. **Nota de Instrução No. 6: instrução de tiro.** Acampamento em San Rossore, 8 (oito) de Novembro de 1944. Do Major S/3 Aos Srs. Cmts. de Btls. e O.R., Rio de Janeiro, Vila Militar, 1944. Nota localizada no Arquivo do 1.º Regimento de Infantaria.

6º REGIMENTO DE INFANTARIA. 3º Seção. **Relatório das Atividades do Regimento:** Campanha da Itália, 1944-1945. São Paulo, [194-]. Localizado na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de São Paulo.

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA. **PC em Cavanna, 27 de fevereiro de 1945.** [S.l.], 1945. Localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Vila Militar, Rio de Janeiro.

ANNEX G-3/8 A. Brazilian Artillery Officers Trained in the United States. [S.l.], [194-]. Located at WO 204 5601, National Archives, Kew Gardens.

ARRUDA, D. C. (Org.). **Depoimento dos Oficiais da Reserva Sobre a FEB.** São Paulo: IPÊ, 1949.

BIOSCA, F. L. **A Intendência no Teatro de Operações da Itália.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

BOLETIM ESPECIAL DO EXÉRCITO, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1946.

BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #88, 17-IV-1944a. OB. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria. Rio de Janeiro, Vila Militar.

BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #205, de 04/IX/1944b. SRS. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria.

BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #10, de 22-I-1945. OB. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria. Rio de Janeiro, Vila Militar.

BONALUME NETO, R. **A Nossa Segunda Guerra.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BOUCSEIN, H. **Bomber, Jabos, Partisanen. Die 232. Infanterie-Division 1944/45 in Italien.** Postdam: Kurt-Vowinckel-Verlag, 2000.

BRASIL. Ministério da Guerra. **FM 7-10 Manual de Campanha da Infantaria.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944

\_\_\_\_\_. Secretaria Geral. **Boletim Especial do Exército.** Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1946.

BRAYNER, F. L. **A verdade sobre a FEB.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BROOKS, T. R. **The war north of Rome.** New York: Sarpredon, 1996.

BROWN, J. S. **Draftee division.** Novato: Presidio Press, 1998

CAMERON, F. T. **Historical report of the brazilian replacement depot.** [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO204/5848. National Archives, Kew Gardens.

CASTELLO BRANCO, M. T. **O Brasil na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

CLARK, M. W. **Calculated risk.** New York: Harper & Brothers, 1950.

COLLIER, T. **The Division Quartermaster.** [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO204, 5848, The National Archives, Kew Gardens.

DAY, J. **Partigiani e alleati sul fronte del Reno dal settembre 1944 all'aprile 1945:** (con documentazione americana, inglese e tedesca). Italy : Nuèter, 1998. p. 145-196.

DOUBLER, M. D. **Closing with the enemy.** Lawrence: University Press of Kansas, 1994.

ENGLISH, J. A.; GUDMUNDSSON, B. I. **On Infantry.** London: Praeger, 1994.

FERRAZ, F. C. A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FIRST INFANTRY DIVISION (EXPEDITIONARY). **Basis for conference between General Mascarenhas de Moraes and General David G. Barr Chief of Staff, NATOUSA.** Advanced Echelon, Bivouac at Agnaro, July 21, 1944. Signed Major General Mascarenhas de Moraes, Commandant, 1st Division Exped Inf. [S.l.], 1944. Located at WO 204/5676, The National Archives, Kew Gardens.

- GABRIELE, M. La forza di spedizione brasiliana (F. E. B.) nella Campagna d'Italia (Settembre 1944 - Aprile 1945). In: **STUDI Storico-militari 1985**. Roma: USMME, 1986. p. 403-554.
- GONÇALVES, J.; MAXIMIANO, C. C. **Irmãos de Armas**. São Paulo: Nobel, 2005.
- GOODERSON, I. **A Hard Way to Make War**. Londres: Conway, 2008.
- GRAY, C. S. **Modern Strategy**. Oxford: OUP, 1999.
- HISTORY of task force 45: 29 July to 28 January 1945. [S.l.: s.n.], [19--]. Localizado na Casa do Expedicionário, Curitiba, PR.
- HOWARD, M. The uses and abuses of military history. **The Army Doctrine and Training Bulletin**, Kingston, v. 6, n. 2, summer, 2003.
- MALAN, A. S. **Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MANSOOR, P. R. **The GI offensive in Europe**. Lawrence: University Press of Kansas, 1999.
- MASCARENHAS DE MORAES, J. B. **A FEB Pelo Seu Comandante**. São Paulo: IPE, 1947.
- \_\_\_\_\_. **The Brazilian Expeditionary Force by its commander**. Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1966.
- MAXIMIANO, C. C. **Barbudos, Sujos e Fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.
- MCCANN, F. D. **The Brazilian-American alliance 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Soldiers of the Pátria**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- MOREIRA LIMA, R. **Senta a Puá**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- MOURA, G. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- MURRAY, W.; MILLETT, A. **A war to be won**. London: Belknap Press, 2000.
- MURRAY, W. **Military Adaptation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- OPERATIONAL history of the 1st Brazilian Expeditionary Force: from 13 September 1944 to the conclusion of the War in Italy on 2 May 1945. [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO 204/5848, The National Archives, Kew Gardens.
- PAIVA GONÇALVES, C. **Seleção Médica do Pessoal da FEB**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.
- REGIMENTO SAMPAIO. Resumo das Operações, 6ª Companhia, 18.II.1945/28.II.1945. [S.l.: s.n.], [194-]. Localizado na Casa do Expedicionário, Curitiba, PR.
- SANTIAGO, R. **Guia Para a Instrução Militar**. São Paulo: Francisco Alves, 1938.
- SAYEN, J. **US Army Infantry Divisions 1944-45**. Oxford: Osprey Publishing, 2007.
- SILVA NEVES, L. F. **A Força Expedicionária Brasileira, uma perspectiva história**. 1992. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.
- SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da FEB**. Curitiba, 1985.
- STARR, C. G. **From Salerno to the Alps**. Washington: Infantry Journal Press, 1948.
- STORR, J. **The Human Face of War**. Londres: Continuum Books, 2009.
- TAMOYO DA SILVA, A. **Exercícios de Combate de Companhia (Fuzileiros e Metralhadoras)**. Rio de Janeiro: 2º RI. – 1º Btl. Vila Militar, Agosto de 1940.
- TRUSCOTT, L. K. **Command missions**. Novato: Presidio Press, 1990.
- UDIHARA, M. **Um Médico Brasileiro no Front**. São Paulo: Narrativa Um, 2002.
- UNITED STATES ARMY. Headquarters, IV Corps. APO 304. **Memorandum: to: Chief of Staff. R.W.C.**, 13 January 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Located at WO204/5716, National Archives, Kew Gardens.
- UNITED STATES ARMY. Headquarters, IV Corps. APO 304. **Memorandum: to: Chief of Staff. R.W.C. Annex "A"**, 13 January 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Located at WO204/5716, National Archives, Kew Gardens.
- UNITED STATES. War Department. **Combat Lessons, Number 1**. Washington, DC: War Department, [194-]. Arquivo do autor.
- UNITED STATES. P. I. Section HQ IV Corps. **Enemy**

**Defense Overprint No. 6:** annex No. I to IV Corps G-2 Report No. 257. February 19th 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Signed by Davis, actg. G-2; Crittenberger, Maj. Gen.

TRAINING of the 2nd echelon of the 1st Infantry Division, B.E.F. [S.l.: s.n.], [194-]. Located at WO 204 5848, The National Archives, Kew Gardens.

WALTERS, V. **Silent missions.** Garden City: Doubleday, 1978.

WAR DEPARTMENT. Combat Lessons, Number I. Washington, DC: War Department, [194-]. Arquivo do autor.

WOYTHALER, B. **M/Sargeant Bernard Woythaler, BLD**, setembro de 2007. Entrevista via e-mail.

**Recebido em 17 de fevereiro de 2014**

**Aprovado em 29 de abril de 2014**





# NAVIRES DE L'ESPOIR: UN PARTENARIAT INTERMINISTÉRIEL BRÉSILIEN

SHIPS OF HOPE: A BRAZILIAN INTERMINISTERIAL PARTNERSHIP

NAVIOS DA ESPERANÇA: UMA PARCERIA INTERMINISTERIAL BRASILEIRA

FABIANO MARTINS SASSE<sup>1</sup>

Le programme de bâtiments-hôpitaux brésilien est un programme en partenariat interministériel entre le Ministère de la Défense (la Marine) et le Ministère de la Santé. Il a été conçu pour permettre à l'Etat d'affirmer sa présence, en particulier dans le domaine de la santé, dans une région connue pour sa jungle dense qui la rend difficile d'accès. Plus récemment, le Ministère de la Providence Sociale, en charge de l'action sociale de l'Etat, a rejoint le programme après avoir vu dans la mobilité offerte par les navires de la Marine la possibilité de faire bénéficier de l'action sociale les citoyens vivant dans des zones reculées. Dans cet article, nous examinerons les forces et les faiblesses de ce partenariat pour finalement conclure que, au delà de la mise en œuvre d'un programme concret de santé publique, il propose une option intéressante pour les partenariats interministériels impliquant la participation des armées.

L'Amazonie brésilienne est une région de 4.196.943 km<sup>2</sup> qui s'étend sur neuf états. Ces dimensions sont comparables à celles de l'Union européenne qui couvre 4.324.782 Km<sup>2</sup> sur 27 États. Il y a peu de routes et les 25.000 km de fleuves navigables sont les seules voies de transport. Les distances à parcourir et la faiblesse de l'infrastructure routière terrestre empêchent souvent les habitants de nombreux hameaux éparpillés dans la région de se rendre dans les hôpitaux ou chez les médecins qui sont exclusivement situés dans les villes. Pour ces endroits reculés, ce sont les services de santé qui doivent venir aux patients.

Dans les années 80, pour satisfaire les besoins sanitaires de cette population reculée, le ministère brésilien de la Santé proposa à la Marine du Brésil une association dans laquelle le ministère fournirait les ressources, y compris celles nécessaires à la construction des navires, tandis que la Marine se chargerait de mettre en œuvre la politique envisagée. Le but était de fournir des soins de santé aux populations qui habitaient les rives des fleuves de la région amazonienne. Ce fut le début d'un projet qui dure depuis 28 ans et dont le succès est indéniable, les navires étant connus des riverains comme les « Navires de l'espoir ».

Grâce à ce programme, deux bâtiments-hôpitaux ont été construits et livrés à la Marine qui les

met en œuvre avec pour mission d'apporter des soins médicaux et dentaires aux populations isolées. Ces navires, qui ont 1,80 mètres de tirant d'eau et 50 mètres de long, possèdent des cabinets médicaux et dentaires, un laboratoire clinique et un centre chirurgical capable de réaliser de petites interventions. Ils sont chargés avant d'appareiller avec les médicaments choisis en fonction de la région à desservir. Un suivi statistique permet de déterminer l'occurrence des maladies dans les différentes régions et de planifier des missions. Tous les soins, y compris les examens, et tous les médicaments livrés au publique sont gratuits. Au fil du temps, la Marine a reçu deux bâtiments-hôpitaux supplémentaires pour la région amazonienne.

Bien sûr, ce programme ne fait que palier les besoins sanitaires de la population et ne se substitue pas au développement des infrastructures et du bien-être social. Mais, alors que le développement de la région n'atteint pas un niveau approprié, le programme est la meilleure solution pour permettre à ces populations de bénéficier des soins de santé. En 2011, 21 missions ont été réalisées dans le cadre du programme au cours de 419 jours de mer (la navigation fluviale est décomptée comme jours de mer), 41.196 personnes ont reçues des soins médicaux et 128.037 procédures médicales, dentaires et pharmaceutiques ont été réalisées.

Pour le ministère de la Santé le programme est le meilleur outil disponible pour remplir sa mission constitutionnelle dans la région amazonienne. Ce partenariat permet au Ministère de profiter des capacités de la Marine du Brésil, comme la mobilité de ses navires, son réseau logistique et sa connaissance de la région. C'est donc un choix naturel et logique, apportant une réponse aux contraintes imposées par la densité de la forêt. Dans ce partenariat, le Ministère fournit toutes les ressources nécessaires au programme, y compris les combustibles, les médicaments et l'entretien des navires. À la Marine ne revient que la rémunération du personnel et la mise en œuvre des navires.

Les avantages pour la Marine sont nombreux. Tout d'abord, elle se fait présente dans toute l'Amazonie, ce qui lui permet de patrouiller la région tout en affirmant la présence de l'Etat aux yeux des citoyens qui vivent dans les régions éloignées des grands centres. En retour, cette action de présence lui permet de renforcer sa connaissance de la région, en termes d'environnement

<sup>1</sup> Escola de Guerra Naval (EGN). Rio de Janeiro - RJ. Brasil.

E-mail: <fmsasse@gmail.com>

Mestre em Operações Navais (EGN).

et de renseignement. La Marine a également acquis des navires qui restent, finalement, des bâtiments-hôpitaux prêts à être employés dans des actions militaires.

En outre, la mission sanitaire auprès de la population riveraine de l'Amazonie constitue en soi un facteur de motivation pour le personnel militaire. Le produit final de l'activité militaire en temps de paix est difficilement perceptible par la société, surtout dans un pays de tradition pacifique. La prestation sanitaire dans les zones le plus reculées est passionnante car elle présente souvent des résultats immédiatement visibles. Cela contribue à animer les esprits et à réaffirmer le rôle joué par la Marine dans la région. La société civile se réjouit également qu'une mission aussi noble soit effectuée par les militaires.

L'effet obtenu auprès de la population civile éloignée de l'Amazonie est un peu plus subtil et les médecins du programme jouent un rôle clé. Ils sont recrutés principalement dans l'état de São Paulo, qui se trouve dans la région la plus développée du Brésil, au sud-est du pays. En revanche, la région de l'Amazonie demeure méconnue de la majorité des brésiliens à cause de son éloignement. De nombreux médecins, volontaires pour servir au sein du programme, développent leurs connaissances sur l'Amazonie et sur le rôle joué par la Marine. De retour à la vie civile, ces médecins contribuent au rayonnement de la région et de la marine auprès de la population instruite et des faiseurs d'opinion.

Plus récemment, le ministère de la Providence Sociale a rejoint le programme, ce qui en a étendu les objectifs initiaux à l'action sociale auprès des riverains. En échange d'apports budgétaires et de livraison de nouveaux matériels, les fonctionnaires de ce dernier ministère voyagent à bord des navires pour effectuer des procédures administratives relatives aux prestations sociales, ce qui s'inscrit dans les lignes directrices du gouvernement fédéral pour lutter contre la pauvreté.

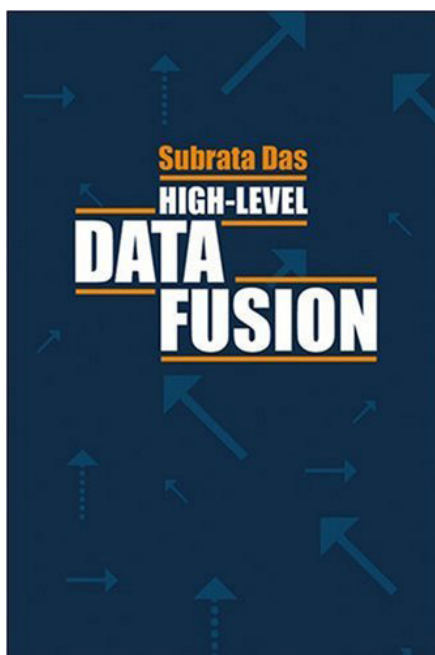
Cependant, ce programme présente également certaines faiblesses qui méritent un examen plus attentif. Premièrement, la mobilité des populations amazoniennes reste singulière. Paradoxalement, alors que les déplacements individuels sont coûteux en raison des distances, de petites communautés entières se déplacent à la recherche de meilleures conditions de vie. Ces communautés, souvent constituées d'une dizaine de péniches, stationnent généralement sur les rivages et se déplacent sur les cours d'eaux remorquées par de petits bateaux en fonction des saisons et des conditions de culture. Il est alors fréquent que les bâtiments-hôpitaux stoppent au milieu des rivières pour fournir des prestations sanitaires à ces groupes de maisons flottantes.

Un autre fait à souligner est le faible nombre de bâtiments-hôpitaux disponibles. Si la région n'est pas propice à la navigation des grands navires, les quatre petits navires ne suffisent pas non plus à servir l'ensemble de la population. Par exemple, le fleuve Juruá, long de plus de 1.300 km, doit être parcouru lentement en raison des difficultés de navigation tout en s'arrêtant fréquemment pour servir les communautés. Pour permettre de visiter la même communauté deux fois par an, fréquence relativement faible, un minimum de cinq bateaux est alors nécessaire.

La mobilité des communautés et le faible nombre de navires disponibles génèrent des difficultés dans le suivi des patients. Ceux-ci ne consultent pas suffisamment les médecins pour permettre le suivi du traitement, tandis que les dentistes se retrouvent impuissants face aux cas qui nécessitent plus d'une seule séance de traitement. La réflexion s'étend aussi aux maladies plus graves, telle la lèpre encore présente dans l'Amazonie. Les médicaments nécessaires, toxiques, sont contrôlés et doivent faire l'objet d'un suivi régulier. Cependant, comme ce suivi est impossible, les navires ne livrent pas ces médicaments et les médecins ne font que diriger le patient vers l'hôpital de la ville la plus proche.

Bien qu'il y ait encore des points à améliorer, le bilan du programme est extrêmement positif. Tous les acteurs profitent du partenariat interministériel piloté par la Marine. Il faut noter que la mise en œuvre des quatre navires ne coûte à la Marine qu'une fraction de ce qu'il en coûterait sans ce partenariat puisque la plupart des ressources du programme ne sont pas prélevées sur le budget de la Défense. L'entrée du Ministère de la Providence Sociale dans le programme a montré qu'il est possible de le faire évoluer et d'imaginer de nouveaux horizons et des partenariats de plus en plus ambitieux. Par exemple, un comité interministériel pourrait identifier des intérêts communs et des synergies possibles de façon à élargir le programme et financer le renouvellement de la flotte actuelle.

L'expérience des bâtiments-hôpitaux dans l'Amazonie a démontré les avantages d'un partenariat interministériel. Ces principes restant valables, quels que soient les armées et les gouvernements, un tel partenariat est possible dans d'autres régions, voire même dans d'autres pays, en respectant leurs particularités. Si l'on tient compte du questionnement de plus en plus présent au sein de la société quant à l'utilité d'un appareil militaire aux coûts sans cesse croissants, les partenariats interministériels proposent une approche différente dans un monde en mutation, approche qui offre des possibilités d'optimisation budgétaire et de rayonnement auprès de la société.



DAS, SUBRATA. *HIGH-LEVEL DATA FUSION*. NORWOOD: ARTECH HOUSE, 2008. p.363. ISBN 978-1596932814.

FLÁVIO CÉSAR DE SIQUEIRA MARQUES<sup>1</sup>

O autor utiliza o termo Fusão de Dados de Alto Nível (ou simplesmente Fusão de Alto Nível) como sendo o estudo do relacionamento e da dinâmica entre objetos e eventos detectados por sensores dispersos em determinado ambiente. Com o objetivo de evidenciar as diversas interações entre esses elementos de estudo, uma abordagem matemática e estatística é conduzida com foco na explicação dos algoritmos e outras formulações necessárias ao entendimento do assunto. Além desse entendimento, o livro propicia diversos exemplos de natureza militar, contextualizando sistemas de vigilância, de radar, de inteligência e outros. Desde os níveis mais básicos de fusão, normalmente próximos aos sensores, até aqueles mais próximos dos decisores, nos quais o fator cognitivo sobressai, a mecânica analisada permite ao leitor uma compreensão das estruturas envolvidas nesta análise. Os conceitos utilizados nesta obra podem ser implementados em programas de computador, para que introduzam maior efetividade nos sistemas de informação, por meio das diversas bibliotecas e módulos em software sugeridos pelo autor.

Os modelos discutidos são divididos em 3 (três) abordagens distintas: os **baseados em física**, que envolvem equações lineares e não-lineares para a definição de sistemas, empregando os conceitos de filtragem de Kalman<sup>2</sup> e de partículas; os **baseados em dados**, que empenham-se em observar as entradas e saídas dos módulos dos sistemas, modelando-os por técnicas de aprendizado de máquina e outras ferramentas de inteligência artificial, incluindo o uso de Redes Neurais;<sup>3</sup> por fim, os modelos baseados em conhecimento, nos quais os especialistas unem-se aos engenheiros do conhecimento para modelarem o sistema, empregando técnicas de Lógica Fuzzy<sup>4</sup> e de Redes Bayesianas.<sup>5</sup> Nesse contexto, o autor afirma que o caráter multidisciplinar dos sistemas de fusão faz com que se permeiem essas diversas abordagens, sendo difícil limitar-se a somente um tipo. Assim, preferiu organizar o livro em termos de sistemas de fusão e não de tecnologias empregadas, facilitando a ampla utilização de exemplos, via de regra, ligados ao campo de batalha de defesa.

O primeiro capítulo descreve termos e conceitos de interesse dos sistemas de fusão de dados, que serão utilizados no decorrer da obra. A análise da situação é mostrada como um objetivo a ser atingido com o apoio desses sistemas e, para tanto, o modelo JDL<sup>6</sup> divide as diversas atividades de fusão em 4 (quatro) níveis funcionais, partindo desde o mais próximo dos sensores (nível 1 – refinamento de objeto) até o mais alto (nível 4 – refinamento do processo). O autor ainda faz referência a um quinto nível – refinamento de usuário – proposto

<sup>1</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro - RJ. Brasil.

E-mail: <flaviocmarques@terra.com.br>

Mestre em Operações Militares (ESAO).

<sup>2</sup> Filtragem estado-espacial utilizada para estimar o estado de alvos em um sistema de tempo discreto ou contínuo (p.82).

<sup>3</sup> Técnica matemática na qual uma determinada entrada é mapeada para uma saída desejada, utilizam-se conceitos que se assemelham ao comportamento do cérebro humano (PRIDDY, 2005).

<sup>4</sup> A lógica nebulosa ou difusa é um conceito matemático, baseado na teoria dos conjuntos, utilizado para o tratamento de incerteza e modelagem de inferência.

<sup>5</sup> Representação gráfica probabilística de um conjunto de variáveis com o objetivo de modelar um determinado domínio.

<sup>6</sup> Modelo funcional criado no Joint Director's of Laboratories (JDL) para o estudo dos sistemas de fusão de dados.

por Blasch e Plano (2002) para modelar a interação do usuário frente à sobrecarga, à atenção, à percepção etc. Além desse modelo, o autor exemplifica a distribuição de funções típicas de um sistema de fusão de dados na pirâmide de hierarquia do conhecimento (DIKW – Data Information Knowledge and Wisdom), partindo da base com o **nível de dados**, onde se encontram os relatórios de Inteligência do Sinal. Posteriormente, passa pelo **nível da informação**, no qual surgem os relacionamentos semânticos entre os dados para um determinado fim; ingressando no **nível do conhecimento**, no qual se sobressai o caráter de percepção das informações ou fatos de uma situação. Finalmente, chega-se ao nível da sabedoria, apoiado no conhecimento e na experiência, onde a noção do que é verdade é maior, possibilitando a tomada de decisão nas operações.

Os próximos dois capítulos fornecem subsídios matemáticos e estatísticos para apoiar o desenvolvimento de algoritmos e outros estudos, ligados à área de fusão de dados. O conceito de ignorância é explicitado e dividido nas seguintes categorias: de **incompleteza**, na qual falta uma variável; de **imprecisão**, onde a variável existe, mas a precisão não é suficiente ao estudo; e de **incerteza**, na qual a informação é completa e precisa, mas pode falhar em determinado momento. Nesses capítulos dois e três, as diversas abordagens para o tratamento das incertezas nos sistemas de fusão são tratadas, incluindo as neo-probabilísticas (redes bayesianas), neo-calculistas (teoria de funções de crença), neo-logicistas (teoria de lógica) e neo-possibilistas (baseadas em conjuntos Fuzzy).

No prosseguimento, os capítulos quatro e cinco introduzem, no nível um do modelo JDL, uma das funções clássicas da fusão de dados: o acompanhamento de alvos. Apesar do livro não abordar esse nível de fusão em detalhes, o autor descreve os conceitos do Filtro Kalman, que tem o objetivo de estimar o estado de determinado objeto num sistema dinâmico, bastante utilizado no tratamento de alvos e em outras aplicações de fusão de dados. As abordagens estudadas descrevem desde as mais simples, nas quais existe apenas um sensor e um alvo, até aquelas que integram dados de diversos sensores, adquirindo vários alvos ao mesmo tempo. Para uma avaliação mais pormenorizada sobre a análise de alvos, os problemas da classificação e da agregação são descritos no quinto capítulo, tendo o autor criado um nível funcional I ½ para essas técnicas. Com elas é possível integrar resultados de cinética e outras informações contextuais para categorizar veículos blindados, lançadores de mísseis e aeronaves dos mais diferentes tipos. Por fim, o autor conceitua o agrupamento espaço-temporal para identificar o nível de ameaça de um determinado objeto ou grupo de objetos no ambiente, como um comboio ou um conjunto coordenado de veículos como parte de uma emboscada.

Os próximos três capítulos tratam da análise da situação e de outros algoritmos de auxílio à modelagem. Já o sexto aborda a tecnologia mais utilizada, segundo o autor, na modelagem da análise da situação - as **Redes Bayesianas**. O objetivo geral baseia-se na capacidade de inferir probabilidades *a priori*, com base nos dados coletados de determinado objeto observado. Segundo o autor, as principais vantagens das redes bayesianas são as seguintes: o melhor entendimento do modelo, devido à sua forma gráfica; a característica dedutiva e indutiva de prioridades; a aptidão à implementação computacional. Como desvantagens, cita o alto esforço despendido na construção das redes e a inaptidão para o gerenciamento de variáveis contínuas. Exemplificando o conceito, o autor relata uma aplicação de avaliação de posições militares no terreno (p.192), distinguindo elementos logísticos, lançadores de mísseis e armamentos químicos, biológicos ou nucleares. Após essa análise, a modelagem do tempo é discutida por meio das abordagens teóricas de Markov, no capítulo sete. Esses modelos, além de serem aplicados no fator temporal, têm emprego na análise de texto. O oitavo capítulo amplia a abordagem, introduz novos conceitos matemáticos para fazer face a variáveis contínuas e modelos híbridos, por meio de filtragem de Kalman e de partículas, além das Redes Bayesianas Dinâmicas.

Após prover embasamento matemático e estatístico nos primeiros oito capítulos, alternando descrições teóricas com exemplos de sistemas de defesa, os últimos quatro discutem aspectos mais complexos da fusão de dados de alto nível.

O nono capítulo trata do apoio à decisão, discutindo duas abordagens distintas: o Diagrama de Influência e a Argumentação Simbólica. A primeira utiliza árvores de decisão, baseadas em Redes Bayesianas, para atender aos requisitos da teoria de tomada de decisão. A segunda utiliza cadeias de se-então, que incorporam as probabilidades subjetivas de cada elemento de decisão, adicionando a Teoria de Dempster-Shafer<sup>7</sup> para classificar os níveis de crença em cada opção. A exemplificação das duas abordagens baseia-se no desdobramento de sistemas antimísseis em defesa de uma determinada população.

No capítulo dez, Subrata apresenta tecnologias para o aprendizado (adaptação) nos modelos de fusão, apresentados nos capítulos anteriores. Em um primeiro momento, são introduzidos os classificadores bayesianos ingênuos, que podem ser empregados na análise textual de documentos de inteligência humana (HUMINT – Human Intelligence). Essa ferramenta é bastante utilizada para a indexação de palavras-chave nesses documentos, que pode ser atingida pelos passos seguintes: retirada de palavras mortas (artigos, preposições, pronomes etc); ordenação dos documentos, baseada na raiz das palavras (desprezando flexões verbais, substantivação etc); e a identificação da frequência das palavras. Além dessa ferramenta, o aprendizado em árvores de decisão é

7 A teoria de Dempster-Shafer (1966) converte a credibilidade da fonte em intervalos de probabilidade, representando incertezas de segunda ordem (DAS, 2008, p.48).



mostrado, seguido do aprendizado baseado em redes bayesianas. Essas duas abstrações encerram esse estudo, como forma de calibragem dinâmica dos sistemas de fusão de dados em alto nível, garantindo a manutenção da qualidade das decisões com o decorrer do tempo.

O capítulo onze discute a tecnologia de agentes cognitivos para fusão de dados, amplamente utilizada em ambientes de guerra centrada em redes, como afirma o autor, para o processamento dos dados no nível do sensor. Esses *sensores inteligentes* evitam a sobrecarga dos canais de transmissão e do elemento humano em um sistema de vigilância, propiciando a criação de uma análise da situação compartilhada. Nesse contexto, a visão arquitetural dos sensores é colocada face a elementos comportamentais do ser humano, como a percepção, a geração de objetivos, a análise da situação, a geração de hipóteses e o encadeamento e o planejamento de ações. Dessa abordagem, resultam conceitos como o envelope, que integra capacidade humana de reação e habilidade, sendo empregado no planejamento e geração de possíveis linhas de ação. A distribuição do conceito de *envelope* pelos níveis funcionais do modelo JDL, segundo o autor, indica como sendo do nível 1 (estudo do objeto) a **percepção do ambiente**; no nível 2 (estudo da situação), encontra-se a **compreensão da situação**; no nível 3 (estudo da ameaça), tem-se a **geração de planos e opções**; entre os níveis 3 e 4, pode-se classificar a **execução do procedimento**; e, no nível 4 (refinamento do processo), o autor indica a **geração de planos** (de nível superior).

Finalmente, no último capítulo, Subrata Das utiliza as perspectivas da aquisição de alvos e da análise da situação para estudar a Fusão Distribuída. Nessa abordagem, a visão geral da situação é composta pela visão local de diversos combatentes dispersos no campo de batalha e seu emprego é de grande relevância para a Guerra Centrada em Redes. Nesse ambiente, os diversos nós de fusão comunicam-se entre si e coordenam percepções para melhorar suas estimativas locais, aumentando sinergicamente a eficiência do sistema e contribuindo para a construção de uma situação comum (CTP - *Common Tactical Picture*). O autor avalia redes globais de sensores estadunidense como a SIPRNET<sup>8</sup> (*Secret Internet Protocol Router Network*), and NIPRNET (*Nonclassified (unclassified but sensitive) Internet Protocol Router Network*), que possuem a característica de interligarem agentes autônomos inteligentes, beneficiando-se da **redução de carga nos canais de comunicações**, na **distribuição do processamento** e da **maior resistência a falhas**. O autor encerra o livro, aplicando essas características aos conceitos existentes (Filtro de Kalman Distribuído) e concertando o papel dos agentes inteligentes entre os seguintes domínios: o **físico**, no qual organizam-se as redes de sensores; o da **informação**, responsável pela coordenação e negociação entre agentes inteligentes; e **cognitivo**, permeando a consciência situacional entre os operadores humanos.

Este resenhista avalia que a presente obra é de interesse para o estudo dos sistemas de fusão de dados de defesa, especialmente pelo rol de exemplos utilizados, quase todos baseados em problemas militares. O livro fornece subsídios para o desenvolvimento de algoritmos computacionais dos níveis intermediários do modelo JDL, apresentando ferramentas ligadas às áreas da teoria de controle, inteligência artificial e aprendizado de máquina, sobre as quais vasta literatura encontra-se disponível. Nos capítulos finais, o autor enumera a abordagem distribuída da fusão de dados, levantando aspectos de novas arquiteturas, que podem integrar modernos sistemas de fusão de dados. Esses capítulos têm sua relevância destacada, pois podem constituir novas áreas de pesquisa a serem exploradas em sistemas de defesa.

## REFERÊNCIAS

BLASCH, E. P.; PLANO, S. JDL level 5 fusion mode: user refinement issues and applications in group tracking. SIGNAL PROCESSING, SENSOR FUSION, AND TARGET RECOGNITION, I I., 2002, Orlando. **Proceedings of SPIE**. Orlando: SPIE, 2002, v. 4729, p. 270-279. ISBN: 978-0819444790.

DAS, S. **High-level Data Fusion**. Norwood: Artech House, 2008. ISBN-13: 978-1596932814.

DEMPSTER, A. P. New methods for reasoning towards posterior distributions based on sample data. **Annals of mathematical statistics**. v. 37, n. 2, p. 355-374, 1966.

PRIDDY, K. L. Artificial Neural Networks: an introduction. In: KLEIN, L. A. **Sensor and Data Fusion: a tool for information assessment and decision making**. Wahington: SPIE, 2004. ISBN: 0819459879.

REZENDE S. O. (Org.). **Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações**. Barueri: Manole, 2005. ISBN: 85-20416837.

<sup>8</sup> Atualmente essa rede evoluiu para o serviço Secret IP Data (Disponível em: <<http://www.disa.mil/Services/Network-Services/Data/Secret-IP>>)





CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. *FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2005. p.224. ISBN 978-8571108561.

ALESSANDRO DOS SANTOS LIBERATORI<sup>1</sup>

O livro tem como ideia central o entendimento da instituição militar como importante e influente ator no desenvolvimento da história política do Brasil.

O autor divide o livro em três partes, quais sejam: História, Política e Guerras.

Na primeira parte, J. M. de Carvalho discorre sobre a situação do Exército na Primeira (1889-1929) e na Segunda República (1930-1945). É desenvolvida a ideia de que no período da Primeira República foi empreendido um grande esforço para transformar o Exército em uma instituição nacional com capacidade efetiva de planejar e executar uma política de defesa para o país. Pontos importantes apontados para alcançar este objetivo foram citados pelo autor, como a introdução do alistamento universal e do sorteio e a eliminação da Guarda Nacional.

O autor também desenvolve a ideia das transformações organizacionais pelas quais passou a instituição. Segundo J.M. Carvalho, logo em seguida à Proclamação da República houve grande aumento da influência e do poder político das Forças Armadas. Mas tal poder foi rapidamente neutralizado pelas elites civis.

O período da Primeira República foi caracterizado por diversas intervenções militares, em uma primeira fase, desenvolvida por jovens oficiais com objetivos sociais e reformistas (jovens turcos). Em uma segunda fase, realizada por praças e de conflitos entre o Exército e a Marinha. Esses movimentos deram a atuação política das Forças Armadas na Primeira República um caráter desestabilizador. Em seguida, a política passaria a ter um caráter moderador e ficaria conhecida como movimento Pacificador, só realizado posteriormente.

Em sua análise da atuação política das Forças Armadas na Segunda República (1930-1945), o autor demonstra que o Exército, apesar de ocupar posição de destaque no poder político brasileiro, saiu da revolução de 1930 definitivamente fragmentado por várias razões:

- A revolução não foi resultado de um consenso das Forças Armadas. Os militares estavam divididos tendo a Marinha ignorado o movimento;
- A minoria rebelde era composta por oficiais subalternos, grande parte remanescente das revoltas da década de 20 cuja a integração com promoção rápida iria perturbar a hierarquia e o sistema de promoções do Exército;
- A participação dos sargentos nos levantes de várias unidades;

A divisão interna do Exército era agravada pelo conflito entre militares e as lideranças civis dos grandes Estados.

A solução para o problema das rebeliões e quebra de hierarquia foi a renovação da cúpula militar. Promoveu-se, então, o General Góes Monteiro à toque de caixa com o objetivo de se colocar um oficial de

<sup>1</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

E-mail: <asliber@ig.com.br>

Mestre em Operações Militares (ESAO).

confiança no topo da hierarquia. A revolução de 1932 foi utilizada como justificativa para a eliminação dos antigos generais e escalões intermediários. A maioria dos punidos foi anistiada em 1934, mas já tinha a carreira prejudicada.

Segundo o autor, foi formado um novo dispositivo que foi facilitado pela permanência de Vargas na Presidência. No período, houve a possibilidade de realizar-se a homogeneização da organização graças ao afastamento dos oficiais discordantes.

Em seguida, o autor descreve os desentendimentos políticos entre os militares e os líderes civis (Vargas) que redundaram na deposição do presidente em 1945 pelos mesmos generais que o haviam apoiado em 1930. O autor detalha o relacionamento entre o presidente Vargas e os militares dividindo-o em três fases: o namoro, a lua de mel e o divórcio.

A primeira fase que ocorreu entre 1930 e 1937 teve como protagonistas o Presidente Vargas e o General Góes Monteiro. O autor descreve este último como um militar muito inteligente, ambicioso e de grande capacidade verbal e escrita que vislumbrou mais do que ninguém a mudança dos tempos e o espaço que se abria para a participação militar no cenário político nacional.

Adepto da visão da missão militar francesa de que os militares deveriam se manter neutros na luta política, participou com as tropas governamentais na campanha contra a coluna Miguel Costa-Prestes (1924 a 1927). Em 1930, segundo Carvalho, caiu-lhe no colo o convite para comandar o movimento revolucionário planejado pelas oligarquias dissidentes lideradas por Vargas. Para um tenente-coronel sem grandes perspectivas, uma vez que o mérito não era garantia de promoção, a oportunidade pareceu-lhe suficientemente atraente para abandonar os princípios franceses.

Apesar da minoria do Exército ter tomado parte na revolta de 30, a vitória obtida pela oligarquia mineira, gaúcha e paraibana com o precioso apoio das polícias militares foi mais fácil do que se esperava.

A facilidade da vitória teve como grave consequência o fato de ter sido conduzida por capitães e tenentes, e terem mantido os velhos generais do exército. O Tenente-Coronel Góes Monteiro viu-se com um exército profundamente dividido, mal treinado, mal armado, sem plano adequado de carreira; ou seja, uma organização sem condições de exercer o papel político pretendido. Entre 1930 e 1934, ano da constitucionalização do país, ocorreram cinquenta e um incidentes envolvendo militares de todos os escalões e compreendendo agitações, protestos e revoltas.

A desunião dos militares permitiu que Vargas, com grande capacidade de manipulação, os utilizasse em benefício de seus interesses políticos. Interessava ao chefe da revolução uma força armada forte para fazer face às lideranças oligárquicas remanescentes e às novas lideranças civis surgidas.

Para poder utilizar o Exército, Vargas deu apoio total ao General Góes Monteiro. Para conferir-lhe autoridade, promoveu-o à coronel em março de 1931, à General de Brigada em maio do mesmo ano e à General de Divisão (mais alto posto da época) no ano seguinte. Detentor de grande poder, Góes Monteiro passou a ser alvo constante das tentativas de cooptação pelos inimigos de Vargas. Mas este se manteve fiel ao presidente, pois reconhecia seu papel moderador das relações entre os civis e os militares. A partir daí, Góes Monteiro pode dirigir os caminhos das instituições militares segundo sua famosa frase: “É preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército”.

A reforma da organização foi sendo realizada sistematicamente sob as bênçãos de Vargas. Abrangeu a efetivação do serviço militar obrigatório, o treinamento da reserva, a “desprofissionalização” dos sargentos, o expurgo dos dissidentes e a formação de um grupo hegemônico de oficiais.

Na segunda fase, o autor analisa o período ocorrido entre 1937 e 1945. Em 37, Vargas com o apoio e incentivo das Forças Armadas fechou o Congresso, outorgou nova Constituição e estabeleceu uma ditadura denominada “Estado Novo”.

No Estado Novo foi dada ênfase ao desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base, na exportação e no fortalecimento das Forças Armadas. Permitiu-se a eliminação da política partidária na sociedade e nas Forças Armadas. Os militares se consolidaram como atores políticos e pôde-se reordenar o Estado no que J.M. Carvalho chama de “modernização conservadora” sem participação política.

Na terceira fase ocorrida entre 1945 e 1964 ocorre o “divórcio”, ou seja, o rompimento entre Vargas e os militares.

A partir de 1942, configurou-se uma aproximação entre Vargas e os sindicatos que culminou com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. À medida que se aproximava a vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial, intensificou-se a preparação para a democratização no Brasil e o apelo dos operários. Foi construída a imagem de Vargas como o “pai dos pobres e amigo dos operários”. Essa guinada, segundo o autor, foi responsável pelo divórcio entre Vargas e as Forças Armadas que, por sua vez, não aceitavam a inclusão de um novo ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico.

Ficaram contra Vargas seus principais antigos auxiliares, entre eles: Generais Góes Monteiro, Dutra,



Juracy Magalhães e Juarez Távora. Ao lado de Vargas sobraram alguns oficiais da FEB, os Generais Paquet, Odílio Diniz e Brigadeiro Nero Moura.

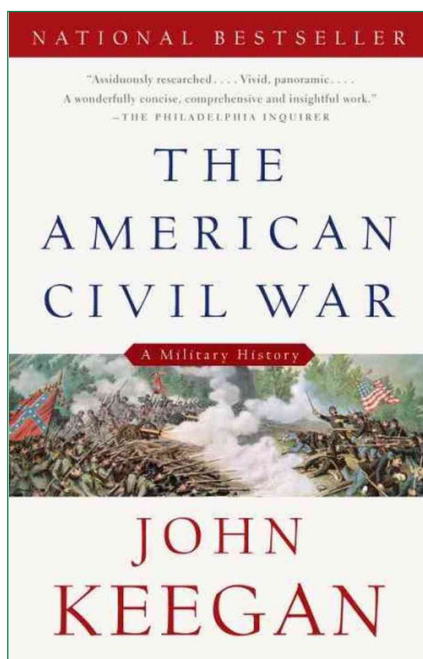
As pressões generalizadas e o receio de que Vargas tentasse ficar no poder frustrando o processo eleitoral em vigor, ocasionaram a sua deposição em outubro de 1945 pelos militares.

As três forças agiram de forma conjunta e este foi o primeiro golpe planejado pelos três estados-maiores. De fato, para efetivar a deposição foi criado o embrião do que seria mais tarde o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No quarto capítulo, o autor defende a teoria de que o golpe de 1964 deve-se muito mais “à virtù” (ações e omissões de agentes políticos) que a “fortuna” (grandes causas sociais). O autor se vale dos termos utilizados por Maquiavel no livro “O Príncipe”. Para ele, “nossos liberais não hesitaram em recorrer às Forças Armadas para derrubar o governo. Nossa esquerda não valorizava os métodos democráticos para promover a reforma social”. Na parte II do livro, o autor reapresenta alguns artigos escritos no período da redemocratização do Brasil (1987-1995) nos quais debate as dificuldades de entendimento entre civis e militares.

Na terceira parte do livro, o autor apresenta alguns assuntos de seu interesse, como: a Guerra da Tríplice Aliança e a Campanha da FEB na Itália. Busca, por meio de seus artigos, aprofundar os conhecimentos e estudar os conflitos. Argumenta que as matérias sempre foram estudadas com objetivos político-ideológicos e tenta se limitar aos acontecimentos reais das campanhas, trazendo importantes informações sobre os conflitos.





KEEGAN, JOHN. *THE AMERICAN CIVIL WAR: A MILITARY HISTORY*. NEW YORK: VINTAGE, 2010. p. 432. ISBN 978-8571108561.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR<sup>1</sup>

Um dos acontecimentos centrais da história estadunidense foi a Guerra de Secessão, também chamada de Guerra Civil. Este último termo é problemático, pois muitos autores entendem uma guerra civil como o conflito armado pelo poder entre diferentes facções dentro de um mesmo país, o que não ocorreu no caso em questão. Em nenhum momento o sul pretendeu tomar o poder da União; ao contrário, sua intenção era deixá-la e formar uma nova confederação, o que concede ao conflito as características de uma guerra de independência ou simplesmente de separação.

John Keegan inicia seu livro argumentando que enquanto a I Guerra Mundial havia sido um conflito desnecessário e o mesmo não se dava com a Guerra Civil Americana, não implicando que ela não pudesse ser evitada. Havia possibilidades para resolver a questão principal, a escravidão, no campo político. No entanto, infelizmente, haviam idealistas em ambos os lados, prontos a defender seus ideais com armas nas mãos. Trata-se de um dos casos que ocorrem de tempos em tempos, em que ambos os lados de uma disputa possuem boas razões e consideram estar lutando por uma causa justa, o que costuma prolongar ainda mais os conflitos.

Não foi pela escravidão propriamente que o sul foi para a guerra; aliás, o sul não foi para a guerra, ele simplesmente se retirou da União. O que estava em jogo para Jefferson Davis e principalmente para o homem do sul, era a independência dos estados. Para esses homens, a União estava violando a constituição e submetendo-os a uma tirania. Tratava-se, antes de tudo, de uma defesa do federalismo que era ameaçado pelo fortalecimento do poder central. Para os líderes sulistas, o norte estava traindo os ideais dos revolucionários de 1776 e julgavam-se defensores do espírito da constituição dos Estados Unidos da América.

Para Lincoln e o resto do país, a secessão era inconcebível. Tanto que os sulistas foram tratados durante toda a guerra não como beligerantes, mas como rebeldes. A eles foram negados todos os direitos da tradição da guerra, como cessar-fogo para enterro dos mortos, possibilidades de negociações e tratamento dos prisioneiros de guerra. Enquanto esteve à frente, McClellan (Comandante do Exército da União) ainda procurou fazer uma guerra com um número mínimo de baixas, pois entendia que estava enfrentando seus compatriotas. Grant e Sherman tinham outra visão; o sul precisava sofrer para abandonar a luta e isso incluiu sua população civil. Começava aí a aplicação do conceito da guerra total, que alcançaria seu ápice na II Guerra Mundial. Era preciso tirar o desejo de lutar da população do sul, principalmente dos civis, o que conduziu a União à estratégia de arrasar plantações e cidades, tratando os civis como parte do esforço de guerra do sul.

A guerra não começou como um conflito sobre escravidão, mas se tornou posteriormente, na segunda metade, com a emancipação. A esmagadora maioria dos soldados confederados não possuíam escravos nem aprovavam o regime escravocata. Lutavam por sua independência e pelo que chamavam “jeito sulista de ser”. Keegan levanta a hipótese que a questão acabou se tornando necessária como justificativa moral para a União, especialmente depois da

<sup>1</sup> Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

E-mail: <guerson.eb@gmail.com>

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

extensão do conflito aos civis.

Of the South's white population of five million, only 48,000 were identified as planters, that is, men owning more than twenty slaves. Only 3,000 owned more than a hundred slaves, only 11 more than five hundred, truly staggering wealth in times when a fit, young field hand cost a thousand dollar.

A Guerra de Secessão foi uma carnificina. A combinação de exércitos de voluntários (sem experiência nem cultura de guerra) com idealismo, predomínio da infantaria (o que impedia combates decisivos que apenas o uso intensivo da cavalaria e artilharia poderiam conferir), e uma extraordinária capacidade de ambos os lados de aceitar perdas e continuar lutando, levou à intensificação cada vez maior dos combates. Era uma antecipação da I Guerra Mundial em seus aspectos mais funestos. John Keegan possui a capacidade de ver o conflito de forma abrangente, tratando da organização da logística de guerra, da condução política, da economia de guerra até a descrição das batalhas emblemáticas. Conseguiu identificar as questões do nível político e estratégico que colocaram os limites para as ações táticas no campo de batalha, mostrando como existe um encadeamento desde as decisões de Lincoln e Davis até a atuação de Grant e Lee. O líder político não consegue definir o que farão seus generais, mas consegue colocar as limitações com que eles terão de lidar.

O livro também é um retrato dos generais da guerra civil, particularmente Grant e Lee. Ao contrário do que acontecia na Europa, os Estados Unidos tinham poucos generais experimentados na arte da guerra. A referência eram os manuais franceses sobre as guerras napoleônicas, o que muito contribuiu para o prolongamento dos conflitos, pois em momentos decisivos faltaram líderes capazes de aproveitar as oportunidades de vitórias. Infelizmente, para Lee, o sul perdeu seu segundo grande general, Stonewall Jackson, no meio do conflito. Grant, por seu lado, teve Sherman e Meade.

No fim, a vitória do rico e industrializado norte sobre a confederação, encerrando a rebelião que deixaria tantas marcas na história do país. Mais de 250 mil homens morreram em combate, 500 mil ficaram enfermos e o sul do país terminou arrasado pela guerra total de Grant, que posteriormente se tornaria presidente dos Estados Unidos. A grande questão que John Keegan coloca - e responde com seu livro - é como o sul conseguiu resistir por quatro anos, e ter tido condições de vencer o conflito, especialmente em sua primeira metade, com tamanha inferioridade de meios, de logística e de recursos humanos. A grande verdade é que os confederados deram provas daquilo que pode acontecer quando homens de valor estão convencidos da justiça de sua causa e que o idealismo no campo de batalha se converte em resiliência, na capacidade de receber golpes, sofrer pesadas perdas e mesmo assim continuar lutando, especialmente quando a possibilidade de uma vitória final se torna cada vez mais improvável. Que o sul tenha lutado cada vez melhor à medida que suas chances de vitória diminuía drasticamente deixou um legado que influencia a sociedade americana até os dias de hoje e que geraram um ditado que pode ser ouvido de tempos em tempos naquela região: *the south will rise again*.





## APRESENTAÇÃO

A Coleção Meira Mattos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação e adota o sistema “ahead of print” de publicação.

Seu conteúdo ser acessado livremente na página da internet da ECEME (<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM>).

## MISSÃO

Publicar artigos científicos, artigos selecionados e resenhas nas áreas de interesse dos “estudos de defesa” e “das ciências militares”, servindo como meio de intercâmbio com instituições de ensino superior nos meios civil e militar, no Brasil e no exterior, bem como ferramenta seletiva de comunicação dos resultados dos trabalhos científicos produzidos nos programas de pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com prioridade para os programas stricto sensu.

## FOCO E ESCOPO

Com foco em Segurança e Defesa e Ciências Militares, a Coleção Meira Mattos publica artigos relacionados aos seguintes temas: Segurança Internacional, Direito Internacional Humanitário, Geopolítica, Estratégia, Doutrina Militar, Política de Defesa, Economia de Defesa, Administração, História e Sociologia das Organizações Militares, Direito Militar e Ética Militar.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

### Processo de envio dos manuscritos

Os manuscritos devem ser enviados por intermédio da página da revista. Para tanto, é necessário cadastrar-se no link cadastro de usuários (<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/>)

### Idioma de Publicação

Os textos poderão ser apresentados em português, inglês, espanhol ou francês.

### Indicação de Responsabilidade

O conceito de autoria adotado pela CMM está baseado na contribuição substancial de cada uma das pessoas listadas como autores, no que se refere, sobretudo, à concepção e planejamento do projeto de pesquisa, obtenção ou análise e interpretação dos dados, redação e revisão crítica. A quantidade de autores é limitada a quatro.

Não se justifica a inclusão de nomes de autores cuja contribuição não se enquadre nos critérios acima.

Os conceitos emitidos nos artigos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não refletindo obrigatoriamente a opinião dos Editores e do Conselho Editorial.

## Forma de apresentação da afiliação

A afiliação deve conter:

- Nome da Instituição - por extenso com abreviatura entre parênteses.

Exemplo: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

- Cidade e Estado da Federação (quando houver).

Exemplo: Rio de Janeiro-RJ

- País (por extenso e na grafia do idioma original).

Exemplo: Brasil

## Conflito de Interesses

A publicação segue as recomendações do Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP de 2012, no que diz respeito aos conflito de interesses:

*“Há conflito potencial de interesses nas situações em que a coexistência entre o interesse que deve ter o pesquisador de fazer avançar a ciência e interesses de outra natureza, ainda que legítimos, possa ser razoavelmente percebida, por ele próprio ou por outrem, como conflituosa e prejudicial à objetividade e imparcialidade de suas decisões científicas, mesmo independentemente de seu conhecimento e vontade.*

*Nessas situações, o pesquisador deve ponderar, em função da natureza e gravidade do conflito, sua aptidão para tomar essas decisões e, eventualmente, deve abster-se de tomá-las.*

*Nos casos em que o pesquisador esteja convencido de que um conflito potencial de interesses não prejudicará a objetividade e imparcialidade de suas decisões científicas, a existência do conflito deve ser clara e expressamente declarada a todas as partes interessadas nessas decisões, logo quando tomadas.”*

Fonte: [http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_jun2012.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf)

## Transferência de direitos autorais

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 3.0.

## Normas para elaboração dos manuscritos

**Artigos Científicos:** síntese de pesquisa original e artigos resultantes de elaboração teórica, revisão crítica de bibliografia e/ou temática específica.

Para ser publicado o “Artigo Científico” deve conter:

- entre 4.500 e 7.000 palavras;
- título no idioma original e em inglês (com ou sem subtítulo);
- resumo no idioma original e em inglês (entre 150 e 200 palavras);
- 5 (cinco) palavras-chave no idioma original e em inglês (conforme NBR/ABNT 6022);
- até 6 (seis) ilustrações, com resolução de 300dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas;
- notas depois das referências; e
- todos os artigos científicos devem ser enviados em formato Word for Windows, Open Office ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, margens de 2 cm, espaço 1,5 linha.

**Opinião:** artigo que apresente descrição de experiência profissional, podendo fazer o contraponto teoria/prática e indique as condições de realização da experiência relatada.

Para ser publicado o manuscrito deve conter:

- no máximo 4.000 palavras;
- título no idioma original e em inglês (com ou sem subtítulo);
- até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas;
- notas depois das referências; e
- todos as opiniões devem ser enviados em formato Word for Windows, Open Office ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, margens de 2 cm, espaço 1,5 linha.

**Resenha:** resumo comentado relativo a publicações recentes, nacionais ou estrangeiras. A avaliação é realizada pelo Conselho Editorial e Equipe Editorial.

Para ser publicada a “Resenha” deve conter:

- no máximo 4.000 palavras;
- título será a referência da obra no idioma original (conforme NBR/ABNT 6023);
- notas depois das referências; e
- todas as resenhas devem ser enviados em formato Word for Windows, Open Office ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, margens de 2 cm, espaço 1,5 linha.

#### **Para elaboração de referências e citações**

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

#### **Indicação de financiamentos**

O autor e/ou co-autores devem indicar no corpo do texto: se a pesquisa é financiada, o período de realização, quem financiou e o número do processo e declarar que não há conflitos de interesse.

#### **Outras informações**

Cabe aos autores a responsabilidade pelos dados referenciais da obra. Para que o trabalho do autor não seja comprometido no processo de análise com o envio de um texto incoerente ou com erros gramaticais, a Coleção Meira Mattos recomenda que seja feita, antes do envio, uma revisão gramatical na língua escolhida. A não observância das normas gramaticais e ortográficas pode comprometer tanto a compreensão do texto pelos pareceristas quando a credibilidade do autor.

Para assegurar o anonimato da autoria do manuscrito no processo de revisão pelos pares, ele não deve conter nenhum elemento que permita a identificação da sua autoria, devendo ser retirados inclusive metadados contidos nos arquivos eletrônicos.

#### **Critérios e procedimentos para avaliação dos trabalhos (peer review)**

##### **Artigos Científicos**

A avaliação é realizada através do sistema duplo cego (double blind review).

1 - Registro do recebimento do artigo.

2 - Avaliação, pelo Editor-Chefe e Editores de Seção, quanto à pertinência do artigo em relação à política editorial da revista.

Critérios da avaliação preliminar:

- a) O artigo deverá apresentar uma contribuição original para o campo de pesquisa específico;
- b) O tema do artigo deve, necessariamente, estar relacionado às Ciências Militares, sempre que possível, abordar a relação teoria-prática e possuir um potencial para servir de referência para outros estudos e pesquisas; e
- c) Obedecer as normas para elaboração de manuscritos da Coleção.

3 - Encaminhamento para pareceristas.

4 - Análise e confrontação dos pareceres:

- a) Os artigos com pareceres favoráveis são encaminhados para os editores que encaminharão ao(s) autor(es) os pareceres e as solicitações de correções indicadas pelos pareceristas ou pelo Corpo Editorial Científico (com relação ao conteúdo e normalização);
- b) Os artigos com um parecer favorável e outro desfavorável à publicação são encaminhados para um terceiro parecerista;
- c) Os artigos com dois pareceres desfavoráveis serão rejeitados;
- d) O aceite final ocorrerá apenas após o recebimento do texto reformulado; e
- e) O agendamento da publicação do artigo ocorrerá após a revisão final de língua portuguesa e normalização.

##### **Opinião**

A avaliação é realizada pelo Conselho Editorial e pela Equipe Editorial.

1 - Registro do recebimento do manuscrito.

2 - Avaliação, pelo Conselho Editorial e pela Equipe Editorial, quanto à pertinência do manuscrito em relação às Ciências Militares e obediência às normas para elaboração de manuscritos da Coleção.

3 - O agendamento da publicação do manuscrito ocorrerá após a revisão final de língua portuguesa e normalização.

##### **Resenha**

A avaliação é realizada pelo Conselho Editorial e pela Equipe Editorial.

1 - Registro do recebimento do manuscrito.

2 - Avaliação, pelo Conselho Editorial e pela Equipe Editorial, quanto à pertinência do manuscrito em relação às Ciências Militares e obediência às normas para elaboração de manuscritos da Coleção.

3 - O agendamento da publicação do manuscrito ocorrerá após a revisão final de língua portuguesa e normalização.

# Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

---

---

Publicação:



Edição:



---

ACESSE A REVISTA ON-LINE: [www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos](http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos)